

BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 3 | Março 2010



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEAR I

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação_ e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Março de 2010

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de Março.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	12
3. Comércio Internacional	22
Destaques	29
Evolução do Comércio Externo de Portugal com a Venezuela	31
Artigos	35
Em Análise	37
Employer Enterprise Creation in Portugal	37
Ensaio	55
The Macroeconomic Determinants of Cross Border Mergers and Acquisitions and Greenfield Investments: an empirical approach	55
Iniciativas e Medidas Legislativas	65
Abreviaturas Utilizadas	75

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Nos EUA, os indicadores de confiança para o primeiro trimestre continuam a apresentar, na generalidade, uma evolução favorável. Os dados quantitativos apresentaram, também, uma evolução mais favorável. Em Fevereiro, a taxa de desemprego manteve-se em 9,7%, e a taxa de inflação abrandou para 2,1% (2,6% em Janeiro).
- * Os indicadores de sentimento económico da União Europeia (UE) e da Área do Euro (AE) referentes aos dois primeiros meses do ano continuaram a melhorar, com destaque para a confiança dos empresários dos serviços e da indústria. Em Fevereiro, a taxa de desemprego da AE manteve-se em 9,9% e a taxa de inflação abrandou para 0,9%, (1% em Janeiro).
- * As taxas de juro a 3 meses estabilizaram e as de longo prazo, quer na área do euro quer nos EUA, face ao mês precedente.
- * O preço spot do petróleo *Brent* aumentou, face a Fevereiro, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 22 de Março, apresentado um valor de 80 USD/bbl (58€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, no 4.º trimestre, o PIB registou uma quebra homóloga de 1%. Em 2009, o PIB registou uma quebra real de 2,7%.
- * Os indicadores quantitativos disponíveis para a actividade económica evidenciaram uma evolução mais favorável em Janeiro de 2010, face ao trimestre precedente na generalidade dos sectores, com excepção da construção.
- * O indicador de sentimento económico da Comissão Europeia para Portugal, relativo aos meses de Janeiro e Fevereiro, apresentou uma melhoria face ao trimestre anterior.
- * A informação disponível para os dois primeiros meses do ano sugere ainda a continuação da recuperação do consumo privado e um maior dinamismo do investimento.
- * Em Fevereiro, a taxa de inflação homóloga foi de 0,2%, mais 0,1p.p. do que no mês anterior, situando-se 0,7p.p. abaixo do verificado na área do euro.
- * Até Fevereiro de 2010, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 1242 milhões de euros, o que representa um agravamento de 351 milhões de euros face ao período homólogo. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 409,5 milhões de euros, representando uma redução de 190 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente na execução orçamental de 602,3 milhões de euros, o que constitui uma deterioração de 124,5 milhões de euros face a igual período do ano anterior.

Comércio Internacional

- * Após uma acentuada descida desde o final de 2008, as exportações portuguesas de bens para o espaço global Intra e Extracomunitário registaram, desde Fevereiro de 2009, alguma recuperação, com taxas negativas acumuladas tendencialmente decrescentes.
- * Uma **estimativa rápida de dados agregados** do INE, para o mês de *Janeiro de 2010*, aponta para uma taxa de crescimento positiva das saídas de mercadorias (+4,4%), face a Janeiro de 2009, a par de um decréscimo das entradas (-3,3%), com o défice (Fob-Cif) a descer 15,6%.

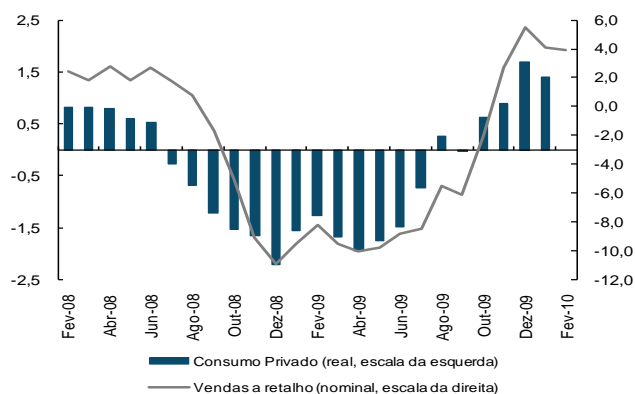
- * Em 2009, excluindo os produtos energéticos, as saídas de mercadorias decresceram em termos globais 17,4% e as entradas 14,3%. Nos últimos 3 meses, excluindo ainda os produtos energéticos, as saídas acusaram uma descida de 4,5%, ao mesmo tempo que as entradas registavam uma diminuição de 5,0% face ao período homólogo do ano anterior.
- * Em 2009, as “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 15,3% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram negativamente os Serviços (-3,0 p.p.), a par de um contributo também negativo por parte dos Bens (-12,3 p.p.). As “exportações” de Serviços resistiram melhor à recessão do que as de Bens, tendo o seu peso relativo subido de 31,9% em 2008, para 34,2% em 2009.
- * As expedições para o espaço comunitário, para onde se dirigem cerca de 75% das saídas totais de mercadorias, registaram no 4º trimestre de 2009 um acréscimo de 1,4% em termos homólogos. Esta evolução ocorreu após quebras trimestrais sucessivas e decrescentes das taxas de variação homólogas negativas (-26,9% no 1º trimestre, -22,6% no 2º trimestre e -15,4% no 3º trimestre). No 4º trimestre aumentaram as expedições para Espanha (+5,8%), França (+2,2%), Reino Unido (+2,5%), Bélgica (+3,3%), Suécia (+4,5%) e Polónia (+17,2%), entre outros países., e diminuíram para a Alemanha (-6,0%), Itália (-9,4%) e Países Baixos (-4,6%).
- * Por sua vez, as exportações para os países terceiros registaram no 4º trimestre uma quebra de 14,9%, na sequência de uma evolução desfavorável no 1º trimestre (-22,3%), no 2º trimestre (-27,0%) e no 3º trimestre (-21,4%). Ocorreram descidas nas exportações para Angola (-17,5%), o principal mercado extracomunitário, Suíça (-1,4%), Cabo Verde (-10,3%) e Marrocos (-3,9%), entre outros, que não foram suficientemente compensadas por aumentos verificados nas exportações para países como os EUA (+10,2%), Brasil (+18,0%), China (+66,9%), México (+41,6%) e Turquia (+56,7%).

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

Os indicadores recentes continuam a sugerir que a economia mundial está numa trajetória de recuperação. Os dados mais recentes apontam para uma ligeira subida da taxa de inflação mundial.

Figura 1.1. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

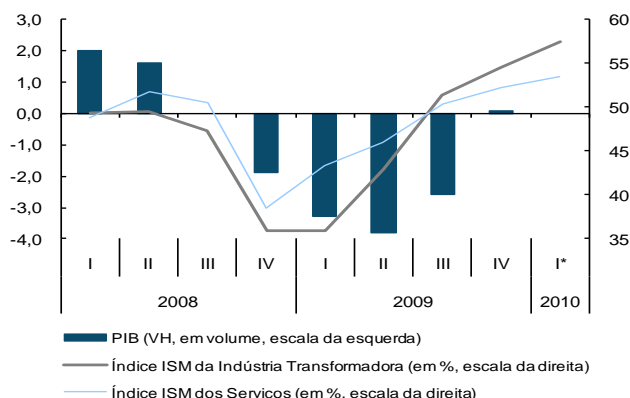
Nos **EUA**, os dados relativos ao 1.º trimestre de 2010 indicam o fortalecimento dos indicadores de confiança e uma melhoria da generalidade dos indicadores quantitativos. De facto, no conjunto dos meses de Janeiro e Fevereiro, em termos homólogos:

- as vendas a retalho aumentaram 4% em termos nominais (2% no 4.º trimestre de 2009);
- a produção industrial subiu para 1,2% (-4,8% no 4.º trimestre de 2009) e a taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria progrediu para 72,6% (71,3% no 4.º trimestre de 2009).

Em Janeiro de 2010 e em comparação homóloga, o consumo privado aumentou 1,4% em termos reais e as exportações registaram um crescimento de 15,1% em termos nominais (7,7% em Dezembro de 2009).

A taxa de desemprego manteve-se em 9,7% em Fevereiro e a taxa de inflação homóloga abrandou para 2,1% (2,6% em Janeiro).

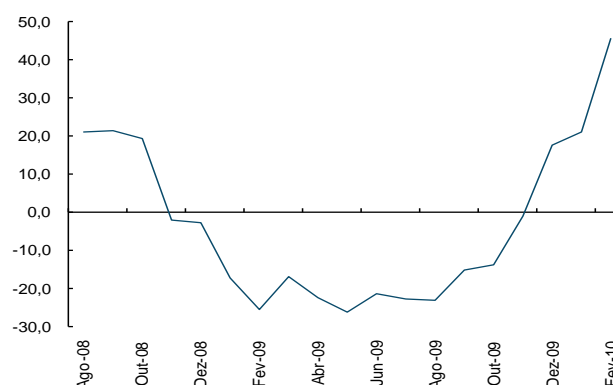
Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contracção da actividade. * Média de Janeiro e Fevereiro.

Os indicadores disponíveis para a economia da **China** indicam a continuação de um crescimento robusto do investimento e das vendas a retalho. As exportações continuaram a evoluir favoravelmente, tendo registado um aumento médio, de 33,4%, em termos homólogos nominais no conjunto dos meses de Janeiro e Fevereiro (0,9% no 4.º trimestre de 2009). A taxa de inflação homóloga aumentou para 2,7% em Fevereiro (1,5% em Janeiro).

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)



Fonte: Instituto de Estatística da China.

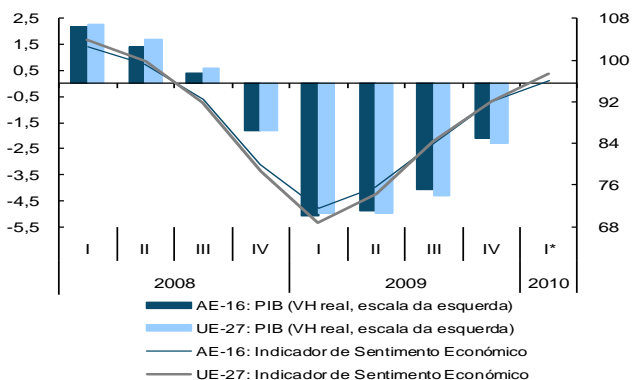
Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-EU

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008	2009				2009		2010	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
EUA – PIB real	VH	BEA	-2,4	-1,9	-3,3	-3,8	-2,6	0,1	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-9,8	-6,7	-11,6	-12,9	-9,5	-4,8	-5,0	-2,3	0,8	1,7
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	46,2	35,9	35,9	43,0	51,4	54,6	53,7	54,9	58,4	56,5
Índice ISM dos Serviços	%	"	48,0	38,5	43,3	46,0	50,4	52,3	49,6	53,2	52,2	54,8
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	66,3	57,7	58,3	68,2	68,4	70,2	67,4	72,5	74,4	73,6
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,3	7,0	8,2	9,3	9,6	10,0	10,0	10,0	9,7	9,7
China – PIB real	VH	NBSC	8,7	6,8	6,2	7,9	9,1	10,7	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-16,0	4,7	-20,1	-23,5	-20,5	0,9	-1,2	17,7	21,0	45,7
Japão – PIB real	VH	COGJ	-5,2	-4,3	-8,4	-6,0	-4,9	-1,4	-	-	-	-

Actividade Económica da UE

No conjunto dos 2 primeiros meses de 2010, o indicador de sentimento económico subiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado da melhoria dos indicadores de confiança dos empresários da indústria, serviços e do comércio a retalho.

Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e AE

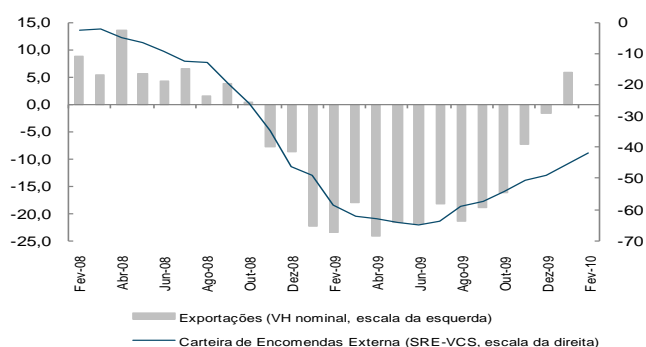


Fontes: CE; Eurostat. * Média de Janeiro e Fevereiro.

Em Janeiro de 2010, os indicadores quantitativos para a área do euro apresentaram, no seu conjunto, uma melhoria, com excepção das vendas a retalho. Em termos homólogos:

- a produção industrial subiu para 0,8% (-2,2% em Dezembro de 2009);
- as exportações aumentaram 5,9% em termos nominais, interrompendo a quebra verificada desde Novembro de 2008);
- as vendas a retalho decresceram 1,3% em termos reais (-0,8% em Dezembro de 2009).

Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externa da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

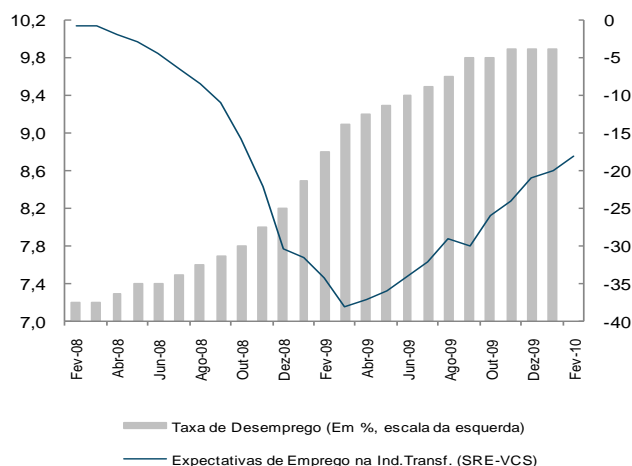
Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008	2009				2009		2010	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-4,2	-1,8	-5,0	-5,0	-4,3	-2,3	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	79,9	78,5	68,8	74,2	84,3	92,2	91,5	95,0	97,2	97,4
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	-4,1	-1,8	-5,1	-4,9	-4,1	-2,1	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	80,8	80,0	71,5	75,6	84,1	91,9	91,9	94,1	96,0	95,9
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-14,8	-9,6	-16,9	-18,2	-16,2	-7,2	-8,2	-2,2	0,8	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-2,2	-1,9	-3,0	-2,4	-2,2	-1,3	-2,0	-0,8	-1,3	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,4	8,0	8,8	9,3	9,6	9,9	9,9	9,9	9,9	:
IHPC	VH	"	0,3	2,3	1,0	0,2	-0,4	0,4	0,5	0,9	1,0	0,9

Em Janeiro de 2010, a taxa de desemprego manteve-se em 9,9% na AE e em 9,5% na UE.

Em Fevereiro de 2010, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora e para os restantes sectores.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Fevereiro de 2010, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 0,9% (1% em Janeiro), em resultado da desaceleração mais acentuada dos preços de energia, os quais aumentaram 3,1% (4% no mês precedente). A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados também diminuiu para 0,8% (0,9% em Janeiro).

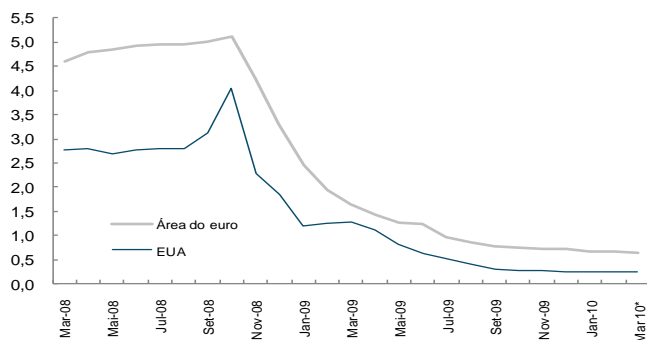
Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis desaceleraram no 4.º trimestre de 2009 para 2,2% em termos homólogos nominais (3% no 3.º trimestre).

No 4.º trimestre de 2009, o emprego do total da economia apresentou uma quebra de 2% em termos homólogos na AE (-2,2% no 3.º trimestre), acompanhado de uma melhoria da produtividade, embora permanecendo negativa.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se a um nível baixo tanto na área do euro como nos EUA, situando-se, em Março, em média até ao dia 22, em 0,65% e em 0,26%, respectivamente (0,66% e em 0,25%, no mês de Fevereiro, respectivamente).

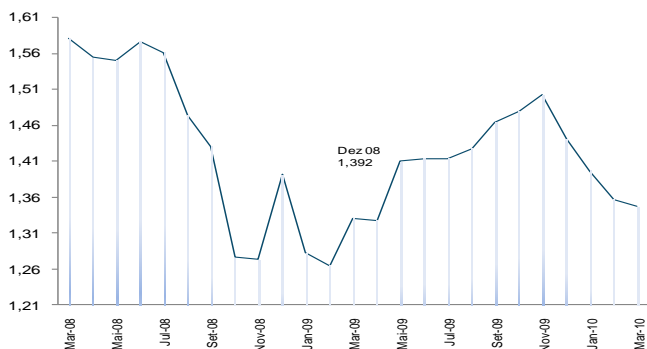
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 Meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 22.

Em Fevereiro de 2010, as taxas de juro de longo prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, tendo este movimento sido mais acentuado para o último caso. Apesar de riscos ascendentes para a taxa de rentabilidade das obrigações relacionados com a sustentabilidade das finanças públicas em muitas economias avançadas, os investidores não prevêem grandes oscilações.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Março, o valor é do dia 22.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

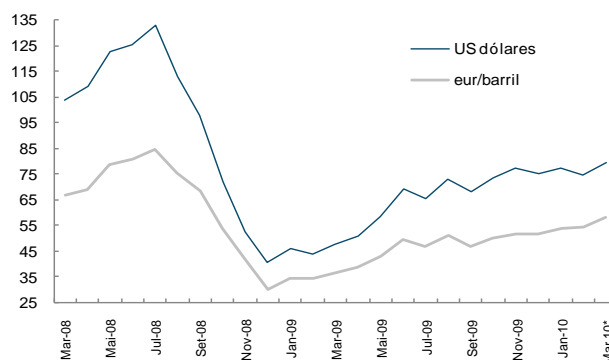
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008	2009				2009		2010	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,70	2,93	1,51	1,10	0,75	0,70	0,72	0,70	0,67	0,66
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,26	3,25	2,74	3,31	3,52	3,46	3,40	3,59	3,73	3,69
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,83	4,04	3,90	3,97	3,79	3,67	3,68	3,65	3,75	3,73
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,441	1,392	1,331	1,413	1,464	1,441	1,502	1,441	1,397	1,357
Dow Jones*	VC	Yahoo	18,8	-19,1	-13,3	11,0	15,0	7,4	6,5	0,8	-3,5	2,5
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	21,1	-19,4	-15,4	16,0	19,6	3,2	2,0	6,0	-6,2	-1,8
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	62,45	54,93	45,73	59,58	69,00	75,51	77,43	75,33	77,16	74,61
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-35,2	-38,1	-52,8	-50,0	-39,9	37,5	47,4	86,7	68,7	69,7
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-30,7	-31,8	-45,6	-42,8	-36,6	22,4	25,8	71,8	56,5	58,5
Preço Relativo do Petróleo em euros***	979=10l	GEE	45,4	41,6	33,6	43,8	51,4	52,7	54,9	51,8	53,9	53,5

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009 corresponde à média diária do IGCP.

Em Março de 2010, a taxa de câmbio do euro face ao dólar continuou a depreciar-se, tendo atingido, no dia 22, em (1,35), representando uma depreciação de 6,5% face ao final do ano de 2009.

Em Fevereiro de 2010, o índice de preços relativo do petróleo importado desceu para 53,5 (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em Março, e até dia 22, o preço do petróleo Brent subiu para se situar, em média, em 80 USD/bbl (58 €/bbl). Este aumento parece reflectir o crescimento robusto da procura proveniente sobretudo dos países não pertencentes à OCDE.

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 22.

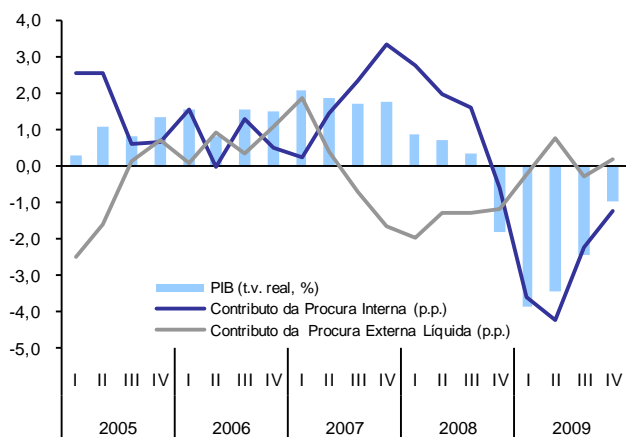
O preço das matérias-primas não energéticas acelerou ligeiramente para 28% em termos homólogos em Fevereiro de 2010 (26% em Janeiro), devido ao crescimento dos produtos industriais, agrícolas e alimentares. Pelo contrário, o preço dos metais registou uma ligeira desaceleração para 56% (60% em Janeiro).

2. Conjuntura Nacional

Actividade Económica e Oferta

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB registou uma quebra real de 1%, representando uma significativa recuperação face ao ocorrido nos 4 anteriores trimestres. Para o ano de 2009 estima-se que o PIB terá registado uma quebra de 2,7% (variação nula em 2008). Para este resultado contribuiu a evolução favorável quer do contributo da procura interna quer da procura externa líquida.

Figura 2.1. PIB
(VH real, %)

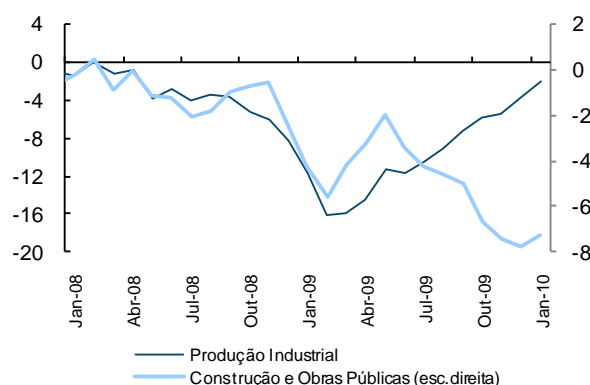


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos a Janeiro, em termos homólogos, indicam que:

- na indústria transformadora, o índice de produção industrial apresentou uma quebra de 0,6%, enquanto o volume de negócios registou um crescimento de 8,4% (-3,6% e -5,1% no 4.º trimestre);
- o índice de produção na construção e obras públicas diminuiu 9,2% (-5,1% no trimestre precedente);
- nos serviços, o índice de volume de negócios aumentou 0,2% (-7,6% no trimestre anterior).

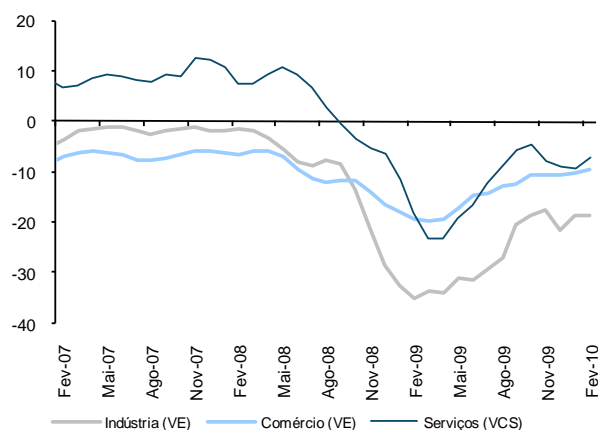
Figura 2.2. Índices de Produção
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Os indicadores de confiança, nos dois primeiros meses de 2010, apresentaram um comportamento mais favorável face ao trimestre anterior.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

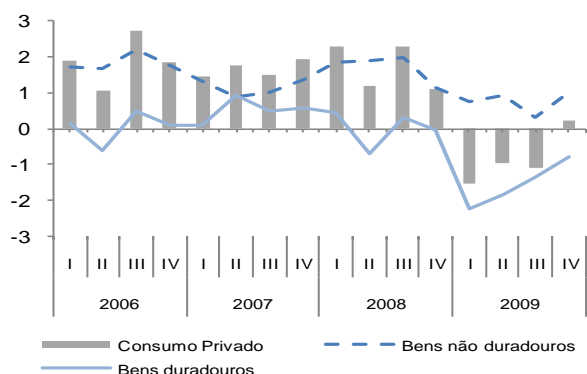
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008	2009				2009		2010	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-2,7	-1,8	-3,8	-3,4	-2,5	-1,0	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,7	92,5	77,7	65,1	68,3	81,5	87,4	86,6	92,6	91,0
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-27	-29	-34	-31	-21	-22	-18	-23	-16	-17
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-14	-16	-20	-15	-12	-11	-11	-12	-8	-9
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	-14	-6	-23	-17	-6	-9	-13	-8	-6	-7
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-46	-46	-49	-46	-46	-46	-45	-47	-47	-48
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-9,8	-8,3	-16,1	-11,7	-7,2	-3,6	-4,6	-0,9	-0,6	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-16,6	-10,5	-23,4	-20,6	-16,3	-5,1	-4,4	2,0	8,4	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-12,1	-6,5	-13,9	-15,8	-11,0	-7,6	-6,6	-5,5	0,2	:

Consumo Privado

O consumo privado registou, durante o 4.º trimestre, um crescimento homólogo real de 0,2%, representando uma melhoria face ao trimestre precedente. Esta evolução está associada a uma recuperação quer do consumo de bens não duradouros, quer dos bens duradouros.

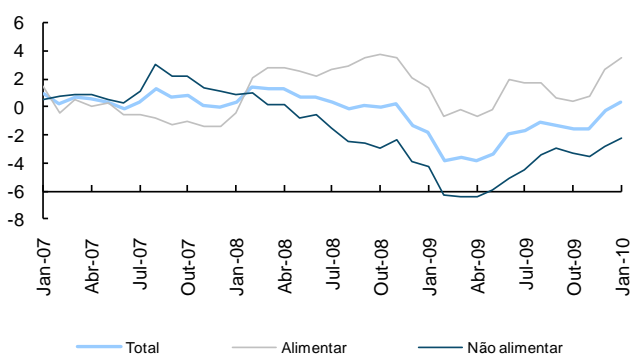
Figura 2.4. Crescimento Real do Consumo Privado e Principais Contributos (VH)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em Janeiro, o índice de volume de negócios no comércio a retalho manteve do comportamento favorável. Esta evolução foi motivada pela recuperação na das componentes quer dos bens não alimentares quer da componente de bens alimentares.

Figura 2.5. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



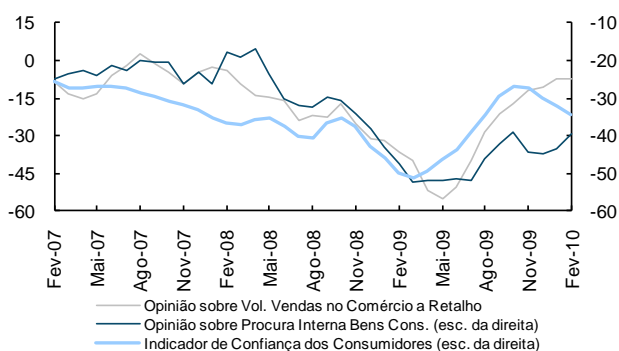
Fonte: INE

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008					2009		2010	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-0,8	1,1	-1,4	-0,9	-1,0	0,2	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-39	-43	-51	-43	-29	-30	-30	-34	-32	-37
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-31	-31	-40	-50	-21	-11	-10	-11	-1	-11
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-1,8	-1,3	-3,6	-1,9	-1,3	-0,3	-2,2	2,8	0,7	:
Bens alimentares	VH	"	1,3	2,0	-0,2	1,9	0,7	2,7	0,2	7,8	2,7	:
Bens não alimentares	VH	"	-4,3	-3,9	-6,4	-5,1	-2,9	-2,8	-4,2	-1,4	-1,1	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-24,5	9,1	-42,5	-30,2	-16,7	-6,0	1,3	-17,9	61,9	53,0
Importações de bens de consumo***	VH	INE	-1,7	2,2	-2,4	-4,1	-1,0	0,3	2,5	2,7	:	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)

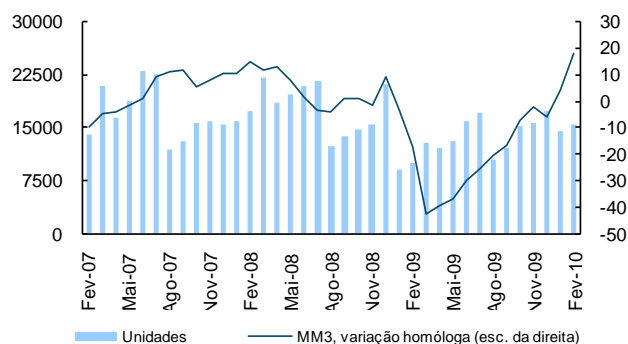


Fonte: INE.

Nos meses de Janeiro e Fevereiro, a confiança dos consumidores deteriorou-se reflectindo, sobretudo, uma deterioração das perspectivas para a evolução do desemprego, da economia nacional e da situação económica do agregado familiar

As vendas de automóveis ligeiros de passageiros exibiram, em termos médios homólogos nos meses de Janeiro e Fevereiro, um forte crescimento (-6% durante o 4.º trimestre do ano).

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros

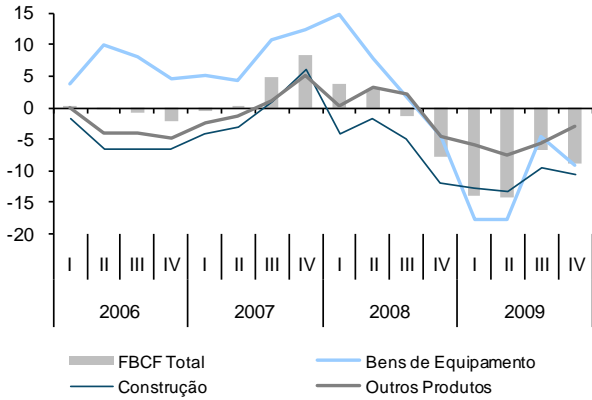


Fonte: ACAP.

Investimento

No 4.º trimestre, a FBCF apresentou uma quebra real de 8,9% (-687% no trimestre precedente), de acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE. Para este resultado concorreu principalmente uma evolução menos favorável do investimento em produtos metálicos e equipamentos.

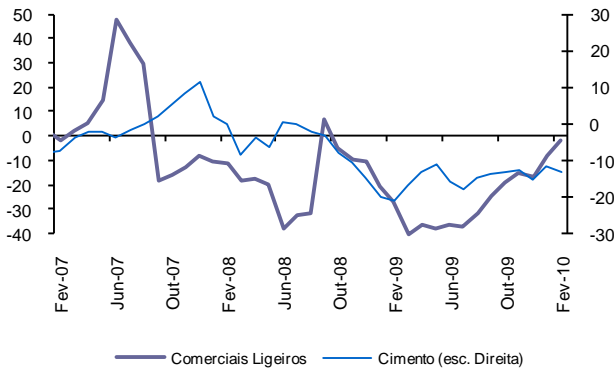
Figura 2.8. Formação Bruta de Capital Fixo
(VH, preços constantes 2000)



Fonte: INE.

Os dados disponíveis para os meses de Janeiro e Fevereiro apontam para a continuação da recuperação no investimento. Assim, em termos médios homólogos:

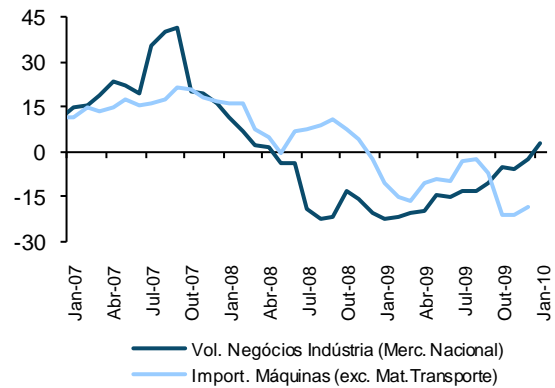
Figura 2.9. Indicadores de Investimento
(VH, MM3)



Fontes: ACAP, CIMPOR e SECIL.

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra de 7,9%, (-15,5% no 4.º trimestre);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram um crescimento de 18,9% (-16,6% no 4.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso mantiveram-se inalteradas face ao trimestre anterior.

Figura 2.10. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Em Janeiro, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional apresentou um forte crescimento (21,8%, em termos homólogos, que compara com -2,3% no trimestre anterior).

No 4.º trimestre, as importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram uma quebra, em termos homólogos nominais, de 18,6% (-7,1% no 3.º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008	2009				2009		2010	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-7,9	-14,1	-14,4	-6,8	-8,9	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-15,6	-14,7	-16,9	-16,1	-13,8	-15,5	-5,1	-23,7	-7,3	-8,4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-29,8	-10,2	-40,5	-36,5	-25,0	-16,8	-10,5	-19,9	25,1	13,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	-40,1	-23,0	-38,2	-47,4	-24,1	-50,4	-59,6	-44,4	-45,6	-33,1
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-29	-30	-37	-33	-30	-17	-20	-20	-16	-24
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-39,2	-47,3	-47,5	-47,8	-39,0	-22,6	-21,5	5,1	-29,9	:
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	:	-2,5	-16,1	-9,6	-7,1	:	-16,2	-13,2	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	-12,0	-20,1	-20,4	-15,3	-10,3	-2,3	-8,2	0,2	21,8	:

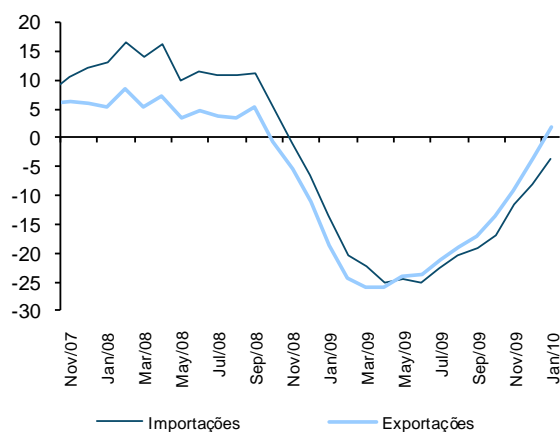
* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em 2009, as necessidades de financiamento da economia cifraram-se em 9,4% do PIB, face a 10,3 do PIB em 2008, o que representa uma melhoria de 0,8 p.p. do PIB. Para este resultado contribuiu a melhoria do saldo de bens e serviços que passou de -9,6% do PIB, em 2008, para -7,6% do PIB, em 2009.

Em Janeiro de 2010, os fluxos de comércio internacional continuam a registar uma trajetória de melhoria iniciada no segundo semestre de 2009, com as exportações a registarem uma taxa de variação homóloga positiva, pelo segundo mês consecutivo, que se cifrou em 4,4%. As importações, por outro lado, mantiveram ainda uma variação mensal negativa (-3,3%), mas com a média móvel a 3 meses a registar o valor de -2.5%.

Figura 2.11. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

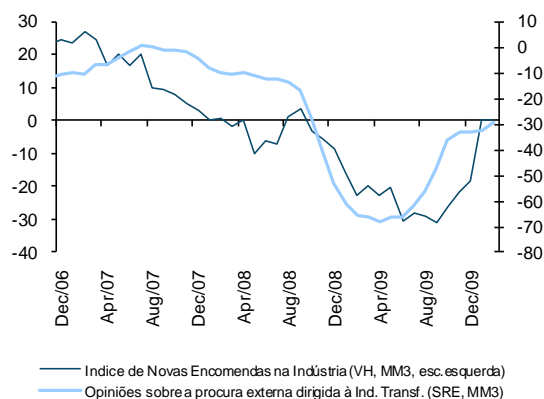
Esta evolução do comércio internacional aponta para a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida. Tal como nos últimos meses, os dados mais recentes sobre as novas encomendas à indústria e as opiniões dos empresários sobre procura externa na indústria continuam a sugerir que a procura externa mantenha uma evolução crescentemente favorável nos próximos meses.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008					2009			2010	
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan	
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-11.6	-8.8	-10.8	-15.3	-9.8	-1.4	-	-	-	-	
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-9.2	-4.4	-14.3	-13.7	-7.0	-1.5	-	-	-	-	
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-7.6	-9.1	-8.1	-6.5	-8.4	-7.5	-	-	-	-	
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-9.4	-8.4	-11.9	-7.4	-9.8	-8.7	-	-	-	-	
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-17.5	-11.1	-25.9	-23.7	-17.1	-3.3	-10.2	-1.6	4.0	4.4	
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-17.9	-6.4	-22.2	-24.9	-17.8	-6.5	-13.8	-2.5	-1.7	-3.3	

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010		Var. Ac.
				Jan	Jan-Jan	Jan	Jan-Jan	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-15451	-1504	-1504	-1274	-1274	230
Saldo Balança de Bens	"	"	-17 149	-1432	-1432	-1176	-1176	256
Saldo Balança de Serviços	"	"	6050	325	325	329	329	4
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7883	-561	-561	-341	-341	221
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2139	24	24	-81	-81	-105

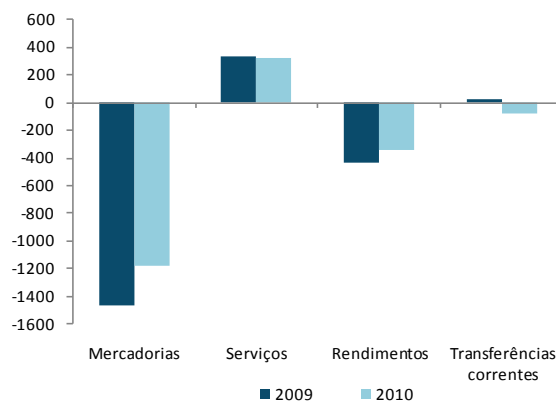
Figura 2.12. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Em Janeiro de 2010, o défice acumulado da balança corrente foi de 1,3 mil milhões de euros, o que representa uma redução de 230 milhões de euros face a igual período de 2009.

Figura 2.13. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



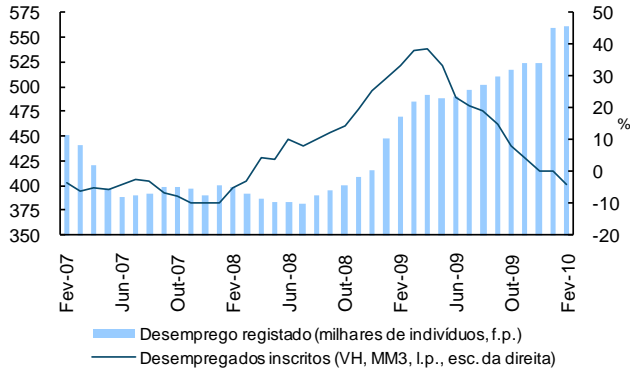
Fonte: Banco de Portugal.

Para este resultado contribuíram as melhorias no saldo de todas as componentes, à excepção da balança de transferências correntes que registou um défice de 81 milhões de euros face a um excedente de 24 milhões de euros, em idêntico período do ano anterior.

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP, em Fevereiro, o número de novos desempregados inscritos aumentou marginalmente 0,2% face ao mês anterior, e 19,6% em termos homólogos, desacelerando consideravelmente face aos últimos meses.

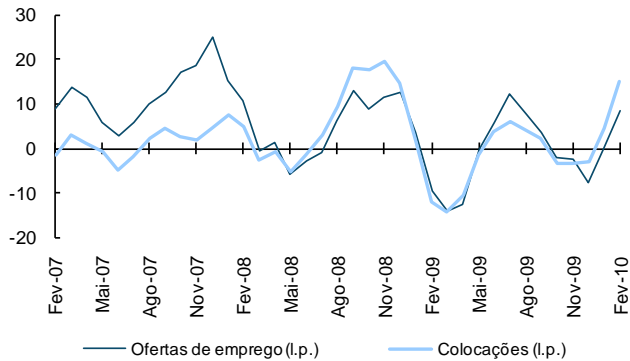
Figura 2.14. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

O desemprego registado ascendia, no final de Dezembro, a cerca de 561 mil indivíduos, o que traduz um acréscimo de cerca de mil indivíduos face ao mês anterior e um aumento de cerca de 92 mil desempregados.

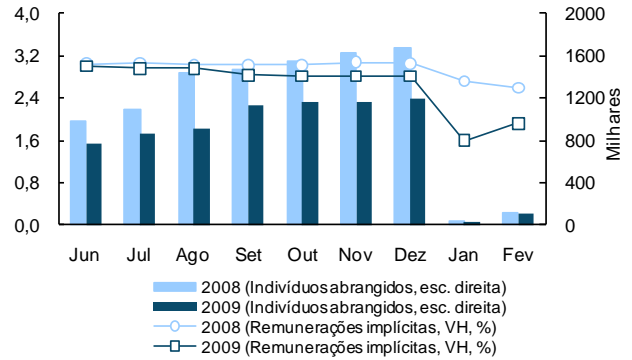
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP

O mercado de trabalho, nesta fase do ciclo económico tem reflectido, alguma melhoria. Com efeito, em Fevereiro, quer as ofertas de trabalho quer as colocações evoluíram de forma favorável.

Figura 2.16. Contratação Colectiva



Fonte: MTSS.

Até ao final de Fevereiro, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registaram um crescimento homólogo de 1,9%, abrandando significativamente face ao mês homólogo. O número de trabalhadores abrangidos ascendeu a cerca de 115 mil trabalhadores, o que representa uma diminuição de cerca de 1,7 mil face a Fevereiro de 2009.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

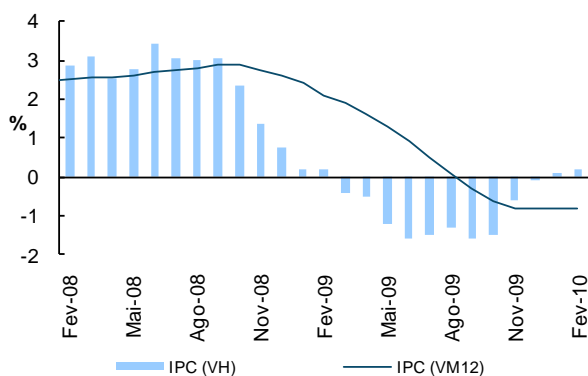
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2008					2009		2010	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
Taxa de Desemprego	%	INE	9,5	7,8	8,9	9,1	9,8	10,1	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-0,2	-1,8	-2,9	-3,4	-3,0	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	12,1	6,6	23,8	28,1	29,1	26,1	28,2	26,1	25,1	19,6
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	14,3	25,6	38,3	23,3	14,8	0,4	3,2	-1,5	-1,0	-9,2
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	3,3	12,8	-14,1	5,7	3,5	-7,7	-4,6	-10,4	15,0	22,8
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,8	3,1	2,5	3,0	2,8	2,8	2,8	2,8	1,6	1,9
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	3,8	4,6	2,6	4,8	4,9	2,8	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	3,4	4,5	3,6	4,3	3,0	2,2	-	-	-	-

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em Fevereiro, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi 0,2%, 0,1p.p. acima do verificado no mês anterior. A variação em relação ao mês anterior foi de 0,1% (-0,5% em Janeiro de 2010).

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)

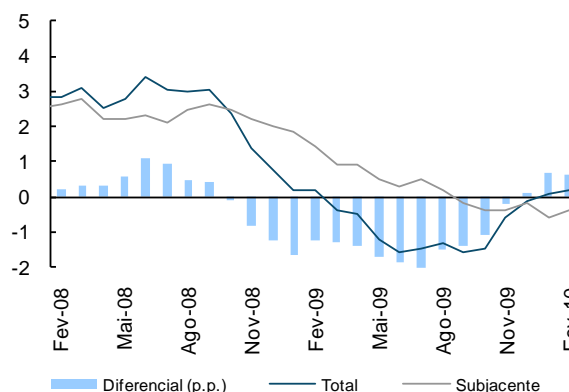


Fonte: INE.

Para esta evolução contribuiu a queda, em termos homólogos, de 4,6% dos preços dos Produtos alimentares e bebidas e de 2,3% dos preços da Saúde. No sentido contrário, o preço dos Transportes acelerou para 3,8% em termos homólogos, apresentando o maior contributo positivo para a variação homóloga dos preços.

A inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) diminuiu para -0,6%, aumentando o diferencial face ao IPC total.

Figura 2.18. IPC Total e IPC Subjacente
(VH, %)

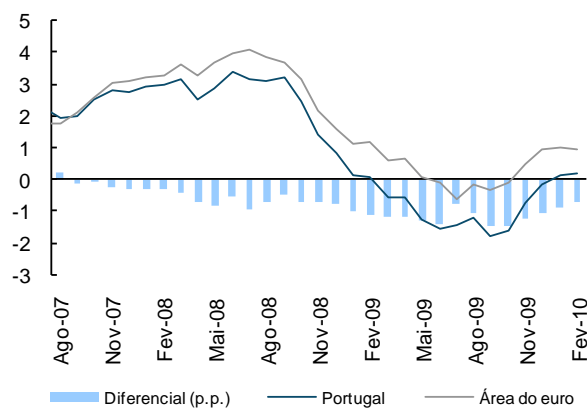


Fontes: INE.

A taxa de variação homóloga dos preços dos bens aumentou para -0,3%, 0,2p.p. superior ao valor registado em Janeiro, facto determinante para o aumento da taxa de variação do IPC, enquanto que, nos serviços, a taxa de variação homóloga aumentou para 1% (+0,9% em Janeiro).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 0,2% no mês de Fevereiro, 0,7p.p. abaixo da variação homóloga na área do euro (0,9%).

Figura 2.19. IHPC
(VH)



Fonte: Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

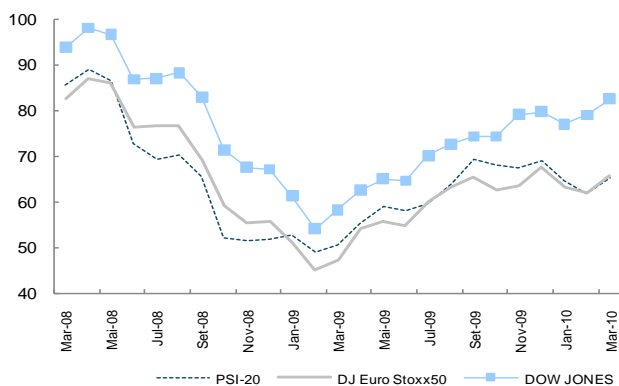
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009							2010	
				Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,1	-0,5	-0,3	0,2	0,0	0,2	0,1	-0,5	0,1
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	-1,6	-1,5	-1,3	-1,6	-1,5	-0,6	-0,1	0,1	0,2
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	-0,8	0,9	0,5	0,1	-0,3	-0,6	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8
IPC – Bens	VH	"	2,4	-3,5	-3,8	-3,3	-3,6	-3,1	-1,8	-0,9	-0,5	-0,3
IPC – Serviços	"	"	1,7	1,9	2,1	1,9	1,4	1,1	1,2	1,4	0,9	1,0
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,4	0,3	0,5	0,2	-0,2	-0,4	-0,4	-0,2	-0,6	-0,4
IHPC	"	"	-0,9	-1,6	-1,4	-1,2	-1,8	-1,6	-0,8	-0,1	0,1	0,2
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	1,1	-1,4	-0,8	-1,0	-1,5	-1,5	-1,2	-1,1	-0,9	-0,7

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais registaram um aumento moderado em comparação com os níveis observados no 4.º trimestre de 2009 devido à intensificação das preocupações do mercado quanto às perspectivas para as finanças públicas em vários países.

Em termos médios e, até 22 de Março, os índices *DJ Euro Stoxx50* e *Dow Jones* subiram 5,3% e 2,6%, respectivamente, face ao final de Fevereiro.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(Abril 2007=100, fim do período)



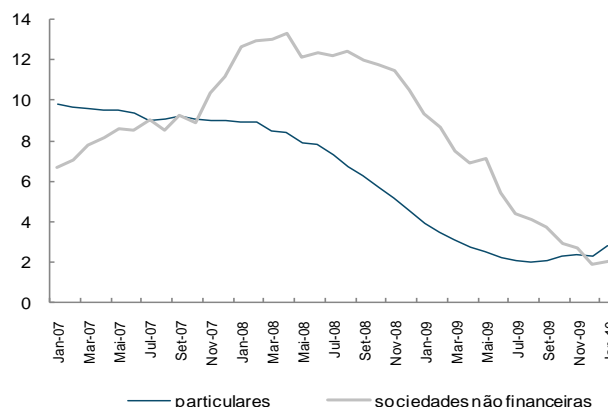
Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para Março, o valor é do dia 22.

A evolução do índice PSI-20 tem sido, em parte, influenciada pelo desenvolvimento desfavorável dos índices bolsistas internacionais. Em termos médios e, até 22 de Março, o índice PSI-20 subiu 5% face ao final do mês de Fevereiro.

Em Janeiro de 2010, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro aumentou para 2,4% (2,1% em Dezembro), em resultado da aceleração tanto do crédito destinado às famílias como das empresas.

O crédito destinado aos particulares acelerou para 2,8% (2,3% em Dezembro), em virtude do reforço do crédito à habitação para 2,9%.

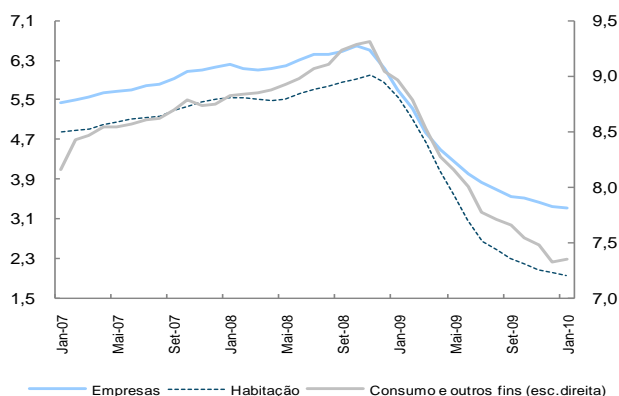
Figura 2.21. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para os particulares como para as empresas não financeiras, tendo sido mais acentuada para os primeiros, devido à descida do crédito para a habitação, cuja taxa caiu para 1,96% em Janeiro. Já em relação ao crédito ao consumo e outros fins a taxa de juro subiu para 7,4% (7,3% em Dezembro de 2009).

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

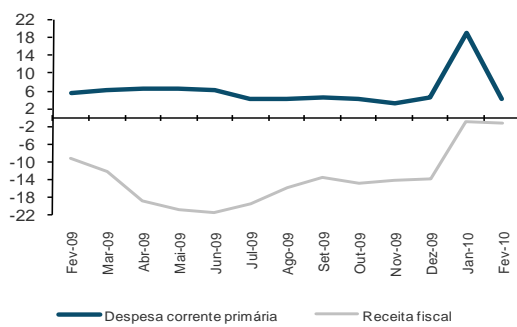
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009						2010		
				Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	4,4	3,9	3,9	3,8	3,8	3,8	4,0	4,4	4,4
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	65	99	59	68	62	55	59	65	120	134
PSI 20*	VC	CMVM	33,5	-1,6	2,6	7,3	8,3	-1,6	-1,0	2,5	-6,3	-4,6
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,6	2,5	2,3	2,3	2,3	2,5	2,5	2,6	2,9	:
- para consumo	va**	"	1,7	4,1	3,1	2,6	2,7	2,4	2,2	1,7	1,6	:
Empréstimos a empresas	va**	"	1,9	5,4	4,4	4,1	3,7	2,8	2,7	1,9	2,0	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,00	3,08	2,64	2,45	2,30	2,17	2,07	2,00	1,96	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,34	4,01	3,82	3,70	3,55	3,51	3,43	3,34	3,32	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até Fevereiro de 2010, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 1242 milhões de euros, apresentando um agravamento de 351 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 1087 milhões de euros, mais 459 milhões de euros do que no mesmo período do ano anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2009, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita fiscal de 1,2%, justificada pela diminuição de 3,9% na receita dos impostos directos enquanto os impostos indirectos apresentaram uma variação de 0,2%. Nestes últimos, destaca-se a redução de 5,4 no IRS em virtude do diferente padrão intra-anual de transferência de IRS para os municípios e o crescimento do IRC em 18,5% devido à diminuição, este ano, dos reembolsos e da derrama, cujas entregas passam a ser concretizadas com a cobrança. Relativamente aos impostos indirectos, realça-se a variação em em 0,1% do ISP e do IVA, a variação positiva do Imposto sobre o Tabaco devido ao aumento da introdução ao consumo no final do ano passado e a variação do Imposto sobre Veículos que, apesar de cair 12% em termos homólogos acumulados, o valor de Fevereiro de 2010 representa um crescimento de 48,3% face a Fevereiro de 2009, o que reflecte a recuperação das vendas no mercado automóvel; e
- um acréscimo da despesa total em 2,0%, em virtude do aumento da despesa corrente em 2,5% enquanto a despesa de capital se reduziu 4,9%. Para o crescimento da despesa corrente contribuíram as transferências correntes (4,1%, em termos comparáveis¹), os subsídios

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2009		2010		2009		2010	
	Jan a Fev		Jan a Fev		Nov		Jan	
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)		Feb	
Receita Total	6040	5831	16.7	16.1	-13.9	-15.0	-4.4	-3.5
Receita corrente	5989	5761	17.2	16.7	-12.4	-12.2	-5.4	-3.8
Impostos directos	1771	1701	13.0	12.5	-12.3	-11.9	-2.2	-3.9
Impostos indirectos	3574	3581	20.7	20.7	-15.5	-15.4	0.0	0.2
Despesa Total	6931	7073	13.8	14.1	4.6	6.0	13.6	2.0
Despesa corrente primária	6274	6543	15.4	16.3	3.0	4.5	19.0	4.3
Despesa corrente	6537	6698	14.3	14.6	3.0	4.3	14.6	2.5
Despesa com pessoal	1584	1594	13.7	14.3	-19.3	-17.5	1.4	0.6
Aquisição bens e serviços	104	102	6.4	6.2	5.5	0.3	0.3	-1.7
Subsídios	27	57	3.3	8.0	-58.0	-31.4	136.1	113.6
Juros	264	156	5.2	2.7	2.6	2.5	-55.2	-41.0
Transferências corr. p/ AP	3801	3944	16.3	17.0	22.0	22.0	3.8	3.8
Saldo Global	-892	-1242	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-628	-1087	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

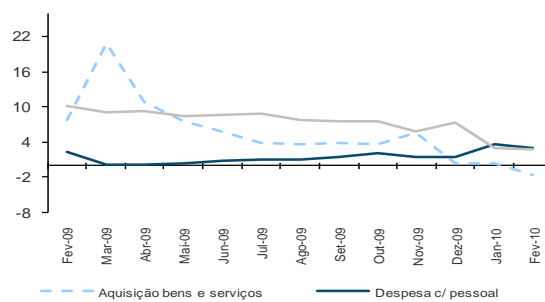
Fonte: DGO.

¹ Incluindo, em 2009, a componente referente ao pagamento de pensões da responsabilidade do Estado.

² Excluindo, em 2009, a componente referente ao pagamento de pensões da responsabilidade do Estado.

(113,6%), as outras despesas correntes (13,5%) e, as despesas com o pessoal (2,9%, em termos comparáveis²). A variação da despesa com bens e serviços correntes foi de -1,7%, enquanto que os encargos com juros decresceram significativamente reflectindo o diferente comportamento intra-anual desta rubrica. A referida evolução das transferências correntes reflecte, sobretudo, o acréscimo das transferências para a Segurança Social e para o SNS. Os subsídios registaram um aumento significativo (113,6%) devido à maior concentração, em 2010, de bonificações relativas à aquisição própria e dos subsídios relativos aos incentivos aos apoios à instalação de painéis solares (em 2009, estes subsídios só tiveram expressão orçamental a partir de Abril).

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.

Fontes: DGO e GPEARI.

Em Fevereiro de 2010, a dívida directa do Estado situou-se nos 135,1 mil milhões de euros, constatando-se um aumento de 1,3 mil milhões de euros face ao final do ano anterior, isto é, uma variação de 1%. A variação da dívida reflectiu, essencialmente, a emissão líquida de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro, parcialmente compensada pela amortização líquida de ECP, CEDIC e Certificados de Aforro.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	31-Jan-10	Fev-10			28-Fev-10
		Saldo	Emissões	Outros	
Transaccionável	112 183	5 855	4 361	88	113 766
Bilhetes do Tesouro	15 017	1 421	0	0	16 438
Obrigações do Tesouro	92 907	2 995	1 072	22	94 853
Não Transaccionável	21 562	3 060	3 255	0	21 366
Certificados de Aforro	16 824	43	104	0	16 763
CEDIC	4 436	2 000	2 052	0	4 384
Total	133 744	8 915	7 616	88	135 131

Fonte: IGCP.

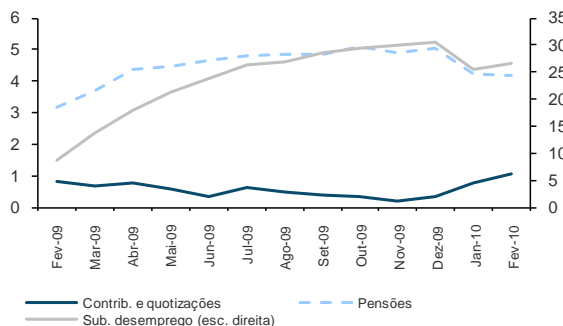
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Fevereiro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 409,5 milhões de euros, representando uma redução de 190 milhões de euros face ao mesmo período de 2009.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

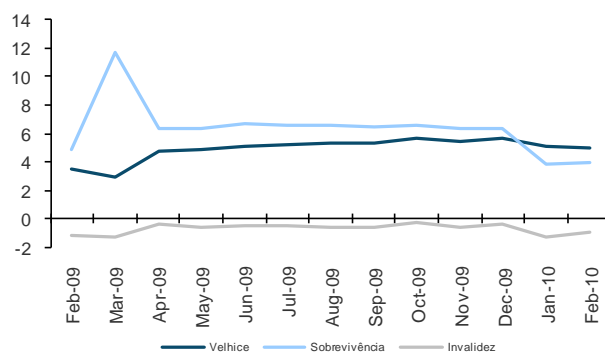
- um aumento da receita corrente em 0,4% em resultado do aumento das contribuições e quotizações (1,1%) e das transferências correntes da Administração Central (11,2%), enquanto ainda não se registaram transferências provenientes do Fundo Social Europeu, em 2010; e
- um aumento da despesa corrente em 6,7%, reflectindo, principalmente, a subida da despesa em prestações sociais, nomeadamente, pensões (4,2%), subsídio de desemprego e apoio ao emprego (26,6%), subsídio familiar a crianças e a jovens (10,7%) e, embora com menor peso, rendimento social de inserção (18,1%) e complemento solidário para idosos (20,5%). No que respeita ao número de beneficiários, destaca-se o aumento de 28,5% no subsídio de desemprego e social de desemprego e de 24,5% no subsídio de doença, bem como de 2,1% nas pensões de velhice.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



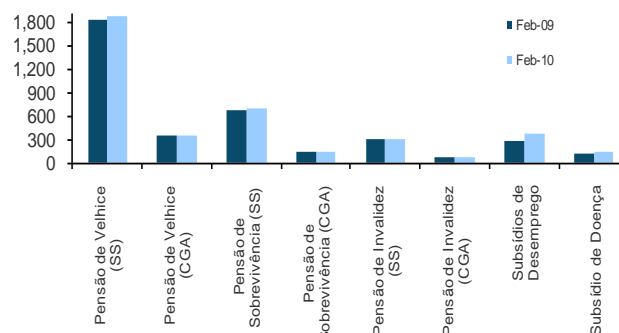
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até Fevereiro, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 96,6 milhões de euros, o qual compara com um saldo de 79,4 milhões de euros no período homólogo. A receita corrente cresceu 6,5%, devido ao aumento das contribuições (22,0%) enquanto que as transferências correntes reduziram-se 2,5%. A despesa corrente aumentou 5,4%, reflectindo, principalmente, os aumentos das despesas em pensões (5,1%) e, com peso diminuto, da aquisição de bens e serviços.

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2009		2010		2009		2010			
	Jan a Fev		Jan a Fev		Jan a Fev		Jan a Fev			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	3705	3720	0.4	16.7	15.7	1232	1312	6.5	15.2	17.1
Contribuições e quotizações	2246	2270	1.1	17.3	16.4	446	544	22.0	13.1	14.5
Transferências correntes da Adm. Central	1084	607	-44.0	17.0	8.9	784	467	-40.4	18.5	19.6
Despesa Total	3105	3311	6.6	14.5	14.9	1153	1215	5.4	14.0	15.4
Pensões	1904	1984	4.2	14.6	14.5	1148	1207	5.1	14.1	15.4
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	291	369	26.6	16.4	23.4	-	-	-	-	-
Prestações e acção social	703	748	6.3	17.6	18.2	-	-	-	-	-
Saldo Global	600	409	-	-	-	79	97	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARl.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até Fevereiro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 602,3 milhões de euros, o que constitui uma deterioração de 124,5 milhões de euros face a Fevereiro de 2009. Chama-se a atenção para o facto de que a comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afectada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se reflectem nas taxas de variação apresentadas³.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 5,7%, explicada pela diminuição da receita corrente, em 1,8%, em virtude das quebras nos impostos indirectos (-29,0%), taxas, multas e outras penalidades (-16%) transferências correntes da UE (-65,6%) e outras receitas correntes (-29,1%) que compensaram o crescimento nas contribuições (13,4%) e nas transferências das AP (1,6%); bem como um decréscimo na receita de capital de 61,5%; e
- uma diminuição da despesa em 3,0%, com a despesa corrente a reduzir-se 0,5%, e a despesa de capital 50,1%. Para o decréscimo da despesa corrente contribuíram as despesas com o pessoal (-19,5%), os subsídios (-48,6%) e as outras despesas correntes (-32,2%). Em sentido contrário, verificaram-se aumentos nas rubricas de aquisição de bens e serviços (12,3%) e nas transferências correntes (0,4%). Relativamente à variação da despesa de capital destacam-se as diminuições no investimento (31,3%) e nas transferências de capital (54,6%). As rubricas da despesa com pessoal e aquisição de bens e serviços são particularmente afectadas pelas referidas alterações ao universo considerado.

Serviço Nacional de Saúde

Até Fevereiro de 2010, o excedente global provisório do Serviço Nacional de Saúde (SNS), na componente integrada nos serviços da administração pública e na óptica da contabilidade pública, cifrou-se em 207,6 milhões de euros, o que representa uma redução de 37 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- uma redução de 1,2% na receita devido à diminuição das outras receitas correntes (-56,6%) enquanto que, em sentido contrário, registou-se um aumento transferências correntes (0,9%); e
- um aumento da despesa em 1,7%, justificada pelo crescimento da aquisição de bens e serviços (14,4%) enquanto que as restantes rubricas apresentaram variações homólogas negativas. Saliente-se que, como já referido, o comportamento da despesa reflecte, em parte, os efeitos das alterações de universo consideradas, nomeadamente as operações de empresarialização de hospitais ocorridas durante o ano de 2009, as quais se consubstanciam principalmente numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)				Serviço Nacional de Saúde			
	2008	2009	2009		2008	2009	2009	
	Jan a Fev		Jan	Feb	Jan a Fev		Jan	Feb
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	3 813	3 595	0.5	-5.7	1416	1399	-12	-12
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	480	544	18.0	13.4	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	2 512	2 551	2.4	16	1346	1358	1.0	0.9
Despesa Total	3 086	2 992	-2.1	-3.0	1172	1192	-4.8	1.7
Despesa com pessoal	415	334	-20.8	-19.5	130	88	-38.4	-32.1
Aquisição de bens e serviços	975	1096	6.9	12.3	901	1031	7.0	14.4
Transferências correntes	1381	1387	3.6	0.4	40	11	-78.9	-72.6
Saldo Global	727	602	-	-	245	208	-	-

Fonte: DGO.

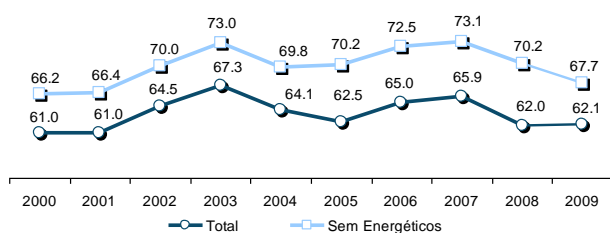
³ Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2009 as saídas^[3] de mercadorias (comércio Intra + Extra UE), bem como as entradas, decresceram 18,1% em termos homólogos (Quadro 3.1). Excluindo os produtos energéticos, verifica-se que no mesmo período as saídas decresceram 17,4% e as entradas 14,3%.

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Dezembro			TVH Últimos 3 meses	
	2008	2009	TVH		
Saídas (fob)	37 949	31 085	-18.1	-3.3	
Entradas (cif)	61 174	50 074	-18.1	-6.5	
Saldo (fob-cif)	- 23 225	- 18 989	-18.2	-11.0	
Cobertura (fob/cif)	62.0	62.1	-	-	
	65.1	65.1	-	-	
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	35 725	29 506	-17.4	-4.5	
Entradas (cif)	50 876	43 591	-14.3	-5.0	
Saldo (fob-cif)	- 15 151	- 14 085	-7.0	-5.9	
Cobertura (fob/cif)	70.2	67.7	-	-	
	73.7	71.0	-	-	
Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro			TVH	
	2009	2010	TVH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	572	589	3.0	-8.0	-19.6
Importações (cif)	888	975	9.8	-6.2	-29.4
Saldo (fob-cif)	- 316	- 386	22.0	-2.1	-45.4
Cobertura (fob/cif)	64.4	60.4	23.8	-1.3	-47.7
	67.5	63.4	-	-	-

Nota 1: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Janeiro, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que são uma versão preliminar do período de Janeiro a Dezembro.

Nota 2: Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009 e 2010: 0.9529

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar do ano; 2010 - versão preliminar.

Nos últimos três meses (Outubro a Dezembro), excluindo os produtos energéticos, as saídas acusaram uma diminuição de 4,5% face ao período homólogo do ano anterior, tendo as entradas registado uma descida de 5,0%.

No período de Janeiro a Dezembro de 2009, a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 62,1% (67,7% excluindo os produtos energéticos) (Figura 3.1).

Uma estimativa rápida de dados agregados para o mês de Janeiro de 2010, aponta para taxas de variação homólogas de +4,4% nas saídas e de -3,3% nas entradas de mercadorias (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Balança Comercial de Janeiro
(estimativa rápida)

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro		
	2009	2010	TVH
Saídas (fob)	2 432	2 540	4.4
Entradas (cif)	3 977	3 844	-3.3
Saldo (fob-cif)	-1 545	-1 304	-15.6
Cobertura (fob/cif)	61.2	66.1	-

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

Segundo dados preliminares disponíveis para Janeiro de 2010, referentes ao comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros e as importações daí provenientes terão aumentado respectivamente 3,0% e 9,8% (Quadro 3.1).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2008	2009	TVH	2008	2009	TVH
Janeiro	5 012	3 977	-20.7	3 332	2 432	-27.0
Fevereiro	5 308	3 716	-30.0	3 375	2 379	-29.5
Março	5 111	4 306	-15.8	3 291	2 601	-21.0
Abril	5 462	3 878	-29.0	3 383	2 477	-26.8
Mai	5 363	3 881	-27.6	3 337	2 537	-24.0
Junho	5 202	4 276	-17.8	3 308	2 640	-20.2
Julho	5 744	4 589	-20.1	3 790	3 044	-19.7
Agosto	4 481	3 523	-21.4	2 421	2 029	-16.2
Setembro	5 207	4 569	-12.3	3 268	2 785	-14.8
Outubro	5 340	4 605	-13.8	3 240	2 910	-10.2
Novembro	4 748	4 628	-2.5	2 882	2 837	-1.6
Dezembro	4 197	4 126	-1.7	2 323	2 416	4.0
1º Trimestre	15 431	11 998	-22.2	9 998	7 412	-25.9
2º Trimestre	16 027	12 035	-24.9	10 028	7 653	-23.7
3º Trimestre	15 432	12 681	-17.8	9 478	7 858	-17.1
4º Trimestre	14 284	13 359	-6.5	8 445	8 163	-3.3

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar do ano; 2010 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE na publicação "Síntese Estatística do Comércio Internacional" nº 3/2010:

www.gee.min-economia.pt.

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Dezembro de 2009 e os do comércio extra-comunitário para Janeiro de 2010, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2008, são os implícitos numa 2ª versão do ano. No que respeita ao comércio intracomunitário estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, em 2009, 400 mil euros para as chegadas e 550 mil para as expedições, o que corresponderá a uma taxa de cobertura do comércio intracomunitário de 95% nas chegadas e nas expedições), bem como estimativas das não-respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os Países Terceiros. Paralelamente, "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos Países Terceiros.

Saídas de Mercadorias

Em 2009, as saídas de mercadorias registaram, face ao ano anterior, uma descida de 18,1% (Quadro 3.4).

Neste período, nenhum dos grupos de produtos registou um crescimento positivo, tendo ocorrido a menor quebra no grupo "Agro-alimentares (-3,4%).

Nos restantes grupos as descidas foram, por ordem decrescente: "Máquinas" (-30,6%), "Energéticos" (-29,0%), "Minérios e Metais" (-25,4%), "Material de Transporte" (-21,1%), "Peles, Couros e Têxteis" (-15,8%), "Madeira, Cortiça e Papel" (-15,0%), "Químicos" (-13,9%), "Vestuário e Calçado" (-10,5%), e "Produtos Acabados Diversos" (-5,0%).

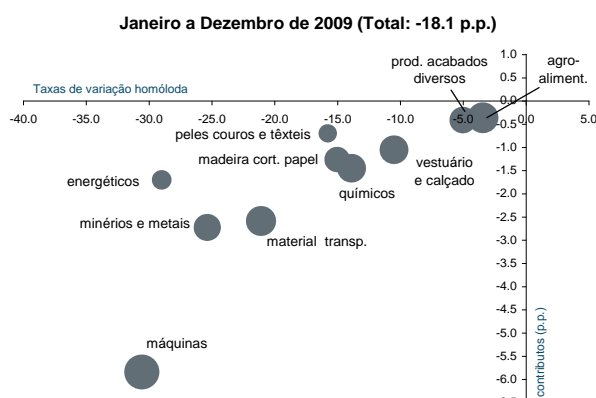
As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram uma descida de 7,2% na componente "calçado" e diminuições de 15,2% no "vestuário excepto de malha", e de 10,8% no "vestuário de malha".

Para a redução das exportações de Energéticos em 2009 (-29,0%), contribuiu, em certa medida, a paralização da refinaria de Sines na 2ª quinzena de Janeiro até ao final de Fevereiro, na sequência de um incêndio.

Ponderando os pesos no total, foram os seguintes os contributos negativos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias em 2009, por grupos de produtos (Figura 3.2 e Quadro 3.4):

"Máquinas" (-5,8 p.p.), "Minérios e metais" (-2,7 p.p.), "Material de transporte" (-2,6 p.p.), "Energéticos" (-1,7 p.p.), Químicos (-1,5 p.p.), "Madeira, Cortiça e Papel" (-1,3 p.p.), "Vestuário e Calçado" (-1,0 p.p.), "Peles, Couros e Têxteis" (-0,7 p.p.), "Produtos Acabados Diversos" e "Agro-alimentares" (-0,4 p.p. cada).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Quadro 3.4. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos		
	Jan-Dez		anual		Jan-Dez		média anual 03-08**	Jan-Dez	
	2008	2009	2003	2008**	2008	2009		TVH	contrib. p.p.[1]
Total das Saídas	37 949	31 085	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	-18.1	-18.1
000 Agro-Alimentares	4 018	3 880	7.8	10.4	10.6	12.5	11.9	-3.4	-0.4
100 Energéticos	2 225	1 580	2.4	6.1	5.9	5.1	26.6	-29.0	-1.7
200 Químicos	3 966	3 415	8.7	10.7	10.4	11.0	9.9	-13.9	-1.5
300 Madeira, Cortiça e Papel	3 185	2 707	9.6	8.4	8.4	8.7	2.8	-15.0	-1.3
400 Peles, Couros e Têxteis	1 681	1 416	6.1	4.4	4.4	4.6	-1.1	-15.8	-0.7
500 Vestuário e Calçado	3 793	3 394	15.7	9.7	10.0	10.9	-4.2	-10.5	-1.0
600 Minérios e Metais	4 076	3 042	6.6	10.7	10.7	9.8	16.3	-25.4	-2.7
700 Máquinas	7 248	5 031	19.7	19.3	19.1	16.2	5.1	-30.6	-5.8
800 Material de Transporte	4 657	3 675	15.3	12.6	12.3	11.8	1.4	-21.1	-2.6
900 Produtos Acabados Diversos	3 102	2 946	8.0	7.7	8.2	9.5	4.6	-5.0	-0.4

Por memória:

Total sem energéticos	35 725	29 506	97.6	93.9	94.1	94.9	4.7	-17.4	-16.4
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	-----	-------	-------

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

** O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar do ano.

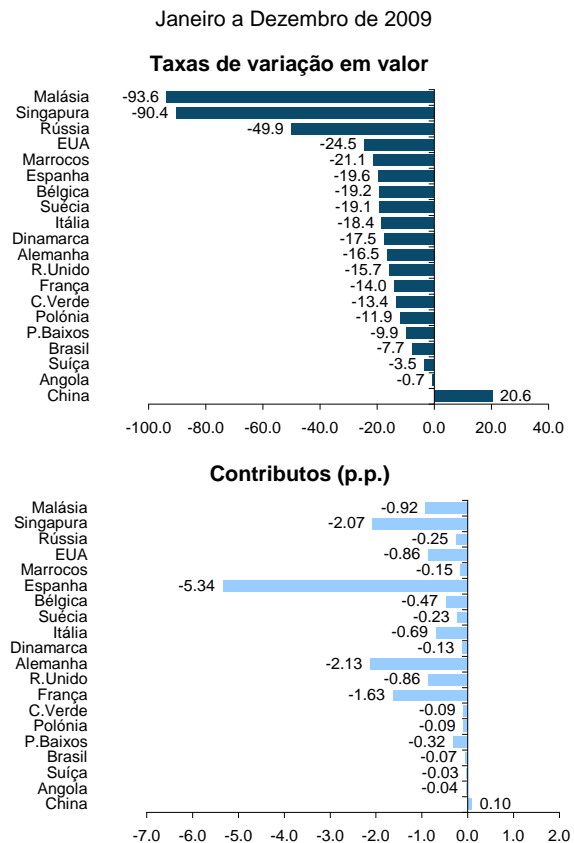
Em 2009, as expedições para o *mercado comunitário* decresceram 16,9%, cabendo reduções de 17,0% aos países da UE-15 e de 13,9% aos 12 Países do Alargamento. Por sua vez, as exportações para os Países Terceiros diminuíram 21,4% (Quadro 3.5).

No contexto da *UE-15 a descida* foi generalizada a todos os principais mercados: Espanha (-19,6%), Bélgica (-19,2%), Suécia (-19,1%), Itália (-18,4%), Dinamarca (-17,5%), Alemanha (-16,5%), Reino Unido (-15,7%), França (-14,0%), e Países Baixos (-9,9%). Entre os Países do Alargamento destaca-se a Polónia (-11,9%) (Figura 3.3).

Neste período, regista-se, entre os *Países Terceiros*, o incremento das exportações portuguesas para a China (+20,6%). Decresceram ligeiramente as exportações para Angola (-0,7%). Quebras significativas ocorreram nas exportações para a Malásia (-93,6%), Singapura (-90,4%) e Rússia (-49,9%). Decresceram ainda as exportações para os EUA (-24,5%), Marrocos (-21,1%), Cabo Verde (-13,4%) e Brasil (-7,7%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos negativos, em termos de mercados de destino, para a taxa de variação das saídas de mercadorias (-18,1%), couberam a Espanha (-5,3 p.p.), Alemanha (-2,1 p.p.), Singapura (-2,1 p.p.) e França (-1,6 p.p.) (Figura 3.3 e Quadro 3.5).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos



Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Valores em milhões de euros		
	Jan-Dez		anual		Jan-Dez		média anual 03-08*	Taxas de variação e contributos [2]	
	2008	2009	2003	2008*	2008	2009		TVH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	37 949	31 085	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	-18.1	-18.1
Intra UE-27	28 006	23 272	81.0	72.9	73.8	74.9	3.3	-16.9	-12.5
dos quais:									
UE-15	26 988	22 395	79.4	70.2	71.1	72.0	3.0	-17.0	-12.1
Espanha	10 328	8 301	23.8	26.4	27.2	26.7	7.7	-19.6	-5.3
Alemanha	4 882	4 075	14.8	13.1	12.9	13.1	3.0	-16.5	-2.1
França	4 436	3 815	13.2	11.5	11.7	12.3	2.6	-14.0	-1.6
R.Unido	2 080	1 753	10.3	5.5	5.5	5.6	-6.9	-15.7	-0.9
Itália	1 433	1 169	4.7	3.8	3.8	3.8	0.8	-18.4	-0.7
P.Baixos	1 245	1 122	3.8	3.2	3.3	3.6	2.4	-9.9	-0.3
Bélgica	936	756	4.4	2.5	2.5	2.4	-6.1	-19.2	-0.5
Suécia	454	368	1.3	1.2	1.2	1.2	3.5	-19.1	-0.2
Dinamarca	279	230	0.9	0.7	0.7	0.7	1.2	-17.5	-0.1
Alargamento	1 018	876	1.7	2.7	2.7	2.8	16.0	-13.9	-0.4
Polónia	296	261	0.5	0.8	0.8	0.8	14.1	-11.9	-0.1
Extra UE-27	9 943	7 814	19.0	27.1	26.2	25.1	13.3	-21.4	-5.6
dos quais:									
Angola	2 261	2 246	2.3	6.2	6.0	7.2	28.3	-0.7	0.0
EUA	1 340	1 012	5.7	3.6	3.5	3.3	-3.5	-24.5	-0.9
Singapura	871	84	0.8	2.4	2.3	0.3	30.4	-90.4	-2.1
Malásia	374	24	0.1	1.0	1.0	0.1	67.7	-93.6	-0.9
Brasil	320	295	0.5	0.9	0.8	0.9	19.9	-7.7	-0.1
Suíça	300	289	1.0	0.8	0.8	0.9	0.3	-3.5	0.0
Marrocos	273	216	0.5	0.7	0.7	0.7	16.2	-21.1	-0.2
C.Verde	258	223	0.5	0.7	0.7	0.7	13.5	-13.4	-0.1
Por memória:									
Rússia	191	96	0.1	0.5	0.5	0.3	37.0	-49.9	-0.3
China	184	222	0.5	0.5	0.5	0.7	4.2	20.6	0.1
PALOP	2 688	2 659	3.1	7.3	7.1	8.6	24.9	-1.1	-0.1
EFTA	414	377	1.9	1.1	1.1	1.2	-4.9	-9.0	-0.1

* O ano de 2008 na estrutura anual e na média anual 2003-2008 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] (Jan 09-Dez 09) / (Jan 08-Dez 08) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2008.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Entradas de Mercadorias

Em 2009, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo do ano anterior, uma redução de 18,1% (Quadro 3.6).

Ponderando os pesos no total das entradas, todos os grupos de produtos apresentaram contributos negativos: “Energéticos” (-6,2 p.p.), “Máquinas” (-3,5 p.p.), “Minérios e Metais” (-3,1 p.p.), “Material de Transporte” (-1,8 p.p.), “Agro-alimentares” (-1,1 p.p.), “Químicos” (-0,8 p.p.), “Têxteis, Vestuário e Calçado” e “Peles, madeira, cortiça e papel” (-0,6% cada), e “Produtos acabados diversos” (-0,3 p.p.).

Em 2009, a UE-27 foi a origem de 78,0% das entradas de mercadorias, cabendo 75,6% aos países da UE-15 e 2,4% aos doze Países do Alargamento (Quadro 3.6). Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (32,4% do total), da Alemanha (12,7%) e de França (8,7%). Seguiram-se as de Itália (5,7%), dos Países Baixos (5,4%), do Reino Unido (3,3%), da Bélgica (2,8%) e da Suécia (1,1%).

Entre os Países Terceiros (22,0% do total), assinalam-se as importações provenientes da Nigéria (2,5%), da China (2,2%), do Brasil (1,8%), dos EUA (1,7%), da Noruega (1,2%) e da Rússia (1,1%). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 5,9% do total das entradas.

Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Selecção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas variação e contributos		
	Jan-Dez		Anual		Jan-Dez		média anual 03-08**	Jan-Dez	
	2008	2009	2003	2008**	2008	2009		TVH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	61 174	50 074	100.0	100.0	100.0	100.0	7.1	-18.1	-18.1
Grupos de Produtos									
000-Agro-Alimentares	7 943	7 287	13.0	13.0	13.0	14.6	7.0	-8.3	-1.1
100-Energéticos	10 299	6 484	10.1	17.5	16.8	12.9	19.5	-37.0	-6.2
200-Químicos	8 125	7 608	14.1	13.3	13.3	15.2	5.9	-6.4	-0.8
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	2 644	2 278	5.5	4.3	4.3	4.5	1.9	-13.8	-0.6
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 792	3 412	8.3	5.9	6.2	6.8	0.1	-10.0	-0.6
500-Minérios e Metais	6 040	4 152	8.7	9.9	9.9	8.3	9.9	-31.3	-3.1
600-Máquinas [3]	11 663	9 508	21.1	19.1	19.1	19.0	5.0	-18.5	-3.5
700-Material de Transporte [4]	7 204	6 089	13.1	11.7	11.8	12.2	4.6	-15.5	-1.8
800-Prod. Acabados Diversos	3 466	3 256	6.0	5.3	5.7	6.5	4.1	-6.0	-0.3
Total sem energéticos	50 876	43 591	89.9	82.5	83.2	87.1	5.2	-14.3	-11.9
Mercados de origem									
Intra UE-27	44 987	39 073	79.4	72.4	73.5	78.0	5.1	-13.1	-9.7
dos quais:									
UE-15	43 851	37 878	77.7	70.5	71.7	75.6	5.0	-13.6	-9.8
Espanha	18 854	16 214	30.0	30.1	30.8	32.4	7.1	-14.0	-4.3
Alemanha	7 582	6 355	14.6	12.1	12.4	12.7	3.1	-16.2	-2.0
França	5 070	4 374	9.8	8.3	8.3	8.7	3.6	-13.7	-1.1
Itália	3 249	2 858	6.4	5.1	5.3	5.7	2.3	-12.0	-0.6
P.Baixos	2 817	2 719	4.7	4.6	4.6	5.4	6.6	-3.5	-0.2
R.Unido	1 971	1 645	4.9	3.2	3.2	3.3	-1.8	-16.5	-0.5
Bélgica	1 622	1 417	2.9	2.7	2.7	2.8	5.4	-12.7	-0.3
Suécia	761	539	1.2	1.3	1.2	1.1	8.8	-29.1	-0.4
Alargamento	1 136	1 195	1.7	1.9	1.9	2.4	9.1	5.1	0.1
Extra UE-27	16 187	11 001	20.6	27.6	26.5	22.0	13.5	-32.0	-8.5
dos quais:									
Nigéria	1 733	1 243	1.6	2.9	2.8	2.5	21.1	-28.3	-0.8
Brasil	1 363	888	1.6	2.3	2.2	1.8	15.6	-34.9	-0.8
China	1 342	1 115	0.9	2.3	2.2	2.2	29.3	-16.9	-0.4
EUA	1 031	864	1.9	1.8	1.7	1.7	5.5	-16.2	-0.3
Líbia	991	333	0.9	1.7	1.6	0.7	22.4	-66.4	-1.1
Argélia	707	275	0.5	1.2	1.2	0.5	26.5	-61.1	-0.7
Noruega	695	587	1.3	1.2	1.1	1.2	5.0	-15.5	-0.2
Arábia Saud.	674	406	0.8	1.1	1.1	0.8	16.3	-39.8	-0.4
Japão	589	285	1.6	1.0	1.0	0.6	-2.5	-51.6	-0.5
Índia	475	268	0.4	0.8	0.8	0.5	24.5	-43.6	-0.3
Iraque	408	158	0.0	0.7	0.7	0.3	860.4	-61.3	-0.4
Angola	408	151	0.0	0.7	0.7	0.3	179.2	-63.0	-0.4
Rússia	404	529	1.2	0.7	0.7	1.1	-4.9	31.0	0.2
OPEP[5]	5 523	2 975	4.3	9.4	9.0	5.9	25.1	-46.1	-4.2
EFTA	1 119	939	2.3	1.9	1.8	1.9	3.3	-16.1	-0.3
PALOP	452	203	0.1	0.8	0.7	0.4	54.2	-55.0	-0.4

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

** O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

[5] Inclui Angola.

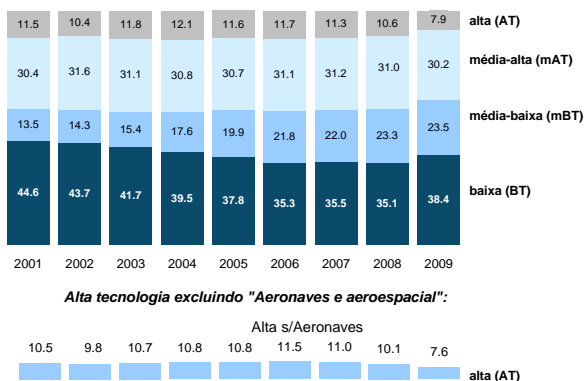
Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2008.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com *dados de base declarados* do INE, que não englobam estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no em 2009, face ao ano anterior, assistiu-se a um decréscimo do peso das saídas dos produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa + média alta), de 54,3% para 53,7% (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

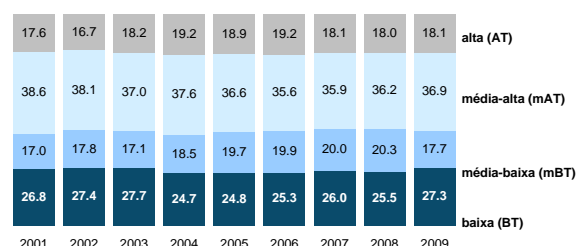
Nota 2 - Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 2ª versão; 2009 - versão preliminar).

O peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* desceu de 10,6% para 7,9%, reflectindo principalmente uma descida de 2,9 p.p. no "Equipamento de rádio, TV e comunicações". Por sua vez, o peso das saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica*, no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, subiu de 35,1% para 38,4%, a que corresponderam subidas de 1,3 p.p. nos "Produtos alimentares, bebidas e tabaco", de 0,9 p.p. nos "Têxteis, vestuário, couros e calçado", e de 0,8 p.p. na "Pasta de papel, papel, cartão e publicações".

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas dos produtos industriais transformados nos mesmos períodos⁴.

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005-últimas versões; 2006-2ª versão; 2007-3ª versão; 2008-2ª versão; 2009-versão preliminar).

Quadro 3.7. Saídas e Entradas * de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	Valores em 1000 Euros										
	Janeiro a Dezembro		Taxas variação (%)			% do total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
	2008	2009	média 2003-08	2008/07	Jan-Dez 2009/08	2007	2008	Jan-Dez		2008	Jan-Dez 2009
SAÍDAS*											
Total dos prod. indust. transformados	34 761 413	27 869 819	5.0	-0.7	-19.8	100.0	100.0	100.0	100.0	-0.7	-19.8
Alta tecnologia	3 699 678	2 209 164	2.8	-6.3	-40.3	11.3	10.6	10.6	7.9	-0.7	-4.3
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 492 921	2 120 610	3.7	-9.2	-39.3	11.0	10.1	10.1	7.6	-1.0	-4.0
Média-alta tecnologia	10 760 740	8 419 708	5.0	-1.5	-21.8	31.2	31.0	31.0	30.2	-0.5	-6.7
Média-baixa tecnologia	8 087 039	6 539 132	14.1	5.1	-19.1	22.0	23.3	23.3	23.5	1.1	-4.5
Baixa tecnologia	12 213 956	10 701 814	1.5	-1.8	-12.4	35.5	35.1	35.1	38.4	-0.7	-4.4
<i>Por memória:</i>											
Total das Saídas	36 739 194	29 351 210	5.5	0.0	-20.1	100.0	100.0	100.0	100.0	0.0	-20.1
Residual	1 977 781	1 481 392	16.9	13.0	-25.1	4.8	5.4	5.4	5.0	0.6	-1.4
ENTRADAS*											
Total dos prod. indust. transformados	46 993 218	38 934 890	5.5	1.8	-17.1	100.0	100.0	100.0	100.0	1.8	-17.1
Alta tecnologia	8 471 743	7 049 317	5.3	1.6	-16.8	18.1	18.0	18.0	18.1	0.3	-3.0
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 796 731	6 383 259	5.2	0.6	-18.1	17.0	16.8	16.8	16.7	0.1	-3.1
Média-alta tecnologia	17 006 228	14 370 206	5.0	2.5	-15.5	35.9	36.2	36.2	36.9	0.9	-5.6
Média-baixa tecnologia	9 531 651	6 887 266	9.1	3.4	-27.7	20.0	20.3	20.3	17.7	0.7	-5.6
Baixa tecnologia	11 983 596	10 628 101	3.8	-0.1	-11.3	26.0	25.5	25.5	27.3	0.0	-2.9
<i>Por memória:</i>											
Total das Entradas	58 747 203	46 493 968	7.1	5.8	-20.9	100.0	100.0	100.0	100.0	5.8	-20.9
Residual	11 753 985	7 559 078	15.4	25.6	-35.7	16.9	20.0	20.0	16.3	4.3	-7.1

* Saídas de mercadorias correspondentem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondentem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: $(VH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - versão preliminar).

⁴ Para maior detalhe consultar: "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 3/2010 - www.gee.min-economia.pt

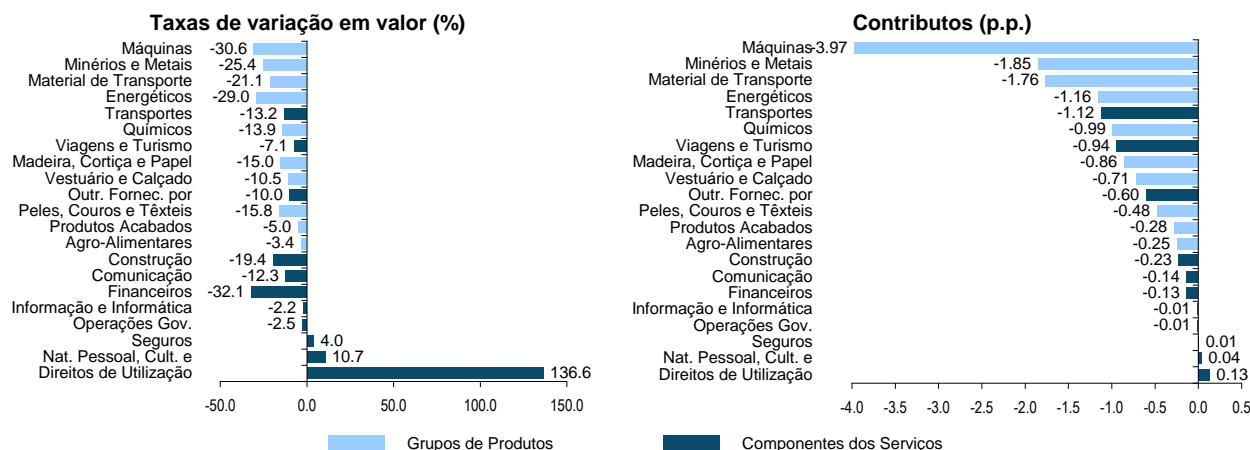
Comércio Internacional de Bens e Serviços

Segundo dados da Balança de Pagamentos divulgados pelo Banco de Portugal para o ano de 2009, o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 34,2% do lado das “exportações” (crédito), e de 17,5% na vertente das “importações” (débito). As “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 15,3% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram negativamente os Serviços (-3,0 p.p.), a par de um contributo também negativo por parte dos Bens (-12,3 p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços em 2009, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços. A distribuição do contributo das “exportações” de Bens pelos Grupos de Produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes

Janeiro a Dezembro de 2009



Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de euros

	Janeiro a Dezembro		Estrutura (%)			Taxas de variação e contributos [1]		
	2008	2009	Jan-Dez			média anual 03-08	Jan-Dez	
			2004	2008	2009		TVH	contrib. p.p.[1]
CRÉDITO ("Exportações")								
Bens e Serviços	56 140	47 553	100.0	100.0	100.0	2.7	-15.3	-15.3
Bens	38 212	31 308	71.5	68.1	65.8	1.0	-18.1	-12.3
Serviços	17 928	16 244	28.5	31.9	34.2	6.5	-9.4	-3.0
Transportes	4 773	4 143	5.6	8.5	8.7	12.3	-13.2	-1.1
Viagens e Turismo	7 440	6 913	14.9	13.3	14.5	2.2	-7.1	-0.9
Comunicação	621	545	0.9	1.1	1.1	7.0	-12.3	-0.1
Construção	654	527	0.8	1.2	1.1	8.6	-19.4	-0.2
Seguros	103	107	0.3	0.2	0.2	-0.5	4.0	0.0
Financeiros	236	160	0.5	0.4	0.3	-3.1	-32.1	-0.1
Informação e Informática	270	264	0.3	0.5	0.6	17.8	-2.2	0.0
Direitos de Utilização	55	129	0.1	0.1	0.3	31.5	136.6	0.1
Outr. Fornec. por Empresas	3 400	3 061	4.4	6.1	6.4	10.7	-10.0	-0.6
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	204	226	0.4	0.4	0.5	7.7	10.7	0.0
Operações Governamentais	173	168	0.4	0.3	0.4	1.5	-2.5	0.0
DÉBITO ("Importações" Fob)								
Bens e Serviços	70 954	58 659	100.0	100.0	100.0	2.3	-17.3	-17.3
Bens	59 574	48 390	85.0	84.0	82.5	1.7	-18.8	-15.8
Serviços	11 380	10 269	15.0	16.0	17.5	5.6	-9.8	-1.6
Transportes	3 481	2 915	4.6	4.9	5.0	4.1	-16.3	-0.8
Viagens e Turismo	2 939	2 712	4.2	4.1	4.6	4.0	-7.7	-0.3
Comunicação	543	478	0.6	0.8	0.8	9.3	-12.1	-0.1
Construção	159	123	0.2	0.2	0.2	-0.8	-22.6	-0.1
Seguros	200	191	0.4	0.3	0.3	-0.6	-4.8	0.0
Financeiros	260	182	0.3	0.4	0.3	5.0	-30.0	-0.1
Informação e Informática	351	385	0.3	0.5	0.7	16.8	9.7	0.0
Direitos de Utilização	339	360	0.5	0.5	0.6	4.7	6.1	0.0
Outr. Fornec. por Empresas	2 536	2 330	3.0	3.6	4.0	8.3	-8.1	-0.3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	411	467	0.6	0.6	0.8	10.0	13.4	0.1
Operações Governamentais	161	127	0.3	0.2	0.2	-1.9	-21.4	0.0

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Destques

Evolução do Comércio Externo de Portugal com a Venezuela

Walter Anatole Marques¹

Após a assinatura em Caracas, em 13 de Maio de 2008, do Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Venezuela, em Matéria de Cooperação Económica e Energética, a que se seguiram acordos firmados com empresas privadas portuguesas, as trocas comerciais entre os dois países intensificaram-se significativamente.

Quadro 1 – Balança Comercial de Portugal com a Venezuela

2000 - 2009

	1000 Euros									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Importações (cif)	14 227	167 449	122 981	25 302	16 738	10 890	211 349	12 112	140 448	122 874
TVH	-57.8	1077.0	-26.6	-79.4	-33.8	-34.9	1840.8	-94.3	1059.6	-12.5
Exportações (fob)	18 891	27 094	13 853	6 366	9 511	12 067	17 347	16 260	50 897	123 694
TVH	56.5	43.4	-48.9	-54.0	49.4	26.9	43.8	-6.3	213.0	143.0
Saldo (fob-cif)	4 664	- 140 355	- 109 128	- 18 936	- 7 226	1 177	- 194 002	4 149	- 89 551	820
Cobertura (fob/cif)	132.8	16.2	11.3	25.2	56.8	110.8	8.2	134.3	36.2	100.7

Nota: Valores em euros de 1993 a 2000 convertidos a partir de valores em escudos (1 Euro = 200,482 Esc).

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE: 1993 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 2ª versão; 2009 - versão preliminar (inclui dados estimados para o comércio intracomunitário desde 2004).

Os principais produtos venezuelanos importados por Portugal ao longo da última década incidiram nos combustíveis e óleos minerais, no ferro e aço, nos produtos químicos orgânicos, nas frutas, no plástico e suas obras, nas bebidas e líquidos alcoólicos e no tabaco e seus sucedâneos manufacturados. As elevadas taxas de crescimento verificadas em 2001, 2002, 2006, 2008 e 2009 correspondem essencialmente a produtos energéticos (Quadro 2).

Quadro 2 – Principais produtos importados por Portugal com origem na Venezuela

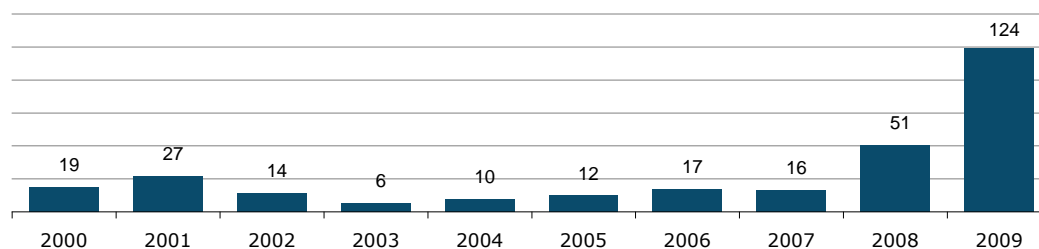
NC-2	Descritivo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	Peso da amostra no Total	86.8	99.2	99.1	92.5	92.9	88.2	99.5	91.9	99.3	99.7
27	Combustíveis e óleos minerais	22.5	94.6	91.5	48.4	45.8	26.2	97.2	24.6	96.4	91.4
72	Ferro fundido, ferro e aço	9.4	0.5	5.7	19.9	36.6	34.9		45.1		6.8
29	Produtos químicos orgânicos	10.9	1.2	0.0	17.7	0.3	1.4	1.3	1.0	1.0	
08	Frutas	5.5	0.4	0.4	1.9	5.5	9.8	0.6	13.8	1.3	0.9
39	Plástico e suas obras	30.4	1.6	0.7	0.9	0.0	3.9	0.0	0.0	0.2	0.4
22	Bebidas e líquidos alcoólicos	1.8	0.2	0.2	0.8	1.1	3.5	0.1	1.9	0.4	0.1
24	Tabaco e sucedâneos manufacturados	6.3	0.7	0.6	2.9	3.7	8.6	0.2	5.6		

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

As exportações portuguesas para a Venezuela registaram um forte acréscimo em termos homólogos já em 2008 (+213,0%) e em 2009 (+143,0%), com o saldo da balança comercial a inverter o sinal entre os dois anos, passando de um défice de 90 milhões de Euros para um saldo positivo de 820 mil Euros (Quadro 2 e Figura 1).

¹ Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade Funcional de Estatísticas de Comércio Internacional. O conteúdo do trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

Figura 1 - Evolução das exportações portuguesas para a Venezuela
(milhões de Euros)



No Quadro 3 sintetizam-se, por Grupos e Subgrupos de produtos, as principais exportações portuguesas efectuadas para a Venezuela em 2009, em contraponto com as correspondentes exportações em 2007, o ano que antecedeu a assinatura do Acordo Complementar vigente.

Quadro 3 – Principais exportações portuguesas para a Venezuela por Grupos e Subgrupos de Produtos
2007 e 2009

Grupos e Subgrupos de Produtos	Valor (1000 Euros)		Tx Var Valor	Estrutura (%)	
	2007	2009		2007	2009
700 Máquinas	2 466	94 103	3716.8	15.2	76.1
703 Máquinas de Escritório e Informática	17	84 980	492254.0	0.1	68.7
701 Máquinas e Aparelhos Mecânicos	2 046	7 980	290.0	12.6	6.5
704 Outros Aparelhos Eléctricos	239	761	219.0	1.5	0.6
702 Aparelhos de Som e Imagem	163	381	133.3	1.0	0.3
600 Minérios e Metais	2 349	15 820	573.6	14.4	12.8
dos quais:					
603 Obras de Metais	2 247	15 662	596.9	13.8	12.7
602 Metais em Bruto	101	157	55.0	0.6	0.1
000 Agro-Alimentares	6 001	8 579	42.9	36.9	6.9
dos quais:					
003 Outros Agro-Alimentares	4 826	6 278	30.1	29.7	5.1
001 Conservas de Peixe	222	1 430	542.8	1.4	1.2
002 Vinhos	953	870	-8.7	5.9	0.7
900 Produtos Acabados Diversos	1 315	1 645	25.1	8.1	1.3
dos quais:					
901 Cerâmica e Vidro	1 097	1 320	20.3	6.7	1.1
903 Outros Produtos Acabados	218	325	49.4	1.3	0.3
300 Madeira, Cortiça e Papel	908	1 384	52.4	5.6	1.1
dos quais:					
304 Papel e Publicações	57	597	939.4	0.4	0.5
302 Cortiça	544	552	1.5	3.3	0.4
301 Madeira	307	235	-23.4	1.9	0.2
200 Químicos	821	953	16.1	5.0	0.8
203 Petroquímicos	449	600	33.7	2.8	0.5
201 Farmacêuticos	222	177	-20.1	1.4	0.1
204 Outros Químicos	151	176	16.8	0.9	0.1
500 Vestuário e Calçado	482	795	64.9	3.0	0.6
dos quais:					
503 Calçado e Acessórios de Vestuário	283	463	63.6	1.7	0.4
501 Vestuário de Tecido	159	316	98.2	1.0	0.3
400 Peles, Couros e Têxteis	1 813	320	-82.3	11.1	0.3
dos quais:					
402 Fibras e Fios Têxteis	1 399	151	-89.2	8.6	0.1
405 Outras Obras Têxteis	308	138	-55.0	1.9	0.1
800 Material de Transporte	106	94	-10.8	0.6	0.1
801 Veículos Automóveis	33	90	171.3	0.2	0.1
802 Outro Material de Transporte	72	4	-94.4	0.4	0.0
Total	16 260	123 694	660.7	100.0	100.0

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2007 - 3ª versão; 2009 - versão preliminar.

Mais de 75% das exportações efectuadas em 2009 incidiram no grupo das **Máquinas**, principalmente computadores, cujo valor rondou os 85 milhões de Euros. Exportaram-se também máquinas para a preparação de carnes, máquinas para a produção de frio e auto-guindastes de pneumáticos, entre outros. Seguiram-se os grupos dos **Minérios e Metais**, com relevância para os recipientes para gases em ferro ou aço e ferragens, dos **Agro-Alimentares**, principalmente azeite, queijo, bacalhau, conservas de sardinha e de atum, e vinhos, dos **Produtos Acabados Diversos**, com uma forte componente de ladrilhos de grés, da **Madeira Cortiça e Papel**, com destaque para o papel, rolhas de cortiça e aglomerados de cortiça, dos **Químicos**, como tubos de polímeros de etileno e produtos farmacêuticos, e do **Vestuário e Calçado**, principalmente calçado.

Produtos Importados pela Venezuela Principais Países Fornecedores

Quadro 4 – Principais produtos importados pela Venezuela em 2008

NC-2	milhões de US\$		TVH	Estrutura (%)	
	2007	2008		2007	2008
Total das importações	41 910	45 127	7.7	100.0	100.0
84 Máquinas e aparelhos mecânicos	5 429	8 493	56.4	13.0	18.8
85 Máquinas e aparelhos eléctricos	4 581	5 638	23.1	10.9	12.5
87 Automóveis e outros veículos terrestres	5 373	2 987	-44.4	12.8	6.6
30 Produtos farmacêuticos	1 118	1 661	48.6	2.7	3.7
73 Obras de ferro fundido, ferro ou aço	814	1 519	86.7	1.9	3.4
90 Aparelh. óptica, fotografia, médicos e de precisão	864	1 458	68.7	2.1	3.2
39 Plástico e suas obras	786	1 279	62.8	1.9	2.8
02 Carnes e miudezas comestíveis	317	1 216	283.2	0.8	2.7
10 Cereais	419	1 128	169.0	1.0	2.5
29 Produtos químicos orgânicos	609	1 047	71.9	1.5	2.3
04 Leite e laticínios, ovos, mel	225	1 000	345.0	0.5	2.2
61 Vestuário de malha e seus acessórios	415	918	121.1	1.0	2.0
48 Papel, cartão e suas obras	505	828	64.0	1.2	1.8
40 Borracha e suas obras	426	710	66.8	1.0	1.6
15 Gorduras e óleos animais e vegetais	331	640	93.6	0.8	1.4
33 Óleos essenciais, perfumaria e cosméticos	359	633	76.3	0.9	1.4
23 Resíduos indústrias aliment; alimentos p/animais	252	605	140.5	0.6	1.3
62 Vestuário excepto de malha e seus acessórios	348	601	72.6	0.8	1.3
64 Calçado e suas partes	241	550	128.5	0.6	1.2
94 Mobiliário, colchões, almofadas e candeeiros	306	548	78.9	0.7	1.2
			% do Total:	56.6	74.1

Fonte: GEE, a partir de dados de base do "International Trade Centre (ITC)".

Quadro 5 – Principais países fornecedores de mercadorias à Venezuela

	milhões de US\$		TVH	Estrutura (%)	
	2007	2008		2007	2008
Mundo	41 910	45 127	7.7	100.0	100.0
EUA	8 462	11 896	40.6	20.2	26.4
Colômbia	3 729	6 765	81.4	8.9	15.0
China	2 076	4 221	103.3	5.0	9.4
Brasil	3 003	4 072	35.6	7.2	9.0
			% do Total:	41.2	59.7

Fonte: GEE, a partir de dados de base do "International Trade Centre (ITC)".

Artigos

Em Análise

Employer Enterprise Creation in Portugal¹

Elsa de Morais Sarmiento²
Alcina Nunes³

This study provides a description of enterprise birth dynamics in Portugal, using an entrepreneurship dataset conceived from *Quadros de Pessoal* based on the Eurostat/OECD methodology “Manual on Business Demography Statistics”, for the period 1987 to 2007. The main contribution of this analysis is to provide detailed empirical evidence of the performance of enterprise births by firm dimension, region and main economic sectors. Using this unique matched employer-employee micro dataset, we discuss the prevalence of some of the main stylized facts on firm creation. When relevant, we resort to international data for comparison.

1. Introduction

In 2007, a joint OECD-Eurostat partnership took place, and new standard definitions and concepts were adopted as a basis for the collection of empirical data on entrepreneurship, culminating in the publication of a “Manual on Business Demography Statistics” (OECD/Eurostat, 2008).

Our work follows this methodology and focuses on the analysis of entrepreneurial performance indicators of enterprise creation, applied to the *Quadros de Pessoal* dataset (Employment Administrative Records) of the Portuguese Ministry of Labour and Social Security, which is the main data source in Portugal, for the universe of employer enterprises. This is composed of all active enterprises with at least one paid employee during the period 1985 to 2007, which constitutes the so-called employer enterprise population.

According to the Eurostat/OECD definitions (2007), the core measure of births reflects the concept of employer enterprise birth. A birth amounts to the “creation of a combination of production factors with the restriction that no other enterprises are involved in the event” (Eurostat/OECD, 2007). Births do not include entries into the population which result from break-ups, spit-offs, mergers, restructuring of enterprises or reactivations of units which are dormant within a period of two years⁴. Thus, this population consists of enterprises that have at least one paid employee in its birth year and also of enterprises that, despite existing before the year in consideration, were below the one employee threshold.

An employer enterprise birth is thus counted in the dataset as a birth of an employer enterprise after it recruits its first employee, while complying with the above mentioned requisites.

The application of this specific methodology implied checking the previous two years before the firm’s entry in the database (while fulfilling the one employee threshold), to account for possible reactivations. This caused enterprise births to be effectively accounted for from 1987 onwards, instead of 1985⁵.

Thus, the considered target indicator for the measurement of firm births is the employer enterprise birth rate⁶. The employer enterprise birth rate is based on a numerator which follows the above definition for

¹ This work reflects the opinions of the authors and not of the Ministry of Economics, Innovation and Development. Other usual disclaimers apply.

The authors would like to thank Gabinete de Estratégia e Planeamento of the Portuguese Ministry of Labour and Social Security for the provision of data.

² Universidade de Aveiro (DEGEI). Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

³ Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança.

⁴ If a dormant unit is reactivated within two years, this is not considered a birth but a reactivation. Reactivations of enterprises are counted for the active enterprise population and not for the population of enterprise births.

⁵ Although data is available since 1981, entries were not measured before 1985, due to reliability issues.

employer enterprise births, and a denominator which consists of the population of active enterprises with one or more employees during the reference period.

3. Entrepreneurship performance indicators for enterprise creation in Portugal

3.1. Employer enterprise births

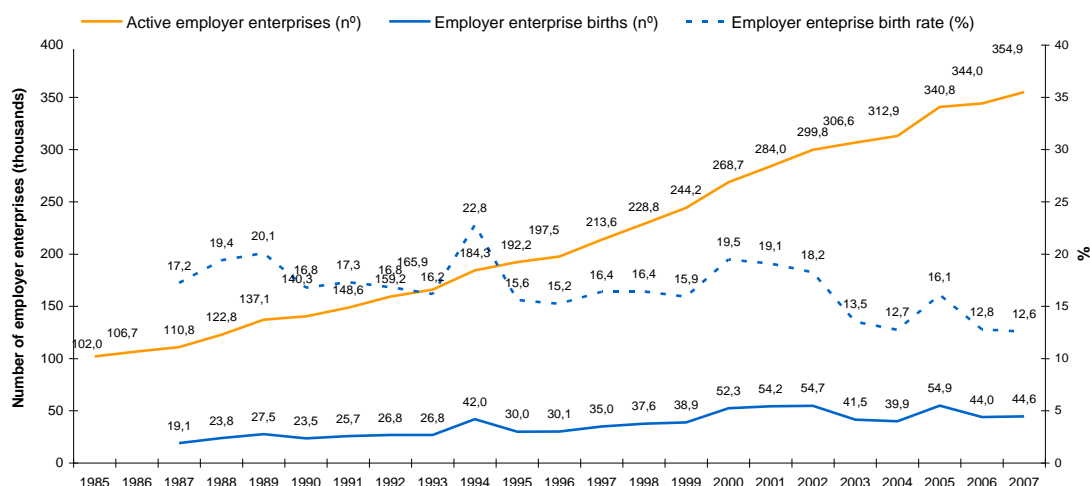
The body of research published so far on entry, has engendered a series of persistent and compelling stylized facts about firm dynamics, which are observed in a wide spectrum of countries (Geroski, 1995; Bartelsman et al., 2005; Cabral, 2007; Klapper et al., 2009; Plehn-Djowich, 2009).

One of the less controversial stylized facts is that net entry is far less important than the gross flows of entry⁷ and exit that generate it. It is known that there are a high number of firms that enter and exit the market every year. Most of new entrants are more involved in the search process rather than in the effective increase of the number of competitors in the market (Bartelsman, 2004).

The analysis of the growth rate of Portuguese employer enterprise births shows a considerable level of turnover⁸ and volatility during the period 1987-2007. In what concerns enterprise births, four main “peaks” are clearly observable (Figure 1), 1989, 1994 with a 57% growth rate (year on year) and the highest birth rate throughout the period (22,8%), 2000 with 35% growth and 19,5% of birth rate and 2005 with a rate of growth 38% (corresponding to a birth rate of 16,1%).

Overall, the rhythm of growth of enterprise births has been decreasing since the 2000 “peak”, exception made for 2005 (with a 37,6% growth rate), and the slight recovery occurred in 2007 (1,4%). In 2005, 16 out of 100 enterprises were new. In 2007, the birth rate was back to 2004’s level (12,6%).

Figure 1 - Employer enterprise births and birth rates*, 1987-2007



Source: Own calculations based on Quadros de Pessoal, GEP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Note: Employer Enterprises are enterprises which have at least one paid worker. Birth rates are calculated as the ratio of the number of employer enterprise births over the population of employer enterprises during the reference period.

⁶ The manual on “Business Demography Statistics” (Eurostat/OECD, 2007) considers three different indicators for the measurement of a firm’s birth, providing higher levels of international comparability as the threshold rises.

⁷ In fact, several measures of entry can be considered. According to Siegfried and Evans (1994), a net entry measure treats exits as negative entries, forcing the structural determinants of entry to be the same as the structural determinants of exit. Gross entry on the other hand, refers to entry alone. However, gross entry does not reflect entry that matters for competition measurement, as entering firms may simply displace exiting firms. Moreover, this measurement might not reflect effective entry rates, that is the amount of firms that actually survive and do not abandon the market.

⁸ Turnover is a measure of firm churning. It is defined as the sum of birth and death rates, that is the percentage of active firms that either enter or exit the market in a given year.

In the 20 year period starting in 1987, the annual average growth rate of employer enterprise births was 4,3% (Table 1), but from 1996 to 2000, an economic recovery period, it becomes substantially higher (14,9%), particularly when compared with the less favourable period of 1990-1995 (4,9%) and also to the period ranging from 2001 to 2005 (0,3%)⁹. The average birth rate also highlights this deceleration tendency, in particular from 2001. From 1990 to 1995, it averages 17,6%, decreases to 16,7% during 1996 to 2000 and continues to fall in the following five year period (15,9%).

Table 1 - Average birth rate and annual average growth of births

Period	Average birth rate (%)	Annual Average Growth of Births (%)
1987-2007	16,7	4,3
1987-2000	17,5	8,1
2000-2007	15,6	-2,3
1990-1995	17,6	4,9
1996-2000	16,7	14,9
2001-2005	15,9	0,3

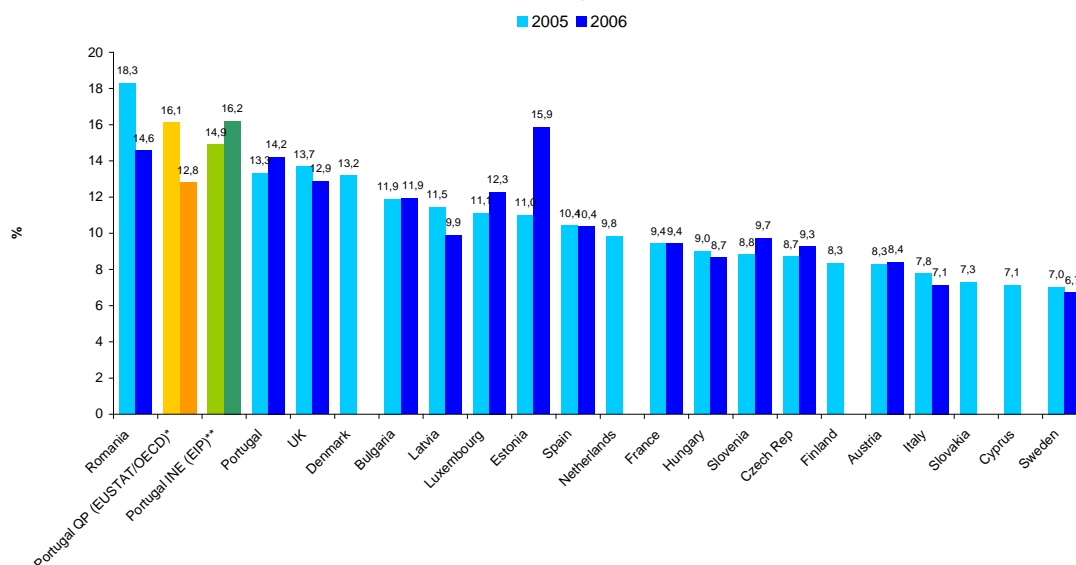
Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

Various studies have documented substantial rates of entry (and exit) in a number of countries (Caves, 1998; Scarpetta et al., 2002; Masso et al., 2004; Ahn, 2001; Cabral, 2007; Klapper et al., 2008). Among the European countries, Portugal has one of the highest records of new firms relatively to the stock of existing enterprises, even when other universes and methodologies are considered (OECD/Eurostat, 2009; Eurostat, 2009; INE 2009; Scarpetta et al., 2002; Cabral, 2007; Bartelsman, 2004).

The Structural Business Statistics data by Eurostat (2009) shows that in 2005, Portugal had the second highest business entry rate among 20 countries (Figure 2). The same rank is found if we used instead our entry rate based on *Quadros de Pessoal* (Eurostat/OECD, 2007), or the entry rate from Statistics Portugal (INE, 2009), calculated for enterprises which employ more than one worker (which follows the same Eurostat/OECD's methodology). In 2006, within a panel of 16 countries, Portugal ranks the third highest, after Estonia and Romania (INE, 2009) and would be ranked second if Statistics Portugal data (EIP) or *Quadros de Pessoal* (Eurostat/OECD, 2007) data would be used instead.

⁹ We observe a positive correlation between the GDP at current prices and the birth rate, within the period from 1996 to 2006 (47,7%) and a significant correlation between the lagged GDP at current prices and the birth rate (96,6%, significant at 1% level) and of the lagged GDP at the previous year prices and the birth rate (70,5%, significant at 5% level).

Figure 2 - Birth rates, according to the Business Demography Statistics by Eurostat and Birth rate for Portugal according to Statistics Portugal (EIP) and *Quadros de Pessoal* , ordered by 2005 and country



Source: Eurostat, Statistics Portugal for Portugal INE (EIP) data and author's calculations based on *Quadros de Pessoal* GEP, MTSS for Portugal QP (Eurostat/OECD) and SDBS Business Demography Indicators from the OECD (EIP).

Notes: Preliminary version of 2005 for Bulgaria, Romania, Portugal and Slovenia.

* Employer enterprises according to the Eurostat/OECD methodology, based on *Quadros de Pessoal*.

** Statistics Portugal data, for enterprises with more than 1 paid employee (employer enterprises).

3.2. Employer enterprise births by size class

The vast majority of enterprises in OECD countries (OECD, 2000) and in the European Union (Storey, 1994; Eurostat, 2009) are small and medium enterprises (SMEs). The weight of SMEs in the economy has been increasing in many countries (OECD, 2000) due to the predominance of the service sector, as larger firms outsource more functions and as developments in information technologies lower entry costs, allowing smaller firms to enter market niches.

Another stylized fact is that entry is more likely to occur in smaller size classes (Segarra and Callejón, 2002). Births (and deaths) are traditionally more concentrated in smaller size classes compared to the overall firm population (OECD/Eurostat, 2009). In general, due to the uncertainty regarding future profitability and the learning process firms incur only after entering the market, most firms prefer to enter small in order to have minimum costs in case of exit. On the other hand, firms with better information about their future success tend to enter with a bigger size¹⁰. Another possible cause is that firms start small, despite the adequacy in some industries to enter with a bigger scale, due to financing constraints (Cabral and Mata, 2003).

In Portugal, small firms are created at a faster pace than larger firms, gaining share in both enterprise and employment (Sarmiento and Nunes, 2009). In the period comprised between 2000 and 2007, 48.259 new enterprises were created on average per year (Table 2). Among these, 40.297 are within the 1 to 4 employees size class (83,5% of total enterprises) and 48.011 are below the 50 employees range (99,5%).

During 1993, an year characterised by a widespread international economic crisis and speculative currency attacks within the European Monetary System, Portugal faced a negative GDP growth (-0,7%). Firms with over 50 employees were particularly hit (84,2% increase in deaths), but managed to grow substantially in the following year (from 205 to 361 enterprises). The year of 1994, initiated a period of economic recovery and was marked by the start of the second community support framework (QCAII). In

¹⁰ Firms that start up bigger also have a higher probability of survival. These constraints are larger in the service sector as a firm's current size dimension highly determines its survival chances (Nunes and Sarmiento, 2010).

1994, the rate of growth of births was the highest of all the 1987-2007 period (57%), in particular for the size class of over 250 employees (600%). The second highest growth rate occurred in 2000 (35%), particularly in what concerns micro firms with less than 4 employees (38%).

Table 2 – Average employer enterprise births by periods and firm size

Period	Average enterprise births	Cumulative by Size Class (n° employees)					
		1 - 4	1 - 9	1 - 19	1-49	1 - 249	ALL
1987-2000	31.368	24.442	28.900	30.476	31.147	31.347	31.368
% of total	100	77,9	92,1	97,2	99,3	99,9	100,0
1987-2007	36.803	29.555	34.256	35.885	36.574	36.781	36.803
% of total	100	80,3	93,1	97,5	99,4	99,9	100,0
1992-1999	33.383	26.483	30.982	32.511	33.162	33.363	33.383
% of total	100	79,3	92,8	97,4	99,3	99,9	100,0
2000-2007	48.259	40.287	45.543	47.286	48.011	48.233	48.259
% of total	100	83,5	94,4	98,0	99,5	99,9	100,0

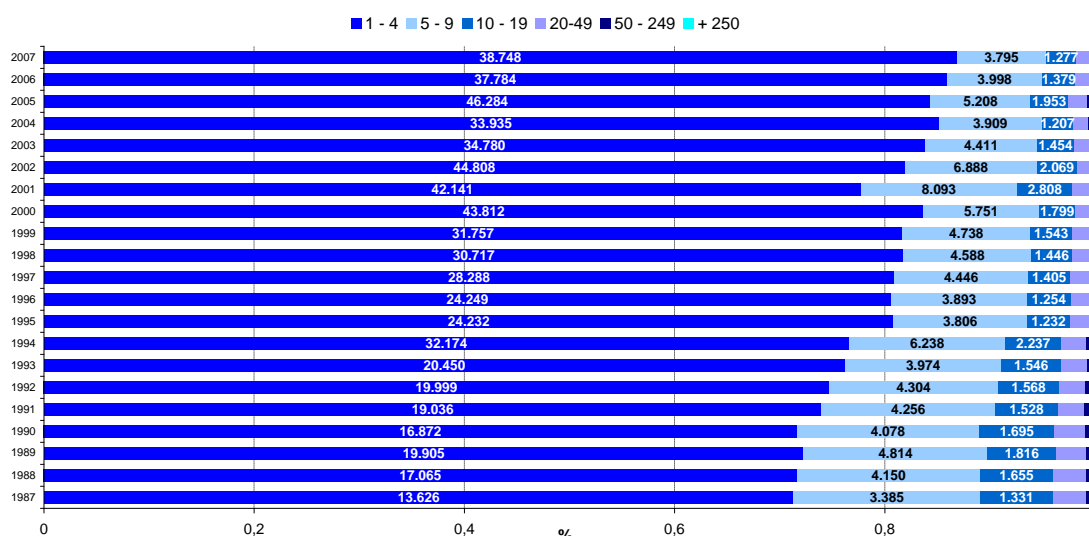
Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

According to Table 2 and Figure 3, most of enterprise births occurred in the 1 to 4 employees' range, in particular during the period 2000-2007 (83,5%), when compared to the previous period of 1992-1999 (79,3% of total). The annual average rate of growth of the 1-4 size class firms is 1 p.p. above the economy's average (4,1%) from 1986 to 2007, only surpassed by the over 250 employees range with 6,4% of growth.

In 1995, the 1-4 size class firms obtained more than 80% of the share of total business (Table 1 in Annex I) and has shown a steady increase, at the expense of all other business size ranges (Figure 3). The shift-share analysis shows that the greatest contributions to the rate of growth of births comes mainly from the 1-4 size class (except for the year 2001 when it was mainly due to 5-9 and 10-19 size classes).

According to Eurostat (2009), Portugal has had the highest share of enterprises births in the 1 to 4 employees' size class (average of 2005 and 2006).

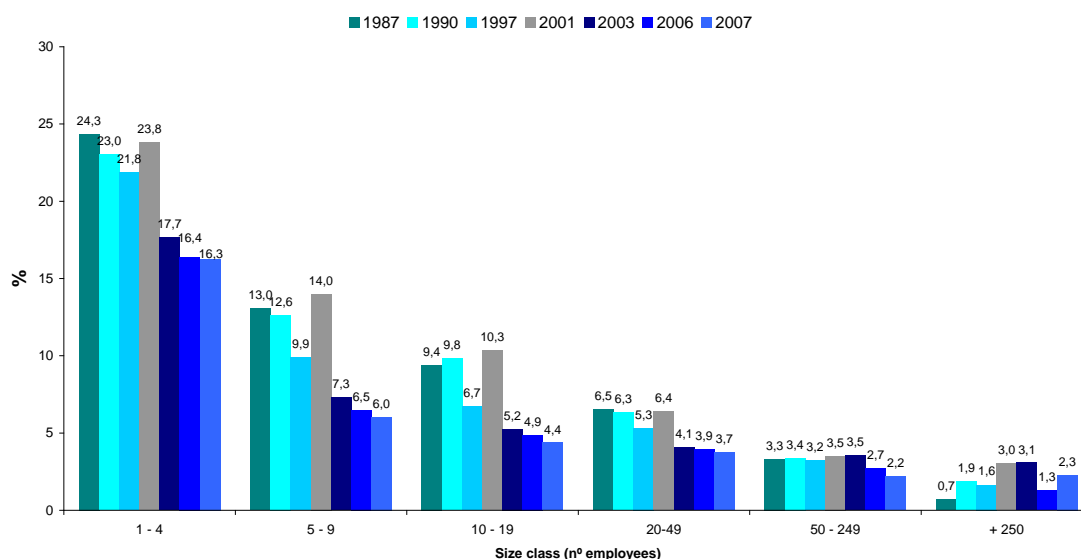
Figure 3 – Employer enterprise births by size class



Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

The decrease in birth rates in particular after 2001, is observed in all size classes (Figure 4). In 2006, enterprises with more than 250 employees suffered a sharper decline than other size class ranges (-65% of growth rate), but managed to recover in 2007 (with a growth of 83,3%).

Figure 4 - Birth rates by firm size



Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

The increasing births of firms in smaller size classes (Figure 3), combined with a smaller average entrant size (Table 3) and specialisation effects towards industries with a smaller efficient scale, have led to a decline in average firm size in Portugal over time (Sarmiento and Nunes, 2009).

Table 3 - Average firm size of new employer enterprises (Births)
(average number of employees)

1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
5,41	5,58	5,76	5,66	5,83	5,1	5,23	6,06	4,11	4,1	4,08	4,27	4,11	4,31	4,24	3,88	3,97	3,82	4,03	3,38	3,37

Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

3.3. Employer enterprise births by regions

The creation of enterprises is also a primary indicator of the level of entrepreneurship, at the regional level. The regional distribution of start-up rates is relatively uneven across the seven NUT II regions (Table 4). Norte is responsible for most of the enterprise births in the country, with an average share of 36% of total enterprises, throughout the 20 year period considered (with a "peak" in 2005 when it reached a 44,4% share), with a birth rate greater than the national average (except for years 1991, 1992 and 2000). This region also presents the highest dispersion, followed by Centro and Lisboa.

Lisbon and Açores have smaller birth rates than the country's average throughout most of the observed period, while the Algarve is systematically the region with the highest birth rates in Portugal. In 2007, the Algarve had a birth rate of 15,3%, compared to a national birth rate of 12,6% (in 2001 there was a 4,3 p.p. difference relatively to the national average). In 2007, there were three regions with birth rates above the national average, Algarve, Lisboa and Norte.

Table 4 - Employer Enterprise Birth rates by NUT II (%)

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	1987-1995	1996-2001	2002-2007	
Norte	18,6	20,5	20,4	17,4	17,1	15,9	16,7	23,4	16,1	15,5	16,8	17,1	16,7	19,3	20,6	18,8	14,3	13,4	19,9	12,9	12,8	18,4	17,9	17,9	15,3
Algarve	25,7	28,8	30,4	22,8	23,2	20,6	19,7	28,9	17,7	17,5	18,6	17,5	17,4	22,3	23,4	20,9	14,7	14,1	16,9	14,9	15,3	23,7	22,1	19,8	16,0
Centro	16,9	18,1	21,2	16,9	18,6	18,4	16,8	23,2	16,0	15,8	16,0	16,5	16,2	20,8	18,1	18,1	12,3	11,6	14,4	11,3	10,8	18,5	18,4	17,4	13,0
Lisboa	14,4	16,6	17,3	14,8	15,5	16,0	14,6	20,8	14,0	13,6	14,7	15,3	14,5	18,4	17,5	17,4	13,2	12,7	13,0	13,6	13,5	16,1	16,0	15,8	13,9
Alentejo	20,4	25,9	22,9	18,5	19,1	17,9	16,9	22,8	16,7	16,5	21,0	17,0	15,6	19,7	17,9	17,2	13,5	12,0	14,5	12,1	11,8	19,9	18,6	18,0	13,5
Açores	18,9	18,3	17,0	15,1	16,7	16,1	13,7	20,3	15,3	16,0	13,2	12,8	14,5	15,2	16,8	17,4	13,7	13,4	12,4	12,5	11,4	16,8	16,2	14,8	13,4
Madeira	15,9	16,6	17,4	16,6	16,9	17,6	17,7	25,1	17,6	16,3	15,9	17,2	17,5	17,4	19,4	18,3	16,6	14,8	13,2	13,6	12,0	18,3	18,8	17,4	14,6
Total	17,2	19,4	20,1	16,8	17,3	16,8	16,2	22,8	15,6	15,2	16,4	16,4	15,9	19,5	19,1	18,2	13,5	12,7	16,1	12,8	12,6	18,0	17,7	17,3	14,3

Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

Most regions follow the general trend of decreasing birth rates (Table 4 and 5), in particular after 2000, a phenomena also observable by the decreasing annual average growth rates of enterprise births. The Algarve is the only region that manages to dispute this tendency and maintain a positive annual growth rate of enterprise births, during the period 2000 to 2007 (1,0%).

Colantone and Sleuwaegen (2008), when analysing entries and exits in eight European countries, point out that globalisation is bringing an increasing level of risk, tougher competitive pressure and increasing barriers to entry the market for potential entrepreneurs, which has resulted in declining entry rates.

Table 5 - Annual average growth rate of employer enterprise births by NUT II

NUTII	1987-2007	2000-2007
Norte	4,3%	-1,5%
Algarve	6,2%	1,0%
Centro	4,6%	-5,3%
Lisboa e Vale do Tejo	4,3%	-1,1%
Alentejo	3,1%	-4,2%
Açores	1,1%	-1,0%
Madeira	4,9%	-1,1%
Portugal	4,3%	-2,3%

Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

In 1993, a year of economic downturn, the sharp decrease in birth rates was felt most severely in Lisbon. According to the shift-share decomposition provided in Table 3 in Annex I, this region depicts a negative contribution to the growth of enterprise births (-1,5 p.p. of an overall 0,2% of growth) followed by Centro (-0,5 p.p.), Açores, Alentejo and the Algarve. This tendency is counteracted by the growth in Norte (2,5 p.p. contribution to an overall 0,2% of growth) and Madeira (0,1 p.p.).

The 1994 peak in enterprise births was mostly due to the contributions of Norte (20,8 p.p. of the overall 56,6% of birth growth), Lisboa (15 p.p.) and the Algarve (4 p.p.), which experienced the highest birth rate in the country. According to the shift-share analysis, the peak of 2000 is explained by the contribution of enterprise births in Centro (10 p.p. to an overall birth growth of 34,6%), Norte (9,7 p.p.) and Lisboa (9,2 p.p.).

By combining the geographical with the size class dimension, we may observe the preponderance of small firms births in most regions (Table 6), in particular in Algarve (above 98,1% of enterprises are born with fewer than 20 employees throughout the period), Alentejo (above 97,7%), Centro (97,2%) and the Açores. Over the period, Norte is the region where relatively less firms are born with fewer than 20 employees.

Table 6 - Share of enterprises with fewer than 20 employees by NUT II region (%)

Regions	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	96,8	97,5	96,9	97,4	97,3	97,7	97,4	98,0	97,4	97,6	97,4	97,8	98,0
Algarve	98,7	98,9	98,7	98,7	98,4	98,9	98,8	99,0	98,8	98,8	98,1	98,4	98,5
Centro	98,1	98,1	98,2	98,5	98,4	98,7	98,5	99,0	98,7	98,6	97,2	98,8	98,8
Lisboa	97,8	97,5	97,6	97,4	97,5	97,7	97,4	97,9	97,8	97,7	97,1	97,9	98,1
Alentejo	98,7	97,7	98,6	98,6	98,8	98,9	98,6	98,7	98,7	98,5	98,1	98,4	98,4
Açores	98,7	99,0	98,2	99,1	99,4	97,8	97,8	97,4	98,6	98,3	98,3	98,7	98,1
Madeira	97,0	96,4	98,0	97,6	97,5	98,1	96,6	97,8	98,3	97,4	98,9	97,9	97,3
Portugal	97,7	97,7	97,6	97,8	97,8	98,1	97,8	98,3	98,0	98,0	97,4	98,1	98,2

Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

Average firm size of entrants has also been decreasing throughout the country's regions (Table 7), except for size class of 20-49 employees which, despite the natural fluctuations over this 12 year period, has been able to show systematic recoveries and maintain its average range between 25 and 31 employees throughout the period.

Until 2003, Açores had the smallest sized enterprises, in the size class 1-4 (1,8 employees on average). From 2005, it was overthrown by Norte (1,6). On the other hand, Lisbon has the biggest sized enterprises in the country in the size class of over 250 employees, although average firm size has been decreasing

considerably in recent years (1645 employees on average in 1989, 2628 in 2000 and 624 in 2007), followed by Centro and Norte, which recovers in 2007, the second place in this size class.

In higher birth rate years in Portugal, we observe an overall increase in firm dimension, but there is some heterogeneity throughout the Portuguese regions, in particular during the “peak” years of 2000 to 2002. The year of 1994, also characterised by a sharp increase in birth rates, shows a more homogenous regional impact on the average enterprises’ size¹¹ (except for Centro and the Açores), compared to the “peak” of 2000 to 2002, which had a more localised impact in respect to firm size increase in Lisbon, Açores and Madeira.

Table 7 - Average firm size of new firms disaggregated by NUTII and firm size (n° employees)

	SC	Norte	Algarve	Centro	Lisboa	Alentejo	Açores	Madeira	TOTAL
1989	1 to 4	2,2	2,3	2,2	2,3	2,1	1,7	2,0	2,2
	5 to 9	6,4	6,4	6,4	6,3	6,3	6,1	6,5	6,4
	10 to 19	13,3	12,8	13,1	13,3	13,1	12,5	13,8	13,2
	20 to 49	29,3	27,7	28,5	29,5	28,6	30,0	29,4	29,1
	50 to 249	87,9	92,0	87,6	96,5	65,8	77,0	98,3	89,5
	250 or more	375,6		349,3	1645,1				972,8
Total	6,1	4,3	5,0	7,0	4,3	2,7	5,4	5,8	
1993	1 to 4	2,0	2,0	2,1	2,2	2,0	1,8	2,0	2,1
	5 to 9	6,4	6,2	6,3	6,3	6,2	6,3	6,6	6,3
	10 to 19	13,2	14,3	13,0	13,0	13,2	12,7	12,8	13,1
	20 to 49	29,0	26,0	29,2	29,4	28,6	25,2	31,5	29,1
	50 to 249	94,8	100,3	91,6	87,6	91,2	116,8	84,7	91,9
	250 or more	265,0		1034,3	4011,7				2200,4
Total	4,9	3,8	5,1	6,5	4,1	4,4	5,0	5,2	
1994	1 to 4	2,1	2,0	2,1	2,2	2,0	1,7	1,9	2,1
	5 to 9	6,4	6,2	6,3	6,3	6,3	6,1	6,5	6,3
	10 to 19	13,2	13,0	13,0	13,0	13,1	13,0	13,8	13,1
	20 to 49	29,1	27,4	29,1	29,7	28,6	26,8	27,0	29,1
	50 to 249	86,3	78,9	91,9	95,7	90,8	67,0	81,8	89,4
	250 or more	938,0	337,0	812,3	1648,6	280,0	606,0	456,0	1264,7
Total	5,9	4,1	4,5	8,6	4,3	3,8	5,4	6,1	
2000	1 to 4	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,6	2,0	1,9
	5 to 9	6,3	6,3	6,1	6,3	6,4	6,2	6,3	6,3
	10 to 19	13,0	12,9	12,7	13,3	12,7	13,0	12,7	13,0
	20 to 49	28,5	26,5	29,7	29,2	31,4	27,2	26,5	28,9
	50 to 249	98,2	72,5	82,6	97,2	103,2	91,0	98,1	94,7
	250 or more	435,6		364,5	2628,1		473,0		1826,0
Total	4,0	2,9	3,1	6,6	3,1	3,9	4,3	4,3	
2005	1 to 4	1,6	1,8	1,7	1,8	1,7	1,7	1,9	1,7
	5 to 9	6,4	6,3	6,3	6,3	6,4	6,2	6,2	6,3
	10 to 19	13,4	13,3	13,3	13,0	13,5	13,5	13,4	13,3
	20 to 49	29,6	30,4	29,7	29,9	29,6	30,2	26,7	29,7
	50 to 249	93,7	102,3	79,2	94,7	87,4	96,3	71,5	91,1
	250 or more	567,3		632,0	680,9	795,0			631,3
Total	3,9	3,5	3,8	4,9	3,5	3,3	3,3	4,0	
2007	1 to 4	1,6	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,8	1,7
	5 to 9	6,3	6,3	6,2	6,3	6,2	6,2	6,2	6,3
	10 to 19	13,2	13,2	13,1	13,1	13,3	13,0	13,1	13,2
	20 to 49	29,4	27,2	28,0	29,7	30,3	25,1	29,2	29,2
	50 to 249	87,4	95,9	81,3	99,8	79,8	123,0	67,4	91,1
	250 or more	526,0	276,0	338,0	623,9	423,0			554,8
Total	3,4	3,0	2,7	3,9	3,1	3,5	3,7	3,4	

Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

3.4. Employer enterprise births by sectors

Another stylized fact is that turbulence is usually higher in services than in the manufacturing sector (OECD/Eurostat, 2009; Bartelsman et al., 2005; López-García and Puente, 2006). For the period 2005 and 2006, the Eurostat/OECD (2009) observes that birth (and death) rates are significantly higher in the service sector for the vast majority of countries.

¹¹ This is also due to its more limited impact over time, when compared to the remaining “peaks” of enterprise births. Still, enterprises which were created in 1994, managed to create peaks of survival during the following years, still visible 5 years later (GEE, 2010).

According to *Quadros de Pessoal*, the service sector has been reinforcing its position as the leading sector in the Portuguese economy, a phenomenon shared with a considerable amount of countries (OECD, 2005; Ahn, 2001), given the increasing reliance on intangibles, information technologies and globalisation (Colantone and Sleuwaegen, 2008), among other factors (Sarmiento and Nunes, 2009).

In 2006, the service sector was responsible for 71,6% of all start-ups (+3 p.p. than in 1996), as depicted in Table 8, and 62% of total employment generated by new firm entries (+6 p.p. than in 1996), greater than the weight of this sector's overall employment in the economy (60,3% in 2006 and 50,1% in 1996) (Sarmiento and Nunes, 2009).

Table 8 - Distribution of enterprise births, by broad sectors¹² (share, %)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Agriculture	4,5	4,6	5,2	4,1	3,8	3,5	3,5	3,7	3,9	4,3	14,9	5,8
Manufacturing	15,5	14,6	15,0	14,3	14,1	12,2	14,2	11,6	10,4	9,8	8,7	9,2
Services	68,9	68,9	66,1	65,9	64,7	65,4	59,5	65,2	71,4	72,4	64,5	71,6
Construction	11,1	11,9	13,7	15,7	17,4	19,0	22,8	19,4	14,2	13,5	11,9	13,3

Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

Concerning birth rates, we observe considerable variations across Portuguese sectors (Figure 5). From 1998 to 2001, the most dynamic sector was "Construction", where birth rates surpassed 20%, accompanied by an increasing weight in the share of total births. From 1996 to 2001, the Construction sector gave the greatest contribution to the growth of enterprise births in the country, which is still maintained in 2003 and 2004 (Table 2 in Annex I).

In 2001, 29 out of each 100 were new enterprises in the construction sector (which represented 4,4% of total enterprises in the country in 2001)¹³. A similar trend can be found in other countries, particularly in Spain (Consejo Superior de Cámaras de Comercio en España, 2003).

From 1996, the service sector is ranked as having the second highest birth rate¹⁴, taking the lead from 2003 onwards (in 2005, 16 out of 100 were new service enterprises). According to OECD/Eurostat (2009), in 2006, Portugal had the highest birth rate in the service sector, above 20 other countries.

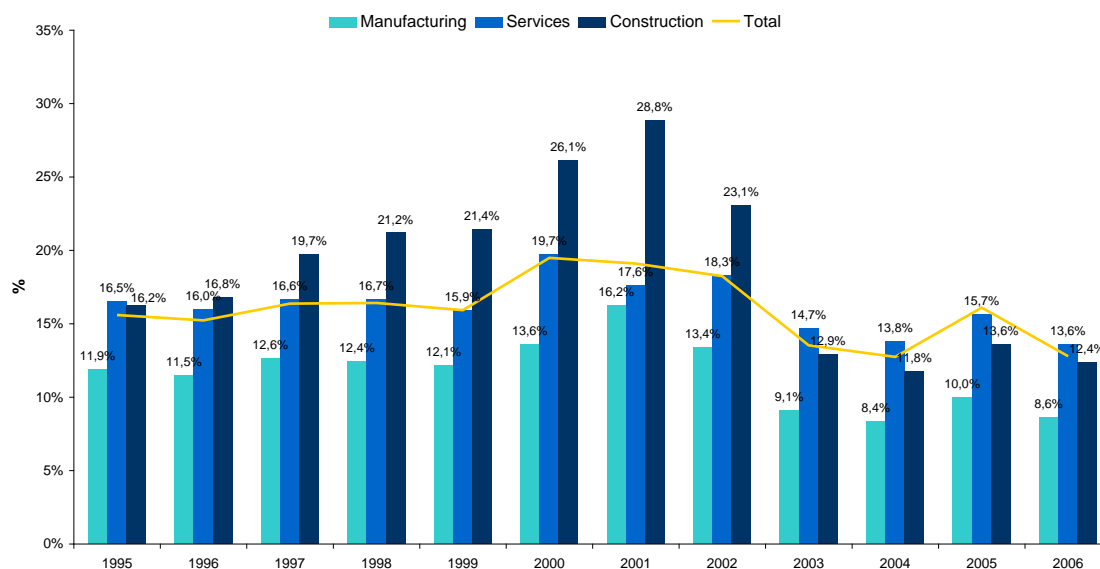
Manufacturing birth rates have been decreasing since 2001, with a slight recovery in 2005, which was extended to all broad sectors.

At a more disaggregated level, the sectors with the highest average births during 1995-2006 (at one letter level of the Classification of Economic Activities, Rev. 2.1.) are "Public administration and defence; compulsory social security" (which also holds the highest annual average growth rate), "Fishing", "Agriculture, farming of animals, hunting and forestry", "Real estate, renting and business activities" and the "Construction" sector, which averages 18,4% during the period. From 2001 to 2006, the same sectors rank the highest birth rates.

¹² Broad sectors are services, manufacturing, Construction and Agriculture (and Fishing, that is the primary sector). Data is provided from 1995 only, due to the start of European System of Accounts in 1995, and up to 2006 due to the problems of compatibility with Classification of Economic Activities Revision 3, introduced in 2007.

¹³ In the year following 1995, survival rates for the construction sector were the highest of all broad sectors during the 3 first years of activity (1996-1998). From 1999 onwards, firm survival in the service sector overcame survival in the construction sector, that kept on falling at a relatively higher rate than in other sectors (for the survival cohort 1995-2005) (Sarmiento and Nunes, 2009).

¹⁴ Nunes and Sarmiento (2010) show that industries characterised by high entry rates at the moment of birth, find post-entry survival more difficult.

Figure 5 - Birth rates by broad sectors, 1995-2006¹⁵

Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

The same rankings are maintained when we consider an analysis by NUT II for the sub-period 2000 to 2006 (Tables 9 and 10). In the Açores and Alentejo, the fishing activity still engenders a considerable creation of enterprises. In Madeira, tourism might be the main responsible for the increase in enterprise creation in the Real Estate¹⁶ and Construction sectors.

From 1995 to 2000, Real Estate, mostly in the Norte and Lisbon regions, and Construction are the prevailing sectors in enterprise creation. The Construction sector, which has grown considerably in regions such as Algarve, Madeira, Açores, Alentejo and Lisboa, faces a slowdown during the following sub-period (2000-2006), both in enterprise and employment creation (Sarmiento and Nunes, 2009).

The broad Manufacturing sector¹⁷ shows the smallest birth rates in both sub-periods (Table 10), as well as in employment generation, especially after 2000 (Sarmiento and Nunes, 2009). From 1995 to 2000, the Manufacturing sub-sector (D) has the lowest birth rates in Lisboa, Alentejo and Centro, while "Mining and Quarrying" grows below the country's average in Lisbon, Norte and Alentejo.

From 2000 to 2006, the "Mining and Quarrying" sub-sector faces an overall higher slowdown than Manufacturing (10,7% and 11,3%, respectively). Manufacturing is particularly hit by smaller birth rates, in regions such as Alentejo, Centro, Norte and Lisboa.

¹⁵ This disaggregation by NUT II is only provided after 1995 due to the start of SEC 95, and up to 2006 due to the problems of compatibility with CAE Rev. 3 after 2007.

¹⁶ During the period 1995-2000, we can observe the importance of off-shore activities, as the financial intermediation sector plays a very important part in enterprise creation.

¹⁷ Sectors C, D and E of CAE Rev. 2.1.

Table 9 – The three main sectors with the greatest birth rate by region and time period (%)

2000-2006				1995-2000			
Norte	Public administration and defence; compulsory social security 46,7	Fishing 40,6	Agriculture, farming of animals, hunting and forestry 36,2	Norte	Real estate, renting and business activities 22,9	Fishing 21,9	Agriculture, farming of animals, hunting and forestry 21,6
Algarve	Public administration and defence; compulsory social security 57,7	Production of electricity, of gas and of water supply 48,6	Mining and quarrying 44,3	Algarve	Construction 22,6	Hotels and restaurants 21,4	Financial intermediation 21,3
Centro	Public administration and defence; compulsory social security 41,7	Fishing 33,4	Real estate, renting and business activities 22,0	Centro	Transport, storage and communication 23,4	Production of electricity, of gas and of water supply 23,2	Real estate, renting and business activities 22,8
Lisboa	Public administration and defence; compulsory social security 30,2	Fishing 22,1	Agriculture, farming of animals, hunting and forestry 20,8	Lisboa	Real estate, renting and business activities 20,4	Construction 19,1	Fishing 18,3
Alentejo	Fishing 51,3	Public administration and defence; compulsory social security 35,6	Production of electricity, of gas and of water supply 24,4	Alentejo	Fishing 29,2	Transport, storage and communication 25,9	Construction 25,5
Açores	Fishing 37,7	Public administration and defence; compulsory social security 34,7	Construction 28,4	Açores	Fishing 29,3	Construction 22,5	Agriculture, farming of animals, hunting and forestry 21,9
Madeira	Public administration and defence; compulsory social security 18,5	Real estate, renting and business activities 17,0	Construction 16,0	Madeira	Public administration and defence; compulsory social security 27,3	Financial intermediation 25,6	Construction 25,8
Portugal	Public administration and defence; compulsory social security 41,3	Fishing 35,7	Agriculture, farming of animals, hunting and forestry 21,1	Portugal	Real estate, renting and business activities 21,4	Construction 21,0	Transport, storage and communication 19,3

Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

Table 10 - The three main sectors with the lowest birth rate by region and time period (%)

2000-2006				1995-2000			
Norte	Mining and quarrying 8,9	Manufacturing 9,6	Health and social work 12,5	Norte	Mining and quarrying 12,3	Manufacturing 13,2	Production of electricity, of gas and of water supply 13,8
Algarve	Hotels and restaurants 20,4	Health and social work 21,2	Wholesale and retail trade; repair of motor vehicles, motorcycles and personal and household goods 22,3	Algarve	Production of electricity, of gas and of water supply 10,8	Manufacturing 12,4	Mining and quarrying 14,1
Centro	Mining and quarrying 9,3	Manufacturing 9,1	Health and social work 12,4	Centro	Manufacturing 11,5	Mining and quarrying 15,1	Wholesale and retail trade; repair of motor vehicles, motorcycles and personal and household goods 15,6
Lisboa	Manufacturing 9,6	Financial intermediation 10,1	Mining and quarrying 10,7	Lisboa	Mining and quarrying 7,6	Public administration and defence; compulsory social security 10,0	Manufacturing 10,8
Alentejo	Mining and quarrying 7,5	Manufacturing 9,0	Health and social work 9,3	Alentejo	Mining and quarrying 11,3	Education 12,2	Manufacturing 11,3
Açores	Production of electricity, of gas and of water supply 4,5	Mining and quarrying 8,4	Health and social work 9,5	Açores	Production of electricity, of gas and of water supply 0,0	Mining and quarrying 6,7	Health and social work 9,5
Madeira	Mining and quarrying 5,7	Education 9,6	Manufacturing 9,9	Madeira	Mining and quarrying 8,4	Manufacturing 11,9	Production of electricity, of gas and of water supply 14,3
Portugal	Mining and quarrying 10,7	Manufacturing 11,3	Health and social work 12,7	Portugal	Manufacturing 12,4	Mining and quarrying 12,5	Education 13,7

Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

Births of small enterprises are concentrated in the service sector (OECD/Eurostat, 2009). In Portugal, more small enterprises (with fewer than 20 employees) are born in the Services sector relatively to other sectors, with the exception of Agriculture and Fishing, where firms are born predominantly in this size class (Table 11).

The proportion of firms born below this threshold is higher than the total weight of these enterprises in the population, revealing that newcomers have on average a smaller size than incumbents. This is also verified for all sectors and time periods (Sarmiento and Nunes, 2009).

From the first sub-period to the second, there are proportionately more enterprises being born with fewer than 20 employees in all sectors, particularly in manufacturing, which reveals the greatest decrease on average size. Throughout the period, entrants (and exiting firms) are smaller than the average size of firms already in operation¹⁸.

Table 11 – Average share of enterprises births with fewer than 20 employees
(new enterprises with fewer than 20 employees as a % of total by sector)

	< 20 employees					Total (Births) (sectors A-Q)	Total (enterprises) (sectors A-Q)
	Agriculture and fishing	Manufacturing	Services	Construction			
1995-2007	99,1%	94,3%	98,5%	97,8%		97,9%	92,4%
1995-1999	98,8%	93,8%	98,5%	97,8%		97,7%	91,5%
2000-2007	99,2%	94,6%	98,5%	97,9%		98,0%	92,8%

Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

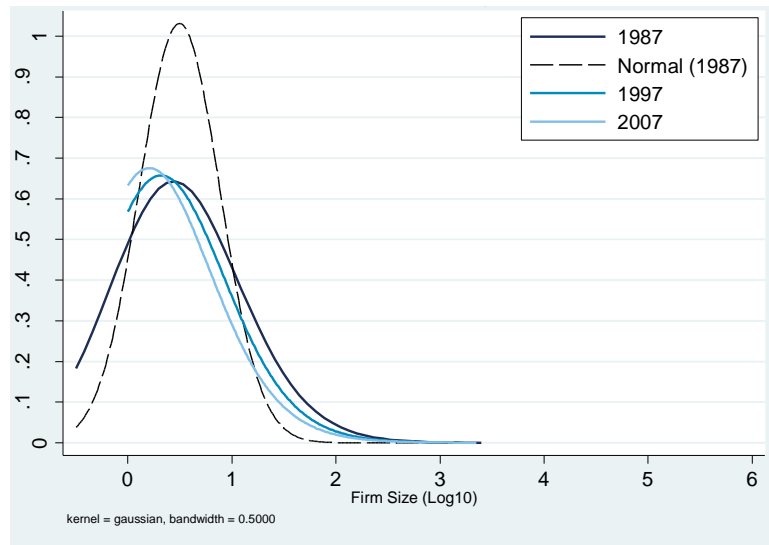
5. Firm size distribution

Another stylized fact is that the creation of new firms, which are in general of a smaller size than incumbents, make the firm distribution right skewed, with proportionally more smaller firms than large firms with respect to the lognormal distribution. Cabral and Mata (2003) show for a given cohort of Portuguese firms, that the distribution of log of size is very skewed at birth but then becomes more symmetric over time¹⁹. Following the same methodology, we also applied a nonparametric estimation method, a gaussian kernel density smoother with a bandwidth of 0,5 to the logarithm of firm size for enterprise births to test if firm size (expressed as the log of the employment of new firms) distribution is stable and approximately lognormal for the population of active new enterprises. We have found a distribution with a distinct shape from the Normal distribution, confirming Cabral and Mata's (2003) conclusions²⁰. Our results also show that firm size distribution is skewed to the right and is not stable over time (Figure 6). We also find that firm size distribution of employer enterprise births is shifting over time to smaller sized firms, in line with the total economy and enterprise deaths (Sarmiento and Nunes, 2009).

¹⁸ The small size of new entrants is a relevant factor when attempting to explain their lower survival changes that is, the high mortality rate that affects many small sized businesses in their first years of operation (Nunes e Sarmiento, 2010).

¹⁹ Similar results have been found for other countries where the pattern of right-skewness

²⁰ It is important to keep in mind that the type of firm distribution obtained depends heavily on the type of data source considered (Cabral, 2007).

Figure 6 - Firm size distribution of 1985, 1995 and 2005 cohorts of entrants

Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoa GEP, MTSS

5. Conclusions

Employer enterprise births have increased at an annual average growth rate of 4,3%, from 1987 to 2007, with periods of stronger growth, such as from 1996 to 2000 (14,9%) and deceleration, from 2000 to 2007 (-2,3%). There are four instances worth noting, the “peak” of enterprise births in 1989, 1994, 2000/2001 and 2005. After 2000, birth rates have been slowing down throughout all regions, sectors and size classes. Despite this fact, Portugal has one of the highest records of new firm creation relatively to the stock of existing enterprises, even when other universes and methodologies are considered. According to Eurostat, in 2005 and 2006, Portugal had the second and the third highest birth rate in Europe, respectively.

There is a clear trend in the creation of smaller enterprises, in particular in the 1-4 size class in most regions and in all economic sectors, which is in line with a tendency also observable in other countries in Europe. Moreover, according to Eurostat (2009), Portugal presents the highest share of enterprises births in the 1-4 employees' size class (average 2005 and 2006). We also observe a decline in the average size of enterprise births over time, from 5,41 in 1987 to 3,37 employees in 2007, on average.

Norte is the region with the highest number of births and share of enterprises in the country, while Algarve is the region with the highest birth rate in Portugal, where firms are created with the smallest average size.

Portugal is increasingly a service-based economy, where Services occupy the pole position in enterprise creation since 2003. According to the OECD/Eurostat (2009), in 2006, Portugal had the highest birth rate in the service sector, above 20 other countries. The Construction sector had the highest birth rates from 1996 to 2001 and the highest contributions to enterprise birth growth, but suffered a sharp decline after 2001, together with the Manufacturing sector.

Firm size distribution of employer enterprise births is skewed to the right, with proportionally more smaller than larger firms and has been shifting over time towards smaller sized firms.

We acknowledge that birth rates cannot be considered in isolation from death rates and the overall turnover analysis, needed to acquire a global picture on firm demographics and productivity growth in Portugal. These other dynamics will be approached in further studies.

BIBLIOGRAPHY

- Ahn, S. (2001), "Firm dynamics and Productivity Growth: a review of micro evidence from OECD countries", OECD Economics Department Working Paper n. 297, Paris.
- Bartelsman, E.J., S. Scarpetta, and F. Schivardi, (2005), "Comparative Analysis of Firm Demographics and Survival: Evidence from Micro-level Sources in OECD Countries", *Industrial and Corporate Change*, 14(3): 365–391.
- Bartelsman, E.J., J. Haltiwanger, and S. Scarpetta, (2004), "Microeconomic Evidence of Creative Destruction in Industrial and Developing Countries", *The World Bank Policy Research Working Paper Series* 3464.
- Cabral, L. (2007), "Small firms in Portugal: A selective Survey of Stylized Facts, Economic Analysis and Policy Implementation". *Portuguese Economic Journal*, 6(1): 65-88.
- Cabral, L. and J. Mata (2003), "On the evolution of the firm size distribution: facts and theory", *The American Economic Review*, 93(4): 1075 - 1090.
- Caves, R.E. (1998), "Industrial Organization and New Findings on the Turnover and Mobility of Firms", *Journal of Economic Literature* 36: 1947-1982.
- Colantone, Italo and L. Sleuwaegen (2008), "Entry and exit of firms in a global economy: a cross-country and industry analysis," *Vlerick Leuven Gent Management School Working Paper Series* 2007-36, Vlerick Leuven Gent Management School.
- Consejo Superior de Cámaras de Comercio, Industria y Navegación de España, (2003) "Creación y consolidación de empresas. Políticas de apoyo", *Servicio de Estudios*.
- Eurostat (2009), "Business Demography: employment and survival", *Statistics in focus*, 70/2009.
- Eurostat/OECD (2007), "Eurostat/OECD Manual on Business Demography Statistics".
- Gabinete de Estratégia e Estudos (2010), "Estatísticas de Bolso da Dinâmica Empresarial", GEE, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.
- Geroski, P. (1995), "What do we know about entry?", *International Journal of Industrial Organization*, Vol. 13, p. 421-440.
- Instituto Nacional de Estatística (2009), "Demografia de Empresas 2004-2007, O Empreendedorismo em Portugal - Indicadores sobre a Demografia das Empresas", *Destaque*.
- Klapper, Leora, A. Lewin and J. M.Q. Delgado (2009) "The impact of business environment on the business creation process", *The World Bank Policy Research Working Paper Series* 4937.
- Klapper, L., R. Amit and M. Guillén (2008), "Entrepreneurship and firm formation across countries" *The World Bank Policy Research Working Paper Series* 4313
- López-García, P. and Puente, S. (2006) "Business demography in Spain: determinants of firm survival", *Documentos de Trabajo* n. 608, Banco de España.
- Masso, J., R. Eamets and K. Philips (2004), "Creative Destruction and Transition: The Effects of Firm Entry and Exit on Productivity Growth in Estonia", *Discussion Paper Series*, Institute for the Study of Labor (IZA).
- Nunes, A. and E. Morais Sarmiento (2010), "Business Demography Dynamics in Portugal: a semi-parametric Survival Analysis", 2010 Hawaii Global Conference on Business and Finance, Conference proceedings.

- Nunes, A. and E. Morais Sarmiento (2009), "A non parametric survival analysis of business demography dynamics in Portugal", Boletim Mensal de Economia Portuguesa, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e Ministério das Finanças e da Administração Pública, Dezembro de 2009.
- OECD (2000), "OECD Small and medium enterprise outlook", Paris.
- OECD/Eurostat (2009), "Measuring Entrepreneurship A Collection of Indicators, 2009 Edition", OECD/Eurostat Entrepreneurship Indicators Programme.
- Sarmiento, E. Morais e A. Nunes (2009), "Entrepreneurship Performance Indicators", Workshop do NIPE: Economic Analysis using Linked Employer and Employee Data, Universidade do Minho.
- Scarpetta, S., P. Hemmings, T. Tressel and J. Woo (2002), "The role of policy and institutions for productivity and firm dynamics", OECD Economics Department Working Papers, n. 329.
- Segarra, A. and M. Callejón (2002), "New firm's survival and market turbulence: new evidence from Spain", Review of Industrial Organization 20: 1-14.
- Siegfried J. and Evans L. (1994) "Empirical studies of entry and exit: a survey of the evidence", Review of Industrial Organization, 9, 121–156.
- Storey, D. ed. (1994), "Understanding the small business sector", Thomson Learning.

ANNEX I - Shift-share analysis

Table 1 - Contributions to the rate of growth of employer enterprise births by firm size, 1995-2007

Size Class	Structure							1996			1997			1998			1999			2000			2001		
	Share (%)							growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth	
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,4	0,4	100,0	16,2	16,2	100,0	7,4	7,4	100,0	3,5	3,5	100,0	34,6	34,6	100,0	3,6	3,6	100,0
1-4	80,8	80,6	80,9	81,8	81,7	83,7	77,7	0,1	0,1	15,3	16,7	13,4	82,8	8,6	6,9	93,3	3,4	2,8	78,9	38,0	31,0	89,5	-3,8	-3,2	-88,7
5-9	12,7	12,9	12,7	12,2	12,2	11,0	14,9	2,3	0,3	78,4	14,2	1,8	11,3	3,2	0,4	5,5	3,3	0,4	11,4	21,4	2,6	7,5	40,7	4,5	124,4
10 - 19	4,1	4,2	4,0	3,8	4,0	3,4	5,2	1,8	0,1	19,8	12,0	0,5	3,1	2,9	0,1	1,6	6,7	0,3	7,4	16,6	0,7	1,9	56,1	1,9	53,6
20-49	1,8	1,7	1,8	1,6	1,6	1,4	1,7	-3,7	-0,1	-18,0	22,7	0,4	2,4	-4,3	-0,1	-1,0	4,0	0,1	1,8	15,4	0,2	0,7	28,9	0,4	11,2
50 - 249	0,53	0,54	0,51	0,49	0,50	0,45	0,41	2,5	0,0	3,6	10,5	0,1	0,3	2,8	0,0	0,2	6,0	0,0	0,8	21,0	0,1	0,3	-5,1	0,0	-0,6
+ 250	0,04	0,04	0,04	0,07	0,06	0,04	0,05	9,1	0,0	0,9	8,3	0,0	0,0	100,0	0,0	0,5	-15,4	0,0	-0,3	0,0	0,0	0,0	22,7	0,0	0,3

Size Class	Structure							2002			2003			2004			2005			2006			2007		
	Share (%)							growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth	
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,9	0,9	100,0	-24,2	-24,2	100,0	-3,9	-3,9	100,0	37,6	37,6	100,0	-19,8	-19,8	100,0	1,4	1,4	100,0
1-4	77,7	81,9	83,9	85,1	84,4	85,9	86,9	6,3	4,9	563,8	-22,4	-18,3	75,8	-2,4	-2,0	52,6	36,4	31,0	82,3	-18,4	-15,5	78,1	2,6	2,2	152,8
5-9	14,9	12,6	10,6	9,8	9,5	9,1	8,5	-14,9	-2,2	-254,8	-36,0	-4,5	18,7	-11,4	-1,2	31,3	33,2	3,3	8,7	-23,2	-2,2	11,1	-5,1	-0,5	-32,2
10 - 19	5,2	3,8	3,5	3,0	3,6	3,1	2,9	-26,3	-1,4	-156,2	-29,7	-1,1	4,6	-17,0	-0,6	15,4	61,8	1,9	5,0	-29,4	-1,0	5,3	-7,4	-0,2	-16,2
20-49	1,7	1,3	1,4	1,4	1,9	1,4	1,4	-23,7	-0,4	-46,9	-18,5	-0,2	1,0	-3,4	0,0	1,2	84,5	1,2	3,2	-39,7	-0,8	3,8	-1,4	0,0	-1,4
50 - 249	0,41	0,35	0,53	0,56	0,64	0,41	0,34	-13,8	-0,1	-6,6	13,0	0,0	-0,2	1,8	0,0	-0,2	57,2	0,3	0,8	-47,9	-0,3	1,5	-15,9	-0,1	-4,6
+ 250	0,05	0,05	0,06	0,08	0,06	0,03	0,05	11,1	0,0	0,6	-13,3	0,0	0,0	15,4	0,0	-0,2	13,3	0,0	0,0	-64,7	0,0	0,2	83,3	0,0	1,6

Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

Table 2 - Contributions to the rate of growth of employer enterprise births by sectors, 1995-2007

Region	Structure							1996			1997			1998			1999			2000			2001		
	Share (%)							growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth	
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%
PORTUGAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,4	0,4	100,0	16,2	16,2	100,0	7,4	7,4	100,0	3,5	3,5	100,0	34,6	34,6	100,0	3,6	3,6	100,0
A	4,3	4,5	5,1	4,0	3,7	3,3	3,4	4,1	0,2	47,7	33,2	1,5	9,2	-16,3	-0,8	-11,3	-4,9	-0,2	-5,5	22,4	0,8	2,4	6,0	0,2	5,6
B	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	-24,4	0,0	-9,9	14,7	0,0	0,1	-17,9	0,0	-0,3	96,9	0,1	2,4	0,0	0,0	0,0	-20,6	0,0	-0,7
C	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	-20,0	-0,1	-18,9	45,2	0,1	0,8	1,6	0,0	0,1	-21,0	-0,1	-2,0	26,5	0,1	0,2	31,5	0,1	2,1
D	15,1	14,3	14,6	14,0	13,8	11,9	13,9	-4,7	-0,7	-190,1	18,2	2,6	16,1	2,8	0,4	5,6	2,2	0,3	8,9	15,8	2,2	6,3	21,1	2,5	69,6
E	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	-50,0	0,0	-7,2	112,5	0,0	0,2	-76,5	0,0	-0,5	100,0	0,0	0,3	300,0	0,1	0,2	-12,5	0,0	-0,2
F	11,1	11,9	13,7	15,7	17,4	19,0	22,8	7,2	0,8	217,1	33,7	4,0	24,7	23,4	3,2	42,9	14,8	2,3	66,0	46,8	8,1	23,5	24,5	4,7	129,5
G	34,1	33,2	30,7	30,3	28,8	28,0	25,1	-2,3	-0,8	-207,2	7,6	2,5	15,6	5,8	1,8	24,1	-1,7	-0,5	-14,9	31,2	9,0	25,9	-7,3	-2,0	-56,6
H	14,3	14,9	13,8	13,1	12,8	12,1	10,9	4,7	0,7	181,1	7,4	1,1	6,8	2,2	0,3	4,1	1,3	0,2	4,8	27,2	3,5	10,1	-6,7	-0,8	-22,5
I	2,9	3,2	3,0	3,5	3,6	4,9	5,1	8,5	0,3	67,6	11,3	0,4	2,2	22,1	0,7	9,0	6,8	0,2	6,7	83,7	3,0	8,6	8,6	0,4	11,6
J	0,5	0,4	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	-8,8	0,0	-11,7	58,2	0,3	1,6	-0,5	0,0	0,0	-0,9	0,0	-0,2	37,3	0,2	0,6	-4,9	0,0	-0,7
K	8,9	8,8	9,1	9,8	10,1	11,6	10,4	-1,0	-0,1	-23,4	20,1	1,8	10,9	15,3	1,4	18,7	7,3	0,7	20,4	54,5	5,5	15,9	-7,4	-0,9	-23,9
L	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	56,3	0,0	8,1	56,0	0,0	0,3	-2,6	0,0	0,0	-10,5	0,0	-0,3	5,9	0,0	0,0	13,9	0,0	0,3
M	0,7	0,8	0,9	0,8	1,0	1,0	0,8	12,6	0,1	25,2	29,6	0,2	1,5	-11,4	-0,1	-1,4	30,3	0,2	6,6	36,1	0,3	1,0	-12,6	-0,1	-3,4
N	2,9	3,1	3,3	3,2	3,2	2,9	2,6	8,3	0,2	64,9	21,5	0,7	4,1	4,5	0,1	2,0	5,6	0,2	5,1	22,2	0,7	2,1	-7,7	-0,2	-6,3
O	4,5	4,3	4,5	4,7	4,6	4,3	4,0	-3,5	-0,2	-42,3	22,3	1,0	5,9	11,5	0,5	7,0	1,4	0,1	1,8	24,1	1,1	3,2	-3,6	-0,2	-4,2

Region	Structure							2001			2002			2003			2004			2005			2006		
	Share (%)							growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%
PORTUGAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	3,6	3,6	100,0	0,9	0,9	100,0	-24,2	-24,2	100,0	-3,9	-3,9	100,0	37,6	37,6	100,0	-19,8	-19,8	100,0
A	3,3	3,4	3,6	3,5	3,9	13,8	5,1	6,0	0,2	5,6	5,1	0,2	20,1	-25,2	-0,9	3,7	7,5	0,3	-6,8	383,3	15,1	40,0	-70,5	-9,7	49,0
B	0,1	0,1	0,2	0,4	0,3	1,1	0,7	-20,6	0,0	-0,7	84,0	0,1	8,9	83,7	0,1	-0,6	-18,3	-0,1	1,9	344,9	1,2	3,2	-48,7	-0,5	2,7
C	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	31,5	0,1	2,1	-19,0	-0,1	-6,6	-39,4	-0,1	0,4	-2,5	0,0	0,1	12,8	0,0	0,1	-18,2	0,0	0,1
D	11,9	13,9	11,4	10,2	9,6	8,5	9,0	21,1	2,5	69,6	-17,4	-2,4	-275,9	-32,0	-3,6	15,0	-9,6	-1,0	25,2	22,1	2,1	5,6	-15,0	-1,3	6,4
E	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	-12,5	0,0	-0,2	-42,9	0,0	-2,5	-6,3	0,0	0,0	53,3	0,0	-0,5	73,9	0,0	0,1	-37,5	0,0	0,1
F	19,0	22,8	19,4	14,2	13,5	11,9	13,3	24,5	4,7	129,5	-14,0	-3,2	-367,0	-44,5	-8,7	35,8	-9,0	-1,3	33,1	21,3	2,9	7,6	-10,0	-1,2	6,0
G	28,0	25,1	26,9	29,7	29,2	23,5	26,7	-7,3	-2,0	-56,6	8,3	2,1	238,5	-16,4	-4,4	18,2	-5,6	-1,7	42,9	10,8	3,1	8,3	-9,0	-2,1	10,6
H	12,1	10,9	11,2	13,2	13,6	11,3	13,2	-6,7	-0,8	-22,5	3,5	0,4	44,2	-10,4	-1,2	4,8	-1,5	-0,2	5,2	14,5	2,0	5,2	-6,0	-0,7	3,4
I	4,9	5,1	5,6	4,9	4,8	3,3	4,0	8,6	0,4	11,6	11,2	0,6	65,8	-34,2	-1,9	8,0	-4,8	-0,2	6,0	-6,3	-0,3	-0,8	-2,3	-0,1	0,4
J	0,5	0,5	0,5	0,7	0,6	0,6	0,6	-4,9	0,0	-0,7	9,2	0,0	5,3	-7,4	0,0	0,2	-12,3	-0,1	2,1	30,6	0,2	0,5	-19,0	-0,1	0,6
K	11,6	10,4	12,0	12,8	13,6	11,9	15,2	-7,4	-0,9	-23,9	16,6	1,7	197,0	-19,3	-2,3	9,6	2,4	0,3	-7,9	20,6	2,8	7,5	2,0	0,2	-1,2
L	0,1	0,1	0,3	0,2	0,4	2,4	0,7	13,9	0,0	0,3	339,0	0,3	29,4	-45,6	-0,1	0,6	54,1	0,1	-3,3	754,3	2,9	7,6	-76,4	-1,8	9,0
M	1,0	0,8	0,9	0,9	1,0	2,4	1,5	-12,6	-0,1	-3,4	13,9	0,1	13,1	-25,8	-0,2	1,0	10,9	0,1	-2,6	213,4	2,2	5,9	-49,1	-1,2	5,9
N	2,9	2,6	2,8	3,3	3,3	3,1	3,1	-7,7	-0,2	-6,3	8,5	0,2	25,4	-10,7	-0,3	1,2	-4,9	-0,2	4,2	31,2	1,0	2,7	-19,2	-0,6	3,0
O	4,3	4,0	4,8	5,7	5,9	6,1	6,6	-3,6	-0,2	-4,2	23,0	0,9	104,4	-10,4	-0,5	2,1	-0,2	0,0	0,3	41,0	2,4	6,5	-12,2	-0,7	3,7

Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MTSS

Table 3 - Contributions to the rate of growth of employer enterprise births by NUT II region, 1989-2007

Structure	Share (%)							1990			1991			1992			1993			1994			1995			
	Size Class	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth	
										p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-14,5	-14,5	100,0	9,3	9,3	100,0	4,1	4,1	100,0	0,2	0,2	100,0	56,6	56,6	100,0	-28,6	-28,6	100,0	
Norte	35,0	36,1	34,0	32,2	34,7	35,4	35,6	-11,7	-4,1	28,2	2,7	1,0	10,6	-1,3	-0,5	-11,2	7,8	2,5	1375,5	60,1	20,8	36,8	-28,2	-10,0	35,0	
Algarve	6,1	5,5	5,7	5,4	5,4	5,9	5,3	-23,1	-1,4	9,8	13,5	0,7	8,0	-2,4	-0,1	-3,4	-0,2	0,0	-6,1	72,0	3,9	6,8	-35,4	-2,1	7,3	
Centro	20,0	19,0	20,9	21,6	21,1	20,7	21,2	-18,9	-3,8	26,1	20,3	3,8	41,5	7,7	1,6	39,4	-2,3	-0,5	-267,3	53,8	11,3	20,0	-26,9	-5,6	19,4	
Lisboa	26,6	26,9	27,0	28,7	27,2	26,9	25,9	-13,4	-3,6	24,5	9,6	2,6	28,0	10,5	2,8	69,9	-5,1	-1,5	-804,1	54,9	14,9	26,4	-31,3	-8,4	29,4	
Alentejo	8,9	8,6	8,5	8,0	7,8	7,1	7,7	-17,0	-1,5	10,4	7,0	0,6	6,6	-1,1	-0,1	-2,4	-2,7	-0,2	-118,4	42,5	3,3	5,9	-23,0	-1,6	5,7	
Açores	1,9	2,1	2,2	2,2	1,9	1,9	2,0	-8,3	-0,2	1,1	14,9	0,3	3,3	4,0	0,1	2,1	-13,7	-0,3	-161,2	57,1	1,1	1,9	-21,8	-0,4	1,4	
Madeira	1,5	1,7	1,8	1,9	2,1	2,1	2,2	1,5	0,0	-0,2	10,7	0,2	2,0	12,8	0,2	5,6	7,8	0,1	81,6	59,6	1,2	2,2	-24,5	-0,5	1,8	
Estrangeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0	0,0	0,0																

Structure	Share (%)							1996			1997			1998			1999			2000			2001			
	Size Class	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth	
										p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,4	0,4	100,0	16,2	16,2	100,0	7,4	7,4	100,0	3,5	3,5	100,0	34,6	34,6	100,0	3,6	3,6	100,0	
Norte	35,6	34,0	35,4	36,1	36,7	34,5	37,1	-4,3	-1,5	-409,9	21,1	7,2	44,2	9,5	3,4	45,2	5,3	1,9	54,9	26,4	9,7	28,0	11,5	4,0	110,1	
Algarve	5,3	5,6	5,5	5,1	5,3	5,6	6,4	4,9	0,3	71,2	15,2	0,8	5,2	-0,5	0,0	-0,4	6,6	0,3	9,6	43,5	2,3	6,6	17,3	1,0	27,0	
Centro	21,2	22,3	20,8	21,6	22,2	24,0	21,4	5,6	1,2	323,4	8,3	1,8	11,4	11,7	2,4	32,6	6,4	1,4	39,7	45,2	10,0	29,0	-7,4	-1,8	-49,3	
Lisboa	25,9	25,9	24,9	25,6	24,5	25,1	24,4	0,4	0,1	29,7	11,8	3,0	18,8	10,4	2,6	34,7	-0,8	-0,2	-5,9	37,6	9,2	26,6	0,7	0,2	5,2	
Alentejo	7,7	7,9	9,9	8,0	7,4	7,7	7,2	2,8	0,2	58,6	46,2	3,6	22,4	-12,9	-1,3	-17,1	-4,5	-0,4	-10,3	40,0	3,0	8,5	-2,9	-0,2	-6,1	
Açores	2,0	2,2	1,6	1,5	1,7	1,4	1,6	10,1	0,2	55,9	-15,7	-0,4	-2,2	-1,2	0,0	-0,3	18,5	0,3	7,9	11,1	0,2	0,5	14,7	0,2	5,8	
Madeira	2,2	2,1	1,8	2,1	2,1	1,8	2,0	-4,8	-0,1	-28,8	1,3	0,0	0,2	21,7	0,4	5,3	7,2	0,1	4,2	10,5	0,2	0,7	14,9	0,3	7,3	
Estrangeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0	0,0	-0,1							

Structure	Share (%)							2002			2003			2004			2005			2006			2007			
	Size Class	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth		growth y.o.y (%)	contributions to growth	
										p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%		p.p.	%
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,9	0,9	100,0	-24,2	-24,2	100,0	-3,9	-3,9	100,0	37,6	37,6	100,0	-19,8	-19,8	100,0	1,4	1,4	100,0	
Norte	37,1	35,0	36,1	36,2	44,4	36,0	36,3	-4,8	-1,8	-205,5	-21,8	-7,6	31,6	-3,7	-1,3	34,5	68,8	24,9	66,1	-34,9	-15,5	78,0	2,2	0,8	55,3	
Algarve	6,4	6,2	5,9	6,2	5,8	6,6	7,1	-1,8	-0,1	-13,1	-27,3	-1,7	7,0	0,6	0,0	-0,9	29,4	1,8	4,9	-9,1	-0,5	2,7	8,6	0,6	39,5	
Centro	21,4	22,9	20,8	20,7	20,3	19,9	19,2	7,7	1,7	189,6	-31,0	-7,1	29,3	-4,5	-0,9	24,4	34,9	7,2	19,2	-21,3	-4,3	21,8	-2,1	-0,4	-29,2	
Lisboa	24,4	25,1	25,3	25,8	20,0	26,7	27,2	4,0	1,0	111,2	-23,7	-6,0	24,6	-2,0	-0,5	12,9	6,9	1,8	4,7	7,2	1,4	-7,2	3,3	0,9	60,9	
Alentejo	7,2	7,2	7,6	6,9	6,6	6,8	6,7	0,3	0,0	2,5	-19,8	-1,4	5,9	-13,1	-1,0	25,7	31,9	2,2	5,8	-17,2	-1,1	5,7	0,1	0,0	0,3	
Açores	1,6	1,7	1,8	1,9	1,3	1,7	1,5	8,6	0,1	15,4	-19,7	-0,3	1,4	1,6	0,0	-0,7	-5,3	-0,1	-0,3	4,9	0,1	-0,3	-7,9	-0,1	-9,4	
Madeira	2,0	1,9	2,5	2,4	1,6	2,2	1,9	0,0	0,0	0,0	-3,3	-0,1	0,3	-6,5	-0,2	4,2	-6,6	-0,2	-0,4	7,4	0,1	-0,6	-11,0	-0,2	-16,8	
Estrangeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0	0,0	-0,2																

Source: Author's calculations based on Quadros de Pessoal GEP, MT.

Ensaio

The Macroeconomic Determinants of Cross Border Mergers and Acquisitions and Greenfield Investments: an empirical approach

Paula Neto¹; António Brandão²; António Cerqueira³

1. Introduction

When a company decides to invest abroad, it can do it in two different ways: i) through the establishment of a greenfield investment in new asset in a foreign country, ii) or through an investment by acquiring a pre-existent foreign firm or merging with a foreign firm. Therefore, the two main components of Foreign Direct Investment (FDI) are greenfield investments and mergers and acquisitions (M&A⁴).

We have witnessed, since the 90s, a massive increase on the volume of FDI, which has gained a major role in the process of economic growth. The internationalization of production allowed companies to explore their competitive advantages, led to the rise of competition, the increase in technology progress and the promotion of technology transfer. Consequently, literature on international business has been focused on identifying and assessing the determinants of FDI flows. Most studies, in this area, have been trying to find the key factors of FDI inflows and outflows, raising one of two central questions: i) why a company decides to invest abroad, i.e., why FDI outflows occurs; ii) or which factors make certain local attractive to FDI, i.e., why the FDI inflows are specific of certain countries. The first question is usually developed in a microeconomic perspective, bearing in mind the specific assets of the companies in the context of FDI decisions. The second question is related with the location determinants of FDI and with the characteristics of the host countries, which is studied in a macroeconomic perspective.

The empirical studies carried out at country and industry levels, have been concentrated on overall FDI, without distinguishing between the different modes of foreign investment. Actually, the studies focussed on the aggregate FDI inflows and outflows assume, implicitly, that the same factors influence all modes of FDI [Lall (2002)].

On the other hand, international M&A make up the most important means which companies use to attain the strategic aim of growth and are considered as the key mode of FDI, since the late 80s [UNCTAD (2006)].

However, it is important to state that, although there are several studies about the macroeconomic determinants of the aggregate FDI, very few of them have clearly focused on the determinants of FDI via M&A [Rossi and Volpin (2004), Gliberman and Shapiro (2005), Di Giovanni (2005), Aminian et. al. (2005), Kamaly (2007)] or via greenfield investments.

Based on the the literature review⁵, we have concluded that most of the studies on the determinants of M&A or greenfields use a microeconomic perspective, trying to understand the companies' strategic decision on their foreign market entry.

Our approach consists on a different analysis. Therefore it is our main goal to study the macroeconomic determinants of cross border M&A and greenfield investments, i.e., we will try to evaluate the existence of mode-specific variables; these are location-specific variables that can influence in a distinctive way the preference given to one entry mode instead of another. In order to accomplish that, we have compared the estimated results for the inward FDI, M&A and greenfields equations and the outward FDI, M&A and greenfields equations. Although differences in the determinants of the inward and outward flows are also of some interest, they could help us to explain the empirical evidence, in which the most investor's countries are also the principal recipients.

¹ ISCA – Universidade de Aveiro

² Faculdade de Economia – Universidade do Porto

³ Faculdade de Economia – Universidade do Porto

⁴ We use the term “M&A” without distinction between “mergers” and “acquisitions”. In fact, acquisitions dominate cross border M&A transactions.

⁵ For an extensive literature review see Neto, Brandão and Cerqueira (2009), GEE Papers, nº 17, available at <http://www.gee.min-economia.pt/>.

Therefore, we have adopted as a basis the former study by Globerman and Shapiro (2005) who tried to find the location-specific determinants of cross border M&A. However, our study has two distinctive features. The first difference is that we will use a panel data of 53 countries, instead of a cross-section sample, over the period 1996-2006. And secondly, we will extend our analysis to the location-specific determinants of greenfield investments.

2. Data selection and model

Our empirical investigation consists in specifying and estimates six different equations to identify the cross country determinants of FDI, M&A and greenfields inflows and outflows. To this purpose, we will extended the empirical model adopted by Globerman and Shapiro (2005), to test if there are, besides M&A mode-specific determinants, variables which are greenfields mode-specific.

Based on the specification of the model described in the next sub-section, we intend to test if the potential specific M&A and greenfields' variables are only statistically significant in the M&A and greenfields' equations, respectively. We are interested in identifying the mode-specific variables.

2.1 Data Selection

Since our goal consists in the investigation of the mode-specific variables at country level, we have decided to include in the sample a reasonable diversity of countries, both developing and developed countries. So, in the final sample, we have only included the countries that, in the majority of the sample years, observed in(out)flows of FDI, M&A and greenfields different from zero. This criterion allowed us to obtain a panel data of 53 countries over the period 1996-2006^{6, 7}. In spite of the possibility of a biased sample, this criterion allowed us to exclude a group of countries that didn't show relevant M&A and greenfields, during the sample period.

The database we will use for the dependent variables was recently made available and published by UNCTAD⁸ on FDI, which allows us to make comparisons between those types of variables. This database covers the inflows (inbound investment) of foreign direct investment and the outflows (outbound investment) of FDI for a great number of developed and developing countries, over several years. It allows also the analysis of both cross border acquisitions of domestic companies (inbound) and cross border purchases by domestic companies (outbound). For greenfields projects, UNCTAD only made available the number (not flows) of greenfields that each country has realized and has been recipient and it is only from 2002 onwards.

In summary, we will compile data of the six series related to the in(out)bound of aggregate FDI, cross border M&A and greenfield investments, in 53 countries over the period 1996-2006 (2002-2006, for greenfields).

2.2 Model

Besides the use of panel data, we believe that another feature that will allow us to deepen the analysis by Globerman and Shapiro (2005), consists in adding to their four regressions (two for FDI and two for cross border M&A) another two, related to the greenfield investments.

⁶ Nevertheless, for inward and outward greenfield investments, we could only cover the period 2002 to 2006, once we do not have the data for the previous years.

⁷ The countries included are: Developed countries - Germany; Australia; Austria; Belgium; Canada; Denmark; Norway; Slovakia; Slovenia; Spain; United States; Estonia; Finland; France; Greece; Netherlands; Hungary; Ireland; Israel; Portugal; United Kingdom; Czech Republic; Sweden; Switzerland; Italy; Israel; Luxembourg; Japan and New Zealand; Developing countries - South Africa; Argentina; Brazil; Bulgaria; Chile; China; Colombia; Croatia; Philippines; Hong Kong; India; Indonesia; Malaysia; México; Peru; Republic of Korea; Romania; Russia; Singapore; Egypt; Turkey; Taiwan; Thailand and Venezuela.

⁸ Through UNCTAD annual publication - *World Investment Report (WIR)* or through *FDI/TNC Database*.

We will introduce two new regressions so that we will be able to incorporate the cross-country determinants of greenfields and, consequently, we will estimate six separate groups of equations that obey to this general model:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{GDP}_{it} + \beta_2 \text{GDPGROWTH}_{it-1} + \beta_3 \text{GI}_{it} + \beta_4 \text{OPENNESS}_{it} + \dots + \beta_5 X_{it} + u_{it} \quad (1)$$

$i = 1, 2, \dots, 53$ countries

$t = 1996, 1997, \dots, 2006$

Y_{it} represents each one of the 6 dependent variables described before, for the country i in the year t , i.e., the inflows and outflows of FDI, international M&A and the number of greenfields projects that country i was the destination or the source, in the year t ⁹. Variable X represents the vector of control variables that will measure the location variables specific to each entry mode (mode-specific variables).

The other variables present in the model (GDP – Gross Domestic Product; GDPGROWTH – GDP Annual Growth Rate; GI – Governance Index and OPENNESS – Degree of Openness) are some of the explanatory variables that we intend to test, as being those that conceptually affect, equally, all the modes of FDI (mode-encompassing variables).

In the specification of the explanatory variables we use as theoretical base the studies related with FDI and entry mode determinants and also the studies that have recently focused on macroeconomic determinants of M&A, in particular, the Gliberman and Shapiro's (2005) work¹⁰.

Employing the panel data methodology, we will use the two common techniques for estimating models with panel data, which are the fixed effects model (FEM) and the random effects model (REM). Subsequently, we will use a proper test statistic, namely Hausman Test (1978)¹¹ to choose the most appropriate model for our sample.

3. Empirical results

One of the main concerns in analysing the estimation results according to the panel data methodology previously described, is to verify if the potential specific M&A and greenfield variables are statistically significant in their own equations and not in aggregate FDI equations (FDI variable), i.e., we are interested in identifying the specific variables of the two entry modes¹².

From the analysis of the three inbound investments models (FDI, IN-M&A, IN-GREEN)¹³, we conclude that the majority of the mode-encompassing variables (GDP, GDPGROWTH, OPENNESS, GI) is positively significant in almost all the estimating equations, as expected. However, there are two differences related to these variables when we consider the three inflows equations.

First, the variable GDPGROWTH seems to influence in a positive way the aggregate FDI inputs, not via M&A, once the variable is not significant in the M&A inflows equations. This result seems to be in accordance with the results attained by Gliberman and Shapiro (2005), which suggest that the growth of economy represents the potential for economic rents to

⁹ The model is specified such that both dependent variables and GDP are measured in logarithms, with GDP coefficient measuring the elasticity of FDI series.

¹⁰ For an extensive literature review of this studies and a detailed description of the explanatory variables see Neto, Brandão and Cerqueira (2009), GEE Papers, nº 17, available at <http://www.gee.min-economia.pt/>.

¹¹ The Hausman statistic tests the null hypothesis that REM is appropriate for a particular sample compared to the FEM and allows us to decide which model gives the best estimation. The Hausman test allows verifying the presence of correlation between the unobservable heterogeneity and the explanatory variables [Wooldridge (2002)]. This consists of comparing the coefficients of the estimates for FEM and the estimates for REM. The null hypothesis is that the coefficients on both models are quite similar. If the coefficients differ from each other, the fixed effects estimation is simultaneously consistent and efficient. Consequently, if we do not reject the null hypothesis, we will interpret the REM results. On the other hand, if we reject the null hypothesis, we will analyze the FEM results.

¹² For a detailed analysis and description of the estimation results see Neto, Brandão and Cerqueira (2009), GEE Papers, nº 17, available at <http://www.gee.min-economia.pt/>.

¹³ See table 1.

be created by the growth process. However, the appropriation of such rents may be, primarily, associated to the establishment of new firms¹⁴. So, we have concluded that, although this variable is not significant in the M&A equations, it is important to explain FDI and also greenfields.

A second difference concerns the results obtained in the greenfields' equations, in which GDP and OPENNESS are not significant when regressed together with the two cultural variables.

As for the mode-specific variables, we observed that the variable associated with markets' capitalization (CAP) is significant in all the equations. So, we did not get any evidence to prove our hypothesis about capitalization, as an indicator of the deepness of the stock markets, to be M&A mode specific. On the contrary, empirical evidence suggests that this variable affects all entry modes in a positive and undistinguished way.

Nevertheless, the investor protection variable (INVPROT) seems to influence only M&A. In fact, the estimation results from the three inflows models suggests that this variable is not significant in any of the equations associated either to aggregate FDI or greenfields. Its importance is only enhanced in M&A regressions and when CAP, CD and UA variables are excluded. These are the variables with which INVPROT presents an important correlation^{15, 16}. This result suggests that the higher the investors protection is, the more likely are companies to prefer M&A as an entry mode.

As for the two variables related to cultural distance (CD and UA) we have also found some evidence that they are significant in explaining greenfields. These two variables are significant in explaining greenfields (and not in explaining aggregate FDI or M&A), but only when estimated separately. One should not be surprised by this, since the UA variable is one of the cultural dimensions included in the cultural distance index, showing, between the two, a significant correlation. Therefore, the empirical evidence suggests that, separately, the two cultural distance variables enhanced greenfields, in detriment of M&A, according with Kogut and Singh (1988).

With respect to the results for the three outbound investments models (FDO, OUT-F&A, OUT-GREEN)¹⁷, we can observe a considerable symmetry between the regressions related to the inbound and outbound investments, in what concerns to the variables associated with markets' size (GDP) and the governance index (GI). The results allow us to conclude that larger economies show more FDI inflows and outflows, no matter the investment form. Likewise, "well governed" countries encourage not only multinationals to establish firms abroad, but they also facilitate the growth of domestic multinationals, which, on their turn, establish their own branches abroad, too.

Additionally, the human development index (HDI) reports a positive and significant effect in all the outflows equations. As expected, we have concluded that companies located in countries with good physical and human infrastructures show a greater ability in creating firm-specific advantages necessary for international production.

Still referring to the mode-encompassing variables, we enhance two important differences related to the inflows regressions described above. The first is related to the variable GDPGROWTH which presents a positive and significant effect in the FDO and OUT-M&A equations, but not in the OUT-GREEN equations. This positive relationship, as opposed to Globerman and Shapiro (2005), comes to reinforce our hypothesis that a country with a high economic growth (lagged one year) ends up stimulating domestic firms to invest abroad, in order to compensate the saturation of domestic markets. On the other hand, we have realized that companies in countries with high growing levels prefer M&A as an entry mode. If a high GDP's growth attracts, primarily, investments via greenfields, on the other hand, it also pushes companies into foreign expansion through M&A, maybe because this is the quickest way to materialize their internationalization advantages.

A second difference concerns the variable OPENNESS which, as opposed to the inflows equations, is only significant in the FDO equations, although it shows, as expected, a positive sign. So, evidence suggests that, the more open to the exterior the country is, the more it will invest abroad. The same result was attained by Kyrkilis and Pantelis (2003).

¹⁴ Identical results were obtained by Zejan (1990) and Brouthers and Brouthers (2000) who stated that the growth of host markets encouraged greenfields instead of M&A.

¹⁵ See table 3 – Descriptive Statistics and Correlation Matrix of Independent Variables.

¹⁶ This high correlation suggests that the investor protection impact on CAP can be, partially, due to its role in the growth of markets liquidity.

¹⁷ See table 2.

However, we did not find evidence that the degree of openness affects directly the purchase of companies or the establishment of new affiliates abroad.

As for the M&A specific variables we have found evidence that allows us to conclude that the deepness and the size of capital markets, measured by the variable CAP, have a positive and significant effect in the FDO and OUT-M&A equations. Consequently, at least in what outflows concerns, capitalization seems to stimulate companies to invest abroad, especially through M&A. However, there is no evidence that CAP is an M&A specific variable, since it is significant in the overall FDO equations.

In what concerns the second M&A specific variable – INVPROT – it is significant and has a positive sign, according to what was expected, only in the M&A equations and when regressed together with GDP and GDPGROWTH. So, the results corroborate our hypothesis that the higher is the investor protection, the higher is the likelihood of companies to invest abroad through M&A, in detriment of greenfield investments. Therefore, there is some evidence that CAP is an M&A specific variable.

In a symmetrical way to the results attained in the inflows models, the two cultural distance variables (when regressed separately) are only significant in greenfields equations. This result proves our hypothesis that when the countries' cultural distance and aversion to risk are high, companies tend to invest less, but when they invest, they choose to do it via greenfields. This latter result suggests, with some limitations, that cultural variables may be greenfields specific.

In short, we can state that there is a considerable symmetry with the inflows equations. However, different results are also observed. The economic growth's variable exerts a positive impact on aggregate FDO, especially via M&A, as opposite to Globerman and Shapiro (2005).

Additionally, we have found evidence, although with some restrictions, that the investor protection index and the variables associated to the cultural distance (when regressed separately) can be considered as M&A and greenfields specific determinants, respectively.

4. Conclusions

The aim of this study consists in identifying the specific factors of each entry mode, namely M&A and greenfield investments. In order to do that, we have compared the determinants of M&A and greenfields inflows and outflows, with the determinants of aggregate foreign direct investment. In doing so, we consider whether there mode-specific determinants.

Through the introduction of greenfields in(out)bound equations, we have extended the analysis by Globerman and Shapiro (2005). Simultaneously, we have adopted a panel data analysis, where we combined a cross-section sample of 53 countries over the period 1996-2006.

In general, we can conclude that there is a group of variables which are important in explaining any form of investment, both inbound and outbound. The size of the economy, the degree of openness and the governance level are, in most cases, positively correlated with all series of inward and outward investment. Additionally, the coefficient values are very similar in each group of equations. Only for the case of outbound equations, we had also observed a positive sign between human development index and all forms of outbound investments.

There are, however, some differences between the structure of M&A, greenfields and aggregate FDI. In particular, and according to Globerman and Shapiro (2005), we concluded that economic growth is an important determinant in attracting FDI, but only for greenfields. Identical results were obtained by Zejan (1990), Brouthers e Brouthers (2000) and Larimo (2003), who argue that economic growth encourage greenfield investments, in detriment of M&A. Most important, is that this result seems to be in line with the fact that greenfield FDI represents the preferential mode of entry of both developing countries and transition economies, where we can observe, in the last few years, high rates of growth.

On the other hand, this growth tends also to push a rise in outward investments, i.e., the investments made by national companies abroad, especially via M&A. This positive relationship, as opposed to Globerman and Shapiro (2005),

reinforce our hypothesis that a country with a high economic growth ends up stimulating domestic firms to invest abroad, in order to compensate the saturation of domestic markets. We have also concluded that companies in countries with high growing levels prefer M&A as an entry mode. In other words, a country that shows a fast economic growth tends to be host, primarily, of foreign investment via the establishment of new firms; simultaneously, this country encourages its companies to invest abroad, through M&A, maybe because this is the quickest way to materialize their internationalization advantages. In fact, according to the publication World Investment Report (2006) from UNCTAD, this seems to be very clear in large developing economies, such as China and India.

As for the existence of mode-specific determinants, we can conclude that the investor protection is important to understand both M&A inflows and outflows. With respect to stock market capitalization variable, we did not find any evidence that this variable is specific to cross border M&A.

Additionally, the evidence suggests, with some assurance, that the two cultural variables, when regressed separately, influence in a positive way the likelihood of companies to choose greenfields.

To sum up, we may conclude that the introduction of the panel data, when compared to the work of Globerman and Shapiro (2005), allowed us to gather more conclusive evidence about mode-specific determinants.

References

Aminian, N., Campart, S. and Ptisfer, E. (2005), "Macroeconomic Determinants of Cross-Border Mergers and Acquisitions – European and Asian Evidence", paper presented at International Conference at the University of Le Havre, 28 and 29 September.

Brouthers, K.D. and Brouthers, L.E. (2000), "Acquisition or Greenfield Start-up? Institutional, Cultural and Transaction Cost Influences", *Strategic Management Journal*, 21: 89-97.

Di Giovanni, J. (2005), "What drives capital flows? The Case of Cross-Border M&A Activity and Financial Deepening", *Journal of International Economics*, 65: 127-149.

Globerman, S. and Shapiro, D. (2005), Assessing International Mergers and Acquisitions as a Mode of Foreign Direct Investment, In *Governance, Multinationals and Growth 2005 - New Horizons in International Business*, eds. Lorraine Eden and Wendy Dobson, Cheltenham: UK and Northampton, pp. 68-99.

Hausman, J. A. (1978), "Specification Tests in Econometrics", *Econometrica*, 46/6: 1251-1271.

Hofstede, G. (1980), "Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values", Beverly Hills CA: Sage Publications. Retrieved March 07, 2008, from <http://www.geert-hofstede.com/>

Kamaly, A. (2007), "Trends and Determinants of Mergers and Acquisitions in Developing Countries in 1990s", *International Research Journal of Finance and Economics*, 8: 16-30.

Kogut, B. and Singh, H. (1988), "The Effect of National Culture on the Choice of Entry Mode", *Journal of International Business Studies*, 19/3: 411-432.

Kyrkilis, D. and Pantelidis, P. (2003), "Macroeconomic Determinants of Outward Foreign Direct Investment", *International Journal of Social Economics*, 30/7: 827-836.

La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A. and Vishny, R. (1998), "Law and Finance", *Journal of Political Economy*, 106/6: 1113-1155.

Lall, S. (2002), "Implications of Cross-Borders Mergers and Acquisitions by TNCs in Developing Countries: A Beginner's Guide", *Queen Elisabeth House Working Paper Series*, WP 88, University of Oxford.

Neto, P., Brandão, A. and Cerqueira, A. (2009), "The Macroeconomic Determinants of Cross Border Mergers and Acquisitions and Greenfield Investments", GEE Papers, nº 17, available at <http://www.gee.min-economia.pt/>.

Pistor, K; Raiser, M. and Gelfer, S. (2000), "Law and Finance in Transition Economies", EBRD WP 48.

Rossi, S. and Volpin, P. (2004), "Cross-country Determinants of Mergers and Acquisitions", *Journal of Financial Economics*, 74: 277-304.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) (2006), "FDI from Developing and Transition Economies: Implications for Development", *World Investment Report 2006*, Geneva: United Nations.

Zejan, M. (1990), "New Ventures or Acquisitions: The Choice of Swedish Multinational Enterprises", *Journal of Industrial Economics*, 38: 349-355.

Annexes – Estimation Results

	FDI					IN-M&A					IN-GREEN				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)
C	-4,915*	-4,653**	-7,042***	-9,776	-9,919	-7,350*	-5,306***	-5,739	-19,049**	-18,277***	-3,589**	-2,057	-16,053***	-10,065	-18,992***
	(-2,575)	(-2,336)	(-1,699)	(-1,539)	(-1,542)	(-2,605)	(-1,752)	(-0,954)	(-2,047)	(-1,954)	(-2,094)	(-1,113)	(-1,855)	(-1,224)	(-1,835)
GDP	0,867*	0,713*	0,634*	0,626*	0,599*	1,032*	0,799*	0,843*	0,540***	0,688**	0,655*	0,586*	0,129	0,496*	0,124
	(6,519)	(5,167)	(2,882)	(3,178)	(2,616)	(5,292)	(3,859)	(2,602)	(1,888)	(2,054)	(5,796)	(4,688)	(0,418)	(3,081)	(0,401)
GDPGROWTH	0,025**	0,020***	0,018	0,019***	0,018	-0,011	-0,010	-0,009	-0,002	-0,001	0,017***	0,018***	0,013	0,015	0,015
	(2,083)	(1,818)	(1,502)	(1,656)	(1,512)	(-0,647)	(-0,588)	(-0,563)	(-0,117)	(0,006)	(1,695)	(1,636)	(1,182)	(1,502)	(1,364)
GI	0,042*	0,044*	0,046*	0,044*	0,045*	0,033**	0,042*	0,039**	0,039*	0,034**	0,030*	0,033*	0,030**	0,033**	0,033**
	(4,657)	(4,889)	(4,554)	(4,411)	(4,091)	(2,537)	(2,997)	(2,573)	(2,786)	(2,267)	(2,721)	(2,747)	(2,308)	(2,538)	(2,536)
OPENNESS	0,829*	0,662**	0,497***	0,504***	0,502***	1,375*	1,251*	1,241**	1,008**	1,174**	0,531**	0,207	0,024	0,151	0,011
	(3,189)	(2,244)	(1,651)	(1,702)	(1,662)	(3,590)	(2,805)	(2,457)	(2,163)	(2,325)	(2,309)	(0,661)	(0,070)	(0,458)	(0,032)
INVPROT	-0,131	0,113	0,102	0,073	0,078	0,120***	0,100***	0,118	0,119	0,124	-0,068	-0,125	-0,144	-0,166	-0,162
	(-0,565)	(0,428)	(0,383)	(0,271)	(0,289)	(1,765)	(1,667)	(1,616)	(1,627)	(1,598)	(-0,636)	(-0,968)	(-1,099)	(-1,221)	(-1,191)
CAP		0,004*	0,004*	0,004*	0,004*		0,002**	0,002**	0,002**	0,002**		0,003*	0,002**	0,003*	0,002***
		(3,524)	(3,576)	(3,423)	(3,458)		(1,972)	(1,974)	(1,988)	(1,979)		(2,755)	(2,226)	(2,643)	(1,857)
CD			0,062		0,027			0,005		-0,148			0,358***		0,322
			(0,602)		(0,227)			(0,033)		(-0,850)			(1,654)		(1,412)
UA				0,101	0,085				0,281	0,372				0,181***	0,077
				(0,808)	(0,586)				(1,527)	(1,596)				(1,667)	(0,520)
Adjusted R ²	0,750	0,765	0,744	0,744	0,743	0,690	0,670	0,666	0,667	0,667	0,904	0,904	0,900	0,901	0,899
F Statistic	30,956*	31,254*	27,335*	27,358*	26,822*	21,564*	20,200*	19,460*	19,599*	19,257*	44,696*	39,700*	37,173*	37,563*	36,368*
Hausman Test	12,602**	17,066*	17,062**	17,270**	17,312**	13,380*	13,613**	14,233**	21,216*	20,907*	13,161**	28,301*	31,626*	27,491*	29,311*
N	571	531	509	509	509	581	540	520	520	520	265	235	225	225	225

Notes: 1. FDI – Natural logarithmic of FDI inflows in country i in year t ; IN-M&A - Natural logarithmic of inward M&A in country i in year t ; IN-GREEN - Natural logarithmic of the number of projects of greenfields realized by foreign firms in country i in year t ; GDP - Natural logarithmic of Gross Domestic Product (GDP) at current prices; GDPGROWTH - Annual growth rate of Gross Domestic Product (GDP); GI - Governance Index; OPENNESS – Degree of Openness; INVPROT - Investor Protection Index; CAP - Ratio of Stock Market Capitalization to GDP; CD - Cultural Distance; UA - Uncertainty Avoidance. 2. These tables presents the results estimated using Fixed Effects Model (FEM) and Random Effects Model (REM), using Hausman Test (1978), a test with H_0 : random effects are consistent and efficient, versus H_1 : random effects are inconsistent, in order to choose the most appropriate model for each particular regression. 3. T-statistics in parentheses: *significant at 1%; **significant at 5%; ***significant at 10%.

Table 2: Outflows Regressions

	FDO					OUT-M&A					OUT-GREEN				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)
C	-17,350*	-16,210*	-14,801*	-15,315*	-14,830*	-16,389*	-15,313*	-5,873	-13,906*	-13,674*	-10,942*	-8,038**	-8,537	-19,513***	-17,434
	(-12,236)	(-11,679)	(-9,403)	(-10,341)	(-9,345)	(-3,734)	(-3,135)	(-0,614)	(-7,978)	(-7,419)	(-3,247)	(-2,087)	(-0,639)	(-1,668)	(-1,109)
GDP	1,181*	1,138*	1,159*	1,096*	1,133*	0,507	0,435	0,843***	1,089*	1,110*	0,387***	0,323	0,295	0,206	0,280
	(12,175)	(12,505)	(11,707)	(11,298)	(10,689)	(1,374)	(1,096)	(1,663)	(10,274)	(9,487)	(1,783)	(1,363)	(0,646)	(0,783)	(0,613)
GDPGROWTH	0,039**	0,029***	0,029***	0,029***	0,029***	0,113*	0,112*	0,106*	0,081*	0,091*	-0,007	-0,005	-0,004	0,001	0,002
	(2,434)	(1,813)	(1,812)	(1,810)	(1,811)	(4,521)	(4,308)	(4,077)	(3,375)	(3,792)	(-0,502)	(-0,333)	(-0,267)	(0,063)	(0,125)
GI	0,017**	0,015***	0,013***	0,013***	0,014***	0,035***	0,038***	0,036	0,026*	0,026**	0,033**	0,041**	0,044**	0,036***	0,037***
	(2,125)	(1,875)	(1,645)	(1,647)	(1,753)	(1,751)	(1,809)	(1,515)	(2,632)	(2,562)	(2,063)	(2,412)	(2,316)	(1,895)	(1,851)
HDI	10,035*	9,453*	9,381*	10,151*	9,880*	16,892*	15,241*	21,600*	6,137**	5,978**	15,791*	14,348**	14,383**	13,269**	14,037**
	(5,216)	(5,132)	(5,033)	(5,169)	(4,959)	(3,063)	(2,614)	(2,983)	(2,507)	(2,390)	(2,727)	(2,549)	(2,051)	(2,272)	(2,001)
OPENNESS	0,602**	0,505**	0,469***	0,440***	0,468***	0,196	0,057	0,256	-0,161	-0,011	0,140	-0,125	-0,104	-0,162	-0,140
	(2,562)	(2,095)	(1,922)	(1,705)	(1,766)	(0,314)	(0,075)	(0,315)	(-0,551)	(-0,035)	(0,418)	(-0,268)	(-0,211)	(-0,337)	(-0,283)
INVPROT	0,024	0,005	-0,022	-0,011	-0,024	0,295***	0,068	0,058	0,066	0,058	-0,236	-0,298	-0,304***	-0,358***	-0,358***
	(0,276)	(0,063)	(-0,259)	(-0,131)	(-0,279)	(1,788)	(0,223)	(0,192)	(0,077)	(0,066)	(-1,605)	(-1,619)	(-1,652)	(-1,855)	(-1,855)
CAP		0,004*	0,004*	0,004*	0,004*		0,004**	0,004**	0,007*	0,007*		0,003	0,003	0,002	0,002
		(3,982)	(3,955)	(3,899)	(3,952)		(1,993)	(1,995)	(3,506)	(3,510)		(1,506)	(1,524)	(1,214)	(1,203)
CD			-0,025		-0,017			-0,364		-0,009			0,345***		0,237
			(-1,563)		(-0,895)			(-1,309)		(-0,474)			(1,760)		(1,097)
UA				-0,009	-0,006				-0,012***	-0,010				0,346***	0,226
				(-1,503)	(-0,752)				(-1,714)	(-1,251)				(1,688)	(1,071)
Adjusted R ²	0,423	0,469	0,460	0,458	0,457	0,709	0,703	0,686	0,427	0,422	0,923	0,916	0,914	0,914	0,667
F Statistic	67,258*	64,139*	52,163*	51,721*	45,867*	24,470*	22,125*	20,116*	47,438*	41,366*	55,069*	44,155*	42,130*	42,436*	19,257*
Hausman Test	5,134	10,296	11,612	10,506	11,201	12,503***	13,342***	13,374***	12,863	14,149	24,872*	22,693*	23,298*	23,774*	25,105*
N	543	502	481	481	481	559	518	499	499	499	262	232	222	222	222

Notes: 1. FDO – Natural logarithmic of FDI outflows in country i in year t ; OUT-M&A - Natural logarithmic of outward M&A in country i in year t ; IN-GREEN - Natural logarithmic of the number of projects of greenfields realized by the domestic firms of country i in year t ; GDP - Natural logarithmic of Gross Domestic Product (GDP) at current prices; GDPGROWTH - Annual growth rate of Gross Domestic Product (GDP); GI - Governance Index; HDI – Human Development Index; OPENNESS – Degree of Openness; INVPROT - Investor Protection Index; CAP - Ratio of Stock Market Capitalization to GDP; CD - Cultural Distance ; UA - Uncertainty Avoidance. 2. These tables presents the results estimated using Fixed Effects Model (FEM) and Random Effects Model (REM), using Hausman Test (1978), a test with H_0 : random effects are consistent and efficient, versus H_1 : random effects are inconsistent, in order to choose the most appropriate model for each particular regression. 3. T-statistics in parentheses: *significant at 1%; **significant at 5%; ***significant at 10%.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
Reunião Conselho ECOFIN 16 de Março de 2010	<p data-bbox="448 450 1359 533">Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 16 de Março de 2010 destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="448 539 1359 920"> <p>• Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento – Grécia: o Conselho analisou uma Comunicação da Comissão relativa à avaliação das medidas tomadas pela Grécia para reduzir o seu défice em resposta à decisão adoptada em 16 de Fevereiro. Congratulou-se com as medidas adicionais anunciadas pelo governo grego, que ascendem a 2% do PIB, e que consistem em medidas de aumento das receitas e redução permanente das despesas, em proporções iguais. O Ecofin considerou que a Grécia está a executar de forma adequada a decisão do Conselho e o programa de estabilidade e que as medidas anunciadas parecem ser suficientes para assegurar o cumprimento dos objectivos orçamentais de 2010.</p> <li data-bbox="448 927 1359 2074"> <p>• Preparação do Conselho Europeu</p> <p>Tendo em vista a preparação da reunião da Primavera do Conselho Europeu, o Conselho adoptou conclusões destacando-se as seguintes áreas: a) a preparação de uma nova estratégia da UE para o crescimento e o emprego e b) estratégias de saída relativas aos regimes de apoio ao sector financeiro e medidas relativas à crise nos mercados de trabalho e de produtos.</p> <p>a) Europa 2020</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="491 1234 1359 1391">– <i>Objectivos e prioridades:</i> o Ecofin concordou com as três prioridades propostas pela Comissão: crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e considerou que as “iniciativas emblemáticas” constituem uma boa base de discussão sobre a forma de concentrar os esforços em áreas apropriadas. <li data-bbox="491 1397 1359 1599">– <i>Mobilização dos instrumentos da UE:</i> o Conselho apoiou a proposta de: (i) potenciar a utilização do mercado único; (ii) desenvolver uma agenda económica externa sólida, e (iii) melhorar os instrumentos que contribuam para o financiamento da estratégia (ajustando as prioridades do orçamento da UE e melhorando a cooperação com o Grupo BEI); <li data-bbox="491 1606 1359 1839">– <i>Objectivos:</i> o Conselho registou a proposta de definir cinco objectivos que a UE deve cumprir até 2020, os quais deverão ser reflectidos em objectivos nacionais garantindo a coerência entre si. Os progressos no cumprimento dos objectivos nacionais e da UE deverão ser monitorizados pelo Conselho Europeu pelo menos uma vez por ano, com base nos contributos da Comissão Europeia e as formações pertinentes do Conselho; <li data-bbox="491 1845 1359 2074">– <i>Governança:</i> (i) o Conselho considera importante a participação do Conselho Europeu na elaboração das políticas e na avaliação dos progressos da "Europa 2020"; (ii) as recomendações específicas por país (no âmbito das orientações gerais de política económica) deverão centrar-se em medidas que permitam corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e reforçar a competitividade e em reformas estruturais impulsionadoras do

crescimento. O Conselho irá estudar os meios necessários de forma a garantir que as recomendações específicas por país sejam consistentes com o quadro orçamental e os imperativos de finanças públicas nacionais e da UE;

- *Comunicação*: o Conselho considerou que os progressos realizados tanto em matéria dos objectivos principais da estratégia, como de outras importantes variáveis macroeconómicas devem ser divulgados, tendo em conta a consecução dos objectivos finais.

O Conselho irá prosseguir os trabalhos sobre a estrutura de governação da Europa 2020, tendo ainda salientado a utilidade de realização de uma avaliação intercalar da Estratégia em 2013 2014.

- b) **Estratégias de saída**: O Conselho adoptou conclusões sobre as estratégias de saída, quer no que se refere às medidas de apoio ao sector financeiro adoptadas pelos estados membros durante a crise, quer no que diz respeito às medidas tomadas a nível do mercado de trabalho e do mercado de bens e serviços.

Nas suas conclusões, o Conselho salienta as melhorias registadas no funcionamento dos mercados financeiros, chamando, no entanto, a atenção para o facto de subsistirem ainda problemas em alguns segmentos do sector bancário que necessitam de ser resolvidos urgentemente através de medidas de reestruturação adequadas. O Conselho chama também a atenção para as conclusões preliminares do trabalho que está a ser desenvolvido pela Comissão sobre as condições actuais de concessão de garantias e respectiva utilização, que apontam para uma diminuição da utilização das mesmas, não obstante os sinais de fragilidade ainda presentes na concessão de empréstimos bancários. O Conselho convida a Comissão a prosseguir o seu trabalho, em cooperação com o BCE, e convida o Comité Económico e Financeiro a discutir os resultados desse trabalho, acompanhar os desenvolvimentos de mercado e reportar regularmente ao Conselho ECOFIN, tendo em vista a discussão desta questão no Conselho Europeu de Junho de 2010.

No que se refere à retirada de medidas temporárias de apoio nos mercados de trabalho e de produtos, o Ecofin salienta que as estratégias de saída nesta área deverão ser acompanhadas pela introdução gradual de reformas a médio e longo prazo de forma a consolidar o crescimento económico e o emprego, melhorar a competitividade e apoiar os esforços de consolidação orçamental. Deverão igualmente estar dependentes das especificidades e circunstâncias económicas de cada estado-membro. Quanto aos princípios aprovados, estes são os seguintes: (i) as medidas temporárias de apoio sectorial deverão ser eliminadas o mais rapidamente possível em virtude dos elevados custos orçamentais e de poderem prejudicar a afectação eficiente dos recursos; (ii) a retirada das medidas para reduzir as restrições de financiamento deve ser dependente da capacidade das instituições financeiras em fornecer recursos suficientes para as empresas (em especial as PME); (iii) relativamente às medidas de apoio ao mercado de trabalho, as mesmas deverão ser gradualmente retiradas em meados de 2010 (data referência), sendo que o ritmo da retirada dependerá da situação específica de cada país e deverá ser

acompanhado por políticas mais estruturais, tais como o reforço de activação, formação e outras políticas de flexisegurança.

- **IVA – Directiva relativa à facturação:** O Conselho adoptou uma orientação geral sobre a proposta de Directiva que altera a Directiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) no que respeita às regras em matéria de facturação. A proposta tem por grande objectivo equiparar as facturas electrónicas às facturas em papel no contexto do funcionamento do IVA, visando, assim, alcançar uma maior simplificação no cumprimento das obrigações fiscais relativas a este imposto e reduzir, por esse meio, os encargos das empresas, designadamente das PME. Nesse sentido, são introduzidas várias alterações ao regime vigente quanto a definições, jurisdição competente, modalidades, prazos, conteúdo e armazenagem das facturas. A proposta será adoptada pelo Conselho, após parecer do Parlamento Europeu.

Estratégia Nacional para a Energia 2020

O Conselho de Ministros de 18 de Março de 2010 aprovou a Estratégia Nacional para a Energia com o horizonte de 2020 (ENE 2020).

A nova Estratégia Nacional para a Energia vem dar continuidade à anterior estratégia, aprovada em 24 de Outubro de 2005, ao definir uma agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira do País. A estratégia baseia-se na aposta nas energias renováveis e na promoção integrada da eficiência energética, de forma a garantir a segurança de abastecimento e a sustentabilidade económica e ambiental do modelo energético.

A ENE 2020 assenta em cinco eixos principais: (i) competitividade, crescimento e independência energética e financeira; (ii) aposta nas energias renováveis; (iii) promoção da eficiência energética; (iv) garantia de segurança de abastecimento; (v) promoção da Sustentabilidade Económica e Ambiental.

A ENE 2020 estabelece como metas:

- A redução da dependência energética face ao exterior para 74% em 2020 e a produção de 31% da energia final a partir de recursos endógenos, no mesmo prazo.
- Cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no contexto das políticas europeias de combate às alterações climáticas, onde se inclui a redução do consumo de energia final e de emissões em 20%. Estima-se, ainda, que em 2020, 60% da electricidade produzida tenha origem em fontes renováveis.
- Consolidação do “cluster” nacional das energias renováveis, assegurando em 2020 um valor acrescentado bruto de 3.800 milhões de euros e a criação de mais 100.000 postos de trabalho.
- Continuação do desenvolvimento do “cluster” industrial associado à promoção da eficiência energética de forma a assegurar a criação de 21.000 postos de trabalho, um investimento estimado de 13.000 milhões de euros até 2020 e exportações adicionais de 400 milhões de euros.

Fundo de Eficiência Energética

O Governo aprovou a criação do Fundo de Eficiência Energética (FEE), que será o instrumento financeiro dos projectos e iniciativas previstos no Plano Nacional de

Acção para a Eficiência Energética.

Este Fundo, com a dotação inicial de 1,5 milhões de euros, tem três objectivos fundamentais: (i) incentivar a eficiência energética por parte dos cidadãos e das empresas, (ii) apoiar projectos de eficiência energética em áreas onde até agora esses projectos ainda não tinham sido desenvolvidos e (iii) promover a alteração de comportamentos nesta matéria.

O FEE visa a melhoria da eficiência energética nas áreas dos transportes, da habitação, da prestação de serviços, da indústria e nos serviços públicos, bem como apoiar projectos de eficiência energética em áreas como a agricultura ou a indústria extractiva, que contribuam para a redução do consumo final de energia. O FEE pode ainda ser utilizado para promover campanhas e eventos relacionados com a alteração de comportamento dos consumidores com vista à redução dos perfis de consumo de energia pelas famílias e pelas organizações beneficiárias.

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>QREN</i> Resolução da Assembleia da República n.º 15/2010 - I Série n.º 40, de 26/02</p>	<p>A Assembleia da República recomenda ao Governo um conjunto de medidas de reprogramação, redireccionamento e reengenharia do QREN no sentido de, entre outros objectivos: - Reforçar os meios disponibilizados para fomentar a capacidade de adaptação das pessoas e das organizações aos tempos de mudança e de crise; - Fomentar a implementação de modelos de inovação baseados na conjugação de esforços de autarquias, empresas e ensino superior; - Reforçar as apostas do QREN nas PME, devendo o Governo assumir um compromisso quantitativo quanto ao valor percentual do total de 21,4 mil milhões de euros de fundos comunitários que deve ter como promotores e beneficiários directos as PME; - Possibilitar o alargamento das candidaturas das PME ao QREN; - Garantir maior celeridade em todas as etapas de apreciação de candidaturas e na execução de projectos; - Flexibilizar, simplificar e alargar substancialmente os pagamentos efectuados a título de adiantamentos ou contra a apresentação de facturas; - Reforçar as dotações associadas aos programas operacionais regionais.</p>
<p><i>Iniciativa Emprego 2010 / Programa Qualificação-Emprego</i> Portaria n.º 126/2010 - I Série n.º 41, de 1/03</p>	<p>Estabelece, no âmbito da Iniciativa Emprego 2010, as normas de funcionamento e de aplicação das medidas a disponibilizar no quadro da nova geração de iniciativas sectoriais, no âmbito do Programa Qualificação-Emprego. O Programa aplica-se às empresas, trabalhadores e activos desempregados que integrem os sectores do ramo automóvel, do comércio, da madeira e mobiliário, do têxtil e vestuário e do turismo, cuja classificação de actividade económica (CAE) corresponda ao definido no regulamento específico aplicável, a aprovar pelo IEFP. O Programa integra as seguintes medidas: Medida 1- Gestão dos ciclos de procura; Medida 2- Articulação dos contratos de trabalho intermitente com formação; Medida 3- Medidas gerais de qualificação, aplicadas aos sectores. O período de apresentação de candidaturas ao Programa é fixado nos respectivos regulamentos específicos e divulgado pelo IEFP, no seu portal. O Programa é válido até 31 de Dezembro de 2010.</p>
<p><i>Iniciativa Emprego 2010 - Programa de Estágios Profissionais</i> Portaria n.º 127/2010 - I Série n.º 41, de 1/03</p>	<p>Regulamenta o Programa de Estágios Profissionais - Formações Qualificantes de níveis 3 e 4, o qual tem como objectivos prioritários: - Complementar e aperfeiçoar as competências dos jovens detentores de cursos qualificantes de nível 3 ou 4; - Facilitar a transição entre o sistema de qualificação e o mercado de trabalho; - Incentivar a articulação entre as escolas e entidades formadoras e as entidades empregadoras, privilegiando as áreas tecnológicas; - Fomentar o acesso, por parte dos empregadores, a detentores de novas formações e competências promovendo a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva. O presente Programa</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Iniciativa Emprego 2010 - Programa de Estágios Qualificação-Emprego</i></p> <p>Portaria n.º 128/2010 - I Série n.º 41, de 1/03</p>	<p>destina-se a jovens com idade até aos 35 anos, inclusive, que se encontrem em situação de procura do primeiro emprego ou de desempregados à procura de novo emprego, e que sejam detentores de curso de qualificação de nível 3 ou 4. A bolsa de estágio tem uma comparticipação do IEFP, de acordo com a natureza jurídica e dimensão das entidades promotoras, que pode variar entre 65% e 35% do respectivo valor. Estas comparticipações são aplicáveis às bolsas de estágio concedidas ao abrigo de programas de estágio que tiverem o seu início no decurso do ano de 2010 e são majoradas em 10 pontos percentuais sobre o montante apurado no caso de o estagiário ser pessoa com deficiência e incapacidade.</p>
<p><i>Contratos Públicos</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 17/2010 - I Série n.º 41, de 1/03</p>	<p>A Assembleia da República recomenda diversas medidas ao Governo com vista a uma maior transparência nos contratos públicos, designadamente: - A introdução, no Portal dos Contratos Públicos, de mecanismos mais eficientes e alargados de busca e de relacionamento de dados; - Tornar obrigatória a disponibilização de elementos informativos que permitam uma explicitação mais precisa e completa dos bens, serviços ou obras objecto de contrato, bem como, da identificação dos demais concorrentes; - A reconfiguração do Portal dos Contratos Públicos, com o objectivo de introduzir a possibilidade de busca automática dos adjudicantes, dos adjudicatários e dos demais concorrentes.</p>
<p><i>Plano Tecnológico</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2010 - I Série n.º 45, de 5/03</p>	<p>Cria uma rede de pontos focais - Rede de Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, à qual cabe: (i) Coordenar e monitorizar a concretização da Estratégia de Lisboa 2008 -2010 a nível nacional, bem como a futura estratégia pós-2010; (ii) Assegurar o acompanhamento e participação activa de Portugal na coordenação da Estratégia de Lisboa e na Estratégia que lhe suceder pós-2010, a nível europeu; (iii) Monitorar e dinamizar o Plano Tecnológico; (iv) Promover a participação dos agentes económicos e sociais e da sociedade civil nos processos de concretização e de avaliação da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico.</p>
<p><i>Iniciativa Emprego 2010 / Crédito à Protecção da Habitação</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 14/2010 - I Série N.º 47, de 9/03</p>	<p>Alarga, no âmbito da Iniciativa Emprego 2010, até 31 de Dezembro de 2010, o prazo para apresentação das candidaturas de acesso à linha de crédito extraordinária destinada ao financiamento de 50% da prestação mensal a cargo das pessoas que tenham estabelecido um contrato de crédito à habitação própria permanente desde que se encontrem na situação de desemprego há pelo menos três meses.</p>
<p><i>Iniciativa Emprego 2010 / Subsídio Social de Desemprego</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 15/2010 - I Série n.º 47, de 9/03</p>	<p>Cria uma medida de apoio aos desempregados de longa duração, estabelecendo, por um período de seis meses, a atribuição do subsídio social de desemprego inicial ou subsequente ao subsídio de desemprego que cesse no decurso do ano de 2010. Altera o Decreto-Lei n.º 68/2009, de 20 de Março.</p>
<p><i>Iniciativa Emprego 2010 / Reforço do Programa INOV</i></p> <p>Portaria n.º 154/2010 - I Série n.º 49, de 11/03</p>	<p>Cria, no âmbito da Iniciativa Emprego 2010, novas medidas para reforço do Programa INOV. Assim, o presente diploma amplia o âmbito de aplicação deste Programa mediante a criação de novas medidas INOV, que integram programas de estágio para licenciados nas áreas da economia social, da mediação sociocultural, do ambiente, da protecção civil, das energias renováveis ou de outras que venham a ser consideradas prioritárias. O regulamento da medida INOV-SOCIAL é já aprovado através da presente portaria. Os regulamentos das restantes medidas INOV serão aprovados por</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Imposto Sobre o Valor Acrescentado – IVA, Direito à Dedução</i> Lei n.º 2/2010 - I Série n.º 51, de 15/03</p>	<p>despacho do membro do Governo responsável pela área do trabalho e da solidariedade social. O presente diploma entra em vigor a 12 de Março e revoga a Portaria n.º 1451/2009, de 28 de Dezembro.</p> <p>Altera o artigo 22.º do Código do IVA, relativo ao momento e modalidades do exercício do direito à dedução. Destacam-se como principais alterações: - O pedido de caução, fiança ou garantia bancária passa a poder ser exigido quando a quantia a reembolsar exceder 30 000 € (anteriormente este montante era de 1000 €); - O prazo geral de reembolso do imposto passa de 90 para 60 dias nos pedidos de reembolso apresentados após 1 de Julho de 2010; - No caso de sujeitos passivos inscritos no regime mensal, o reembolso ocorre até aos 30 dias posteriores ao da apresentação do pedido. A inscrição no regime de reembolso mensal deve ser efectuada a pedido do sujeito passivo até ao final do mês de Novembro do ano anterior àquele em que produz efeitos. Os termos e as condições de acesso a este regime serão definidos por despacho normativo do Ministro das Finanças até 14 de Abril de 2010.</p>
<p><i>Programa Estágios Profissionais</i> Decreto-Lei n.º 18/2010 - I Série n.º 55, de 19/03</p>	<p>Estabelece o regime do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública e revoga o Decreto-Lei n.º 326/99, de 18 de Agosto. Através deste programa anual de estágios profissionais, o Governo visa proporcionar uma nova oportunidade a jovens à procura de primeiro emprego, jovens licenciados em situação de desemprego e jovens que, embora se encontrem empregados, exerçam uma ocupação profissional não correspondente à sua área de formação e nível de qualificação. O programa agora criado permitirá que jovens licenciados que tenham até 35 anos realizem estágios profissionais remunerados em serviços e organismos da Administração Pública. Pretende-se: - possibilitar aos jovens com qualificação superior a realização de um estágio profissional em contexto real de trabalho que crie condições para uma mais rápida e fácil integração no mercado de trabalho; - promover novas formações e novas competências profissionais que possam potenciar a modernização dos serviços públicos e garantir o início de um processo de aquisição de experiência profissional em contacto e aprendizagem com as regras, boas práticas e sentido de serviço público.</p>

Abreviaturas Utilizadas

